

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA

**AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE MULHERES NO TRADICIONALISMO GAÚCHO: DO
PASSADO IDEALIZADO AO PRESENTE CONSTRUÍDO**

Porto Alegre

2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA

**AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE MULHERES NO TRADICIONALISMO GAÚCHO:
DO PASSADO IDEALIZADO AO PRESENTE CONSTRUÍDO**

Porto Alegre

2021

ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA

**AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE MULHERES NO TRADICIONALISMO GAÚCHO:
DO PASSADO IDEALIZADO AO PRESENTE CONSTRUÍDO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre

2021

Ficha Catalográfica

A447e Almeida, Eliane Moreira de

As experiências sociais de mulheres no tradicionalismo gaúcho :
do passado idealizado ao presente construído / Eliane Moreira de
Almeida. – 2021.

167 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi.

1. Tradicionalismo gaúcho. 2. Mulheres. 3. Gênero. 4. Experiências
sociais. I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Título.

ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA

**AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DE MULHERES NO TRADICIONALISMO GAÚCHO:
DO PASSADO IDEALIZADO AO PRESENTE CONSTRUÍDO**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 13 de janeiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Patrícia Krieger Grossi — Orientadora
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof.^a Dra. Maria Isabel Barros Bellini
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof.^a Dra. Graziela Rinaldi da Rosa
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Dedico esse trabalho à minha mãe, meu maior e melhor exemplo de mulher forte e independente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe e ao meu pai pela vida, por todo o amor, o apoio, o incentivo e a paciência que sempre me dedicaram, sei que nem sempre foi fácil, mas espero que saibam que tudo o que há de bom em mim veio de vocês e que essa vitória também é nossa!

Agradeço ao meu namorado William, por tudo o que fez e faz por mim e por ter estado sempre ao meu lado, me incentivando e me apoiando incondicionalmente.

À minha estimada orientadora e amiga Patrícia Krieger Grossi, uma profissional incrível e uma pessoa ainda melhor, agradeço por todo o conhecimento compartilhado, pelo carinho e paciência ao longo desse processo, e por despertar, ainda na época da graduação, a pesquisadora que existe em mim e que se materializa ao longo desse trabalho.

Agradeço às professoras Maria Isabel Barros Bellini e Graziela Rinaldi da Rosa, pelas importantes contribuições, pela dedicação com que analisaram a dissertação e pelo carinho e comprometimento com que receberam o convite para fazerem parte desse momento.

Muito obrigada a todas as mulheres e aos homens que participaram desse estudo, que compartilharam suas vivências e que acreditaram no objetivo dessa pesquisa, sem vocês o presente trabalho não teria sentido.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS pelo acolhimento e conhecimento partilhados que contribuíram imensamente para minha formação, com certeza levarei um pouco de cada uma e cada um em minha trajetória.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (NEPEVI), e a todas e todos os colegas com que tive o prazer de compartilhar as experiências e conhecimentos proporcionados pelo curso de mestrado, vocês tornaram ainda mais especial o percurso realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil, o qual agradeço pela bolsa de estudos que permitiu a minha dedicação integral ao mestrado e a operacionalização desse estudo.

E, por último, agradeço ao universo com todos os seus mistérios e belezas.

A verdade é, pois, uma contínua descoberta. Uma descoberta progressiva da realidade, como ela é. Enquanto alguma inteligência humana peregrinar por este cosmos, algo haverá sempre por descobrir, por desvelar, por conhecer. E, mesmo as coisas que hoje conhecemos, nós as vamos des-cobrir muito aos poucos. É um revelar-se constante, contínuo e progressivo, correspondendo à busca constante, contínuo e progressiva, irrefreável tendência natural do conhecimento humano (GIRARDI; QUADROS, 1984, p. 115).

RESUMO

A cultura e suas diferentes manifestações culturais são um importante extrato para se pensar as relações sociais e as desigualdades de gênero nelas existentes. Nessa perspectiva, o presente estudo é resultado de uma pesquisa de Mestrado de natureza qualitativa e exploratória, que teve como objetivo geral compreender de que forma a representação da mulher no tradicionalismo gaúcho impacta as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres integrantes de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) e entidades tradicionalistas de Porto Alegre, na perspectiva de gênero e geração, a fim de contribuir para o processo de entendimento da realidade da mulher gaúcha na sociedade brasileira. Quanto aos objetivos específicos, esses foram: 1) Identificar como está representada a mulher no tradicionalismo gaúcho; 2) Compreender as experiências sociais das mulheres integrantes dos CTGs na perspectiva de gênero e geração; 3) Analisar os processos de participação das mulheres nos espaços de decisão dos CTGs. As entrevistas foram realizadas entre os meses de março e outubro de 2020, totalizando quinze participantes, sendo sete mulheres integrantes de CTGs e entidades tradicionalistas, quatro patroas — dirigente da entidade —, uma mulher integrante do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e três homens integrantes de CTGs. Por conta da pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), que fez com que fossem determinadas medidas de distanciamento social, apenas três entrevistas foram feitas na modalidade presencial, as demais foram realizadas via *software* de comunicação on-line e ligações telefônicas. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. O tratamento dos dados foi realizado a partir da Análise de Conteúdo de Roque Moraes, pela qual pode-se perceber o caráter geracional que o tradicionalismo gaúcho apresenta, como as entrevistadas interpretam as questões acerca da igualdade de gênero dentro do movimento, assim como os amplos espaços em que atuam, seja nos cargos gerenciais ou nas competições das quais as entidades participam. A partir desse aporte foi possível chegar a algumas conclusões: as mulheres estão em todos os espaços e cargos no tradicionalismo gaúcho, mas ainda são minoria nos espaços de poder e decisão; as mulheres ainda vivenciam inúmeras expressões de desigualdade de gênero no movimento, ainda que nem sempre as percebam como tais; as patroas enfrentam muitas dificuldades e discriminações ao atuarem como dirigentes, entretanto, as

mulheres consideram muito positiva a gestão encabeçada por mulheres; debates acerca do protagonismo das mulheres no movimento e discussões acerca das desigualdades de gênero têm ocorrido; as questões sobre a diversidade sexual e LGBTfobia ainda permanecem muito invisibilizadas, com poucas discussões e ações direcionadas para esse segmento e a população negra tem vivenciado uma abertura maior do tradicionalismo para com as questões raciais, mas o racismo segue existindo nos espaços tradicionalistas.

Palavras-chave: Tradicionalismo gaúcho. Mulheres. Gênero. Experiências sociais.

ABSTRACT

Culture and its different cultural manifestations are an important excerpt for think about the social relations and gender inequalities that exist in them. In this perspective, the present study is the result of a qualitative and exploratory Master's research, whose general objective was to understand how the representation of women in Gaucho traditionalism impacts the social experiences experienced by women members of Centers of Gaucho Traditions (CTGs) and traditionalist entities from Porto Alegre, from the perspective of gender and generation, in order to contribute to the process of understanding the reality of women from Rio Grande do Sul in Brazilian society. As for the specific objectives, these were: 1) Identify how women are represented in traditionalism in the state; 2) Understand the social experiences of women members of CTGs from the perspective of gender and generation; 3) Analyze the processes of participation of women in the decision spaces of the CTGs. The interviews were conducted between the months of March and October 2020, totaling fifteen participants, seven women members of CTGs and traditionalist entities, four bosses - director of the entity, one woman member of the Traditionalist Movement of Rio Grande do Sul (MTG) and three men members of CTGs. Due to the Covid-19 pandemic, a disease caused by the new coronavirus (Sars-Cov-2), which caused certain social distance measures to be determined, only three interviews were carried out in person, the others were carried out using communication software. online and telephone calls, all interviews were recorded and later transcribed. The treatment of the data was carried out based on the Content Analysis of Roque Moraes, through which it is possible to perceive the generational character that the gaucho traditionalism presents, as the interviewees interpret the questions about gender equality within the movement, as well as the broad ones spaces in which they operate, whether in management positions or in competitions in which the entities participate. From this contribution it was possible to reach some conclusions: women are in all spaces and positions in the traditionalism of Rio Grande do Sul, but they are still a minority in spaces of power and decision; women still experience countless expressions of gender inequality in the movement, although they do not always perceive them as such; employers face many difficulties and discrimination when acting as leaders, however, women consider the management headed by women to be very positive; there have been more debates

about the role of women in the movement and discussions about gender inequalities; questions about sexual diversity and LGBTphobia still remain very invisible, with few discussions and actions directed at this segment and the black population has experienced a greater opening of traditionalism towards racial issues, but racism continues to exist in traditionalist spaces.

Keywords: Gaucho traditionalism. Women. Genre. Social experiences.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 A PESQUISADORA E O TEMA	18
1.2 A PESQUISA E SUA METODOLOGIA	21
2 A DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	30
2.1 A MULTICULTURALIDADE ÉTNICA DO RIO GRANDE DO SUL	31
2.1.1 População indígena.....	32
2.1.2 População negra	38
2.1.3 População imigrante	44
2.2 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E AS MULHERES	51
2.2.1 Traição, massacre ou surpresa: a incógnita de Porongos.....	56
3 O TRADICIONALISMO GAÚCHO E AS MULHERES	60
3.1 TRADICIONALISMO GAÚCHO: CONTRADIÇÕES EM MOVIMENTO	60
3.2 A MULHER NO TRADICIONALISMO GAÚCHO: ARQUÉTIPO E REALIDADE .	73
3.2.1 A representação inadequada das mulheres na música gaúcha e o que elas estão fazendo para combatê-la	80
3.2.2 Prendas: resistência e subversão	85
4 AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DAS MULHERES NAS ENTIDADES TRADICIONALISTAS GAÚCHAS	91
4.1 A HOMOGENEIDADE NO TRADICIONALISMO GAÚCHO <i>VERSUS</i> A MULTIPLICIDADE DE VIVÊNCIAS.....	94
4.1.1 Os tipos de participação das mulheres no tradicionalismo gaúcho: entre avanços e desafios	101
4.2 AS MULHERES ASSUMINDO O GALPÃO.....	103
4.3 SOBRE O TRADICIONALISMO E ALGUMAS INIQUIDADES.....	108
4.3.1 A população LGBTQIA+ e o tradicionalismo gaúcho	109
4.3.2 A população negra e o tradicionalismo gaúcho.....	113
5 CONCLUSÃO	120
REFERÊNCIAS	128
GLOSSÁRIO	147
APÊNDICES	149
APÊNDICE A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	149

APÊNDICE B — Roteiro de entrevista semiestruturada para as mulheres integrantes de Centros de Tradições Gaúchas	151
APÊNDICE C — Roteiro de entrevista semiestruturada para os homens integrantes de Centros de Tradições Gaúchas	152
APÊNDICE D — Roteiro de entrevista semiestruturada para as patroas de Centros de Tradições Gaúchas.....	153
APÊNDICE E — Roteiro de entrevista semiestruturada para integrante do Movimento Tradicionalista Gaúcho.....	154
APÊNDICE F — Roteiro de análise documental	155
ANEXOS	156
ANEXO A — Carta de Aprovação da Comissão Científica	156
ANEXO B — Parecer Consubstanciado do CEP.....	157
ANEXO C — Carta de Princípios.....	160
ANEXO D — Diretrizes da Pilcha Feminina.....	163

1 INTRODUÇÃO

Eu me lembro do imenso sentimento de possibilidades ao pensar na ideia, como se eu tivesse sido levado a um enorme prédio cheio de portas fechadas e tivesse autorização para abrir as que eu quisesse. Havia mais portas do que alguém jamais conseguiria abrir ao longo da vida, pensei (e ainda penso) (KING, 2015, p. 28–29).

O trecho acima faz referência ao grande número de possibilidades e, no caso da presente dissertação, refere-se aos possíveis caminhos de estudo que se abrem a partir da cientificidade. Deste modo, este primeiro capítulo se propõe a mostrar as portas, ou melhor, *porteiras*¹ que foram sendo abertas no desenvolvimento da pesquisa e as porteiras que serão abertas ao decorrer desse trabalho.

A desigualdade de gênero é o mote que desencadeou o caminho do estudo. Ela é compreendida como um fenômeno global de determinações históricas, sociais e culturais, que perpassa todas as dimensões das relações sociais, ainda que em graus variados. Sua produção e reprodução se dá “por meio de comportamentos irrefletidos, aprendidos histórica e socialmente, nas instituições como igreja, escola, família e Estado que contribuem diretamente para a opressão masculina sobre a feminina” (BALESTERO; GOMES, 2015, p. 45).

Justamente pelo seu caráter global a desigualdade de gênero é um problema que deve ser enfrentado em todo o mundo e, para tal, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, formulou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para os quais as ações devem ser direcionadas nos quinze anos subsequentes. O 5º destes objetivos é “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, sendo necessário, para isso, entre outros fatores, eliminar todas as formas de discriminação e violências contra as mulheres (ONU, 2015).

Para tanto, alcançar a igualdade de gênero não é uma tarefa simples ou fácil, é necessário que se apreenda suas origens, sua construção histórica e os mecanismos que permitem sua produção e reprodução. É importante, também, compreender como esses elementos foram moldando a sociedade atual e como se materializam no cotidiano, pois este é “o solo do processo de produção e reprodução

¹ As palavras e expressões destacadas em itálico ao longo deste trabalho se referem aos vocábulos comumente utilizados no âmbito da cultura do Rio Grande Sul. Suas significâncias compõem o Glossário, presente após as referências desta dissertação.

das relações sociais” (YAZBEK, 2014, p. 681). E, é só mediante esse entendimento, promovido pelo desocultamento do real, que se pode avançar para a sua transformação.

Queremos desvendar para dar visibilidade, para subsidiar estratégias ou políticas, para contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, para desmistificar estigmas, enfim, desvendar para subsidiar ou instigar aprimoramentos, mudanças, transformações (PRATES, 2016, p. 108).

Nesse sentido, a categoria gênero é entendida aqui como: “elemento constitutivo das relações sociais e históricas fundadas sobre diferenças percebidas entre os dois sexos [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), visando explicar as desigualdades existentes entre mulheres e homens, assim como as formas com que se materializam as relações de poder nas mais diversas esferas da vida social.

É importante destacar que o gênero não é apenas uma categoria de análise, mas também uma categoria histórica que envolve disputas políticas, ideológicas e que é variável no tempo, na cultura e nos grupos sociais (DUTRA, 2002). Como bem sintetizado por Saffioti (2004, p. 45), “o gênero é a construção social do masculino e do feminino”.

Por conseguinte, não é possível deixar de fora o patriarcado, pois “colocar o nome da dominação masculina — patriarcado — na sombra significa operar segundo a ideologia patriarcal, que torna natural essa dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2004, p. 56), e este, enquanto sistema de dominação e opressão, é regido pela desigualdade de poder entre mulheres e homens, assim como entre homens e homens, não estando restrito aos espaços da vida privada, mas presente em todos os extratos da sociedade.

Caracteriza-se o patriarcado como um sistema, porque seu funcionamento independe da presença de homens:

[...] uma vez que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso não ocorre devido à concordância ou à conivência consciente das mulheres, mas devido ao fato do patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada de relações de alienação (ÁLVARO, 2013, p. 126).

Essa “cooperação” das mulheres é indispensável para o funcionamento e manutenção do patriarcado, por isso, ela foi sendo assegurada historicamente por diversificadas formas: doutrinação dos papéis de gênero, negação da educação às mulheres, apagamento de suas próprias histórias, fomento da rivalidade entre as mulheres e uma gama de restrições, coerções e discriminações de acesso às esferas econômicas e políticas (LERNER, 2019).

Destarte, ainda que o patriarcado tenha sua origem anterior ao sistema do capital é potencializado por este, assumindo novas formas de existência, uma vez que, colabora com as bases do sistema capitalista, reiterando as desigualdades por ele produzidas. O patriarcado “está em permanente transformação” (SAFFIOTI, 2004, p. 45–46), e faz uso de diversos mecanismos que garantem sua produção e reprodução, dentre eles, destaca-se o machismo, representado por:

[...] um conjunto de crenças, atitudes e condutas que repousam sobre duas ideias básicas: por um lado, a polarização dos sexos, isto é, uma contraposição do masculino e do feminino segundo a qual são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes; por outro, a superioridade do masculino nas áreas que os homens consideram importantes. Assim, o machismo engloba uma série de definições sobre o que significa ser homem e ser mulher, bem como toda uma forma de vida baseada nele (CASTAÑEDA, 2006, p. 16).

Assim, enquanto o sistema patriarcal estrutura as relações sociais pautadas na dominação e na exploração, o machismo justifica essa lógica quando define a mulher enquanto inferior ao homem, não a vê como sujeito, mas a coloca em condição de objeto, “o machismo não requer homens e mulheres como tais: requer apenas seus papéis. A única coisa que ele requer é uma relação de poder baseada na desigualdade” (CASTAÑEDA, 2006, p. 197).

Identificar a forma conjunta com que esses mecanismos atuam e se reproduzem historicamente é importante para compreender seus rebatimentos na realidade concreta e pensar estratégias de resistência e transformação.

Um grande exemplo é a divisão sexual do trabalho, na qual “é visível a distinção que se opera entre trabalho masculino e feminino” (ANTUNES, 2009, p. 87), os trabalhos realizados por mulheres são vistos como de menor qualificação e prestígio, enquanto o trabalho realizado por homens é socialmente mais valorizado.

[...] durante muito tempo o trabalho qualificado foi definido em termos de gênero, de modo que todas as tarefas que as mulheres podiam executar —

mesmo que fossem difíceis ou complexas — eram classificadas como não qualificadas, simplesmente porque mulheres podiam cumpri-las. E, pior ainda, as mulheres eram muitas vezes designadas para essas tarefas por razões “naturais” (o que é qualquer coisa, desde dedos ágeis até um temperamento supostamente submisso e paciente) (HARVEY, 2016, p. 124).

Essa lógica foi estabelecida por volta do século 19, onde ocorreu uma separação das esferas pública e privada, cabendo aos homens a primeira e às mulheres a segunda, foi “a partir de então que o mundo do trabalho se tornou um espaço próprio dos homens, e o lar, próprio das mulheres, com toda distinção entre atividades, habilidades e sentimentos que isso implica” (CASTAÑEDA, 2006, p. 169).

É inegável que houve muitos avanços quanto a essas concepções, avanços propiciados pela luta das mulheres e do feminismo na busca pela igualdade entre os sexos. Entretanto, vestígios dessa lógica ainda persistem, e podem ser facilmente identificados: as mulheres seguem tendo salários mais baixos, ainda realizam a maior parte do trabalho doméstico, são as principais responsáveis na criação da prole, enfrentam jornadas de trabalho duplas ou triplas, e também representam o maior contingente no âmbito das terceirizações e, em consequência, formam o grupo mais precarizado (ANTUNES, 2009; KERGOAT, 2009; SAFFIOTI, 2004).

E esse é apenas um exemplo citando o âmbito do trabalho. É importante frisar que a lógica patriarcal e as desigualdades de gênero dela resultantes, como já dito, perpassam e afetam todas as dimensões da vida social, com ênfase na vida das mulheres.

Assim, diante do exposto, o presente trabalho e a pesquisa que a ele deu vazão, pretendem mediar o debate sobre as relações e as desigualdades de gênero com as particularidades socioculturais e históricas do estado do Rio Grande do Sul. Toma-se por objeto de estudo as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres no tradicionalismo gaúcho, de modo a pensar a cultura tradicionalista enquanto elemento que, inúmeras vezes, reforça estereótipos e opressões de gênero, mas também como um espaço que propicia a criação de estratégias de resistência e de possibilidades de mudança.

Entretanto, para que se possa criar tais estratégias, se faz necessária a leitura aprofundada do real e de suas múltiplas camadas, uma vez que, “não é possível propor intervenções consistentes que não se pautem em uma análise crítica da

realidade e dos contextos aos quais se inserem sujeitos, grupos, instituições e sociedades” (PRATES, 2016, p. 106).

Torna-se, portanto, necessário conhecer as particularidades e subjetividades regionais, em um movimento dialético que se inicie no micro, na realidade concreta do estado do Rio Grande do Sul, e termine por conectá-la ao macro, abarcando os níveis nacional e internacional.

Desse modo, na pesquisa, buscou-se realizar um estudo sobre as desigualdades entre mulheres e homens, ainda tão presentes no cotidiano, por meio da interlocução entre a trajetória histórica do estado do Rio Grande do Sul e o tradicionalismo gaúcho, como esse se apresenta na atualidade, objetivando compreender as relações estabelecidas entre eles.

Partindo do pressuposto que o objetivo de uma dissertação de mestrado é compreender as tensões dialéticas que a realidade apresenta, não as resolver, o tradicionalismo gaúcho foi escolhido como locus de investigação por ser permeado de contradições e de potencialidades. Por meio dele, procurou-se evidenciar a realidade vivenciada pelas mulheres gaúchas e a relação — que o tradicionalismo e tais expressões culturais promovem — com a representação destas, bem como demonstrar os avanços conquistados e as presentes lutas no que concerne a igualdade de gênero.

Nesse sentido, e por ser um trabalho desenvolvido no âmbito do Serviço Social, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, entende-se que a luta contra a desigualdade de gênero está intrinsecamente relacionada aos direitos humanos, e a defesa destes consiste em um dos princípios fundamentais que regem a profissão, assim como a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 24).

Portanto, se faz necessário pensar, também, como a desigualdade de gênero incide sobre a questão social, objeto da profissão, e, a partir disso, compreender os rebatimentos na vida das mulheres. A questão social é definida como:

[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

Assim, a questão social se materializa e se reproduz em todas as esferas da vida social, sendo inerente ao sistema capitalista, e também representa as lutas sociais dentro deste. Nesse sentido, optou-se por privilegiar a dimensão cultural, ainda pouco abordada no interior da profissão, tendo em vista que “olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação” (IAMAMOTO, 2000, p. 22).

Desse modo, pretende-se apresentar um panorama da realidade gaúcha face às desigualdades de gênero, como aporte que possa contribuir para intervenções mais efetivas no âmbito estadual, sejam ações, serviços, programas ou políticas.

Corroborando a indissociabilidade entre a teoria e a prática, entre a pesquisa e a práxis profissional. Uma vez que a pesquisa se pauta na realidade concreta visando sua transformação, tem-se em perspectiva o direcionamento apontado pelo projeto ético-político da profissão: a construção de uma nova sociabilidade, que envolva a sociedade rumo à emancipação e expansão plena dos indivíduos sociais por meio de processos coletivos.

Nesse sentido, Paulo Freire (2005) indica alguns caminhos orientados pela práxis dialógica, onde a construção do conhecimento se baseia no diálogo, na colaboração, no desvelamento da realidade e de suas contradições. Caminhos esses nos quais a presente dissertação se fundamenta, trazendo elementos para refletir sobre a sociedade gaúcha, as contradições existentes em suas expressões culturais e suas possibilidades de transformação.

1.1 A PESQUISADORA E O TEMA

Toda pesquisa pressupõe um despertar da curiosidade, uma vontade avassaladora de aprender, conhecer e aprofundar os saberes. É estranho pensar no ponto de partida quando já se está inundada pelo tema, pois o momento da escolha deste se torna uma memória disforme. Para que se possa clarear tal imagem é preciso olhar para além dela, no tempo e espaço.

No caso da pesquisadora, desde a infância a mesma questionava as diferenças que percebia por ser uma menina, visto que se incomodava com as disparidades de gênero muito antes de saber seu significado. Essa inquietação por

questionar e por transformar sua realidade cresceu e se desenvolveu com ela ao longo dos anos.

Porque assim como “não basta abrir a janela para ver os campos e o rio”, também não basta observar fatos para compreender a realidade, pois esta não se dá a conhecer, mas, tal qual a Esfinge, desafia — “Decifra-me ou te devoro”. Para não sermos todos “devorados” pela realidade, é preciso analisá-la e compreendê-la, é preciso decifrar seus enigmas, seus mistérios (ALCOFORADO, 2009, p. 721).

E foi com essa necessidade de compreensão que o tema da pesquisa foi sendo desenvolvido e lapidado. Assim, por todo o presente trabalho se reflete a formação profissional e humana da mulher, assistente social e pesquisadora.

A categoria gênero acompanhou a formação de muitas formas, mas teve maior destaque quando a pesquisadora passou a integrar a organização das ações do Movimento ElesporElas (HeforShe)² na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), onde foi possível promover, participar e aprofundar o debate sobre as necessidades de se buscar a igualdade de gênero.

Já o tradicionalismo gaúcho foi escolhido por ser uma expressão da cultura, uma categoria que já era muito cara à pesquisadora desde a época da graduação, onde utilizou a arte, enquanto expressão cultural, para trabalhar a reflexão sobre os direitos humanos com adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE).

Tal como a arte, o tradicionalismo gaúcho se constitui em um campo complexo e heterogêneo para se pensar a sociedade, permeado por contradições e processos alienantes, mas também por possibilidades de mudança e transformação dessa lógica. Pois, a cultura, enquanto dimensão humana está sempre em movimento, e este movimento é protagonizado pelas pessoas que a compõem (DUARTE JÚNIOR, 1994).

O tradicionalismo gaúcho também possibilita um olhar particularizado e crítico para a formação e a história do estado do Rio Grande do Sul. O resgate histórico é sempre muito importante quando se deseja compreender a realidade de forma aprofundada e propor intervenções direcionadas à construção de novas formas de sociabilidade (PRATES, 2016).

² Campanha internacional da ONU Mulheres para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Tem como objetivo engajar homens e meninos para novas relações de gênero sem atitudes e comportamentos machistas (ONU, 2020).

Essa dimensão histórica, principalmente no que tange o período escravista e seus rebatimentos na vida da população negra no estado, já estava desperta na trajetória da pesquisadora devido a sua participação no Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (NEPEVI) que, nos últimos anos, tem se dedicado aos estudos sobre as comunidades remanescentes de quilombos no Rio Grande do Sul e seu acesso às Políticas Públicas.

Ainda sobre o tradicionalismo, há de se considerar que ele, enquanto expressão cultural, perpassa a vida de praticamente todos os habitantes do estado, estando presente nas leis, na formação escolar, nos feriados e, principalmente, no imaginário social.

Cabe deixar claro que a pesquisadora não faz, e nem nunca fez, parte do tradicionalismo gaúcho, apenas o escolheu como lócus de investigação dada suas características e por considerar importante compreender e descobrir mais aspectos da realidade cultural de seu estado em consequência de sua própria realidade.

Segundo Minayo (1994, p. 14), “existe uma identidade entre sujeito e objeto tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos”, dessa forma, o debate de gênero e o tradicionalismo gaúcho, categorias centrais no presente trabalho, estão articulados ao longo do trabalho com a trajetória da própria pesquisadora, suas vivências, seus anseios e suas lutas.

A pesquisa realizada no âmbito do Serviço Social, segundo a lei de regulamentação da profissão, constitui uma das competências profissionais, que define a execução de pesquisas para “que possam contribuir para a análise da realidade e para subsidiar ações profissionais” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2012, p. 45).

Nesse sentido, objetivou-se analisar e compreender a realidade vivenciada pelas mulheres no tradicionalismo gaúcho no estado, sob o enfoque da cultura, e a partir disso contribuir com subsídios que propiciem o debate e intervenções pautadas na apreensão do real e de seu movimento, uma vez que “as camadas da realidade não são estanques. Elas interagem e reagem dinamicamente e é nesse movimento que podem ser apreendidas” (MINAYO, 1999, p. 123).

No Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS a pesquisa está inserida dentro da linha de pesquisa “Serviço Social e Direitos Humanos: desigualdades e resistências” e está vinculada ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em

Violência, Ética e Direitos Humanos (NEPEVEDH), do qual a mestranda faz parte, e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Violência (NEPEVI).

1.2 A PESQUISA E SUA METODOLOGIA

Conforme apresentado anteriormente, o presente estudo resulta, em grande parte, da pesquisa intitulada “A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO TRADICIONALISMO GAÚCHO: da idealização à reconstrução”, que buscou abordar como a mulher está representada no universo tradicionalista e a forma como as mulheres vivenciam e atuam no tradicionalismo na contemporaneidade.

Uma das primeiras etapas no desenvolvimento da pesquisa foi o levantamento bibliográfico, no qual buscou-se os trabalhos e estudos existentes sobre o tema, de forma a conhecer as “diversas análises teóricas e abordagens conceituais do problema, aspectos ou facetas já explorados em outros contextos e as hipóteses propostas” (SORIANO, 2004, p. 69).

Assim, com o objetivo de identificar o que vinha sendo estudado no âmbito da pós-graduação acerca do tema, a principal ferramenta escolhida foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), pois esta dispõe de filtros que permitem o refinamento dos resultados.

Em um primeiro momento, usando apenas o descritor “tradicionalismo gaúcho”, obteve-se 158 resultados, acrescentando e mesclando os descritores “gênero”, “mulher” e “*prenda*”³, esse número caiu para seis. As seis produções são dissertações, defendidas entre os anos de 2002 e 2019, e podem ser conferidas no Quadro 1.

Quadro 1 — Produções obtidas com descritores no BDTD

TÍTULO	AUTORIA	NÍVEL	ANO	PROGRAMA	IES
A prenda no imaginário tradicionalista	Claudia Pereira Dutra	Mestrado	2002	Pós-graduação em História	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Como o tradicionalismo gaúcho ensina sobre masculinidade	Luis Orestes Pacheco	Mestrado	2003	Pós-Graduação em Educação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

³ O termo consta no glossário, mas será problematizado e discutido no Capítulo 3.

	Antunes				
Por debaixo dos panos: a construção da imagem da prenda tradicionalista por meio de exposição fotográfica do Departamento de Tradições Gaúchas Noel Guarany	Camilla Rodrigues Milder	Mestrado Profissional	2013	Pós-Graduação em Patrimônio Cultural	Universidade Federal de Santa Maria
Trajetórias de mulheres na gestão de CTG: um estudo no Rio Grande do Sul	Lília Sabrina da Cunha	Mestrado	2014	Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais	Centro Universitário La Salle Canoas
Homossexualidades na territorialidade tradicionalista gaúcha	Edipo Djavan dos Reis Göergen	Mestrado	2017	Pós-Graduação em Geografia	Universidade Federal de Santa Maria
Tiro de laço: um estudo etnográfico da participação das mulheres em uma prática gaúcha dita masculina	Amanda de Jesus Pires	Mestrado	2019	Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Fonte: elaborada pela autora (2020).

Já na plataforma Scientific Electronic Library Online⁴ (SCIELO), com o descritor “tradicionalismo gaúcho” obteve-se cinco resultados, com a utilização dos outros descritores não houve resultados.

Por conta dos escassos resultados, demais materiais, como livros, documentos, matérias jornalísticas, vídeos, palestras etc. foram utilizados no decorrer da pesquisa e do presente trabalho, no intuito de garantir um maior aporte teórico sobre o tema. Cabe destacar que não foi encontrada nenhuma produção, no que tange ao assunto, relacionada ao Serviço Social, cabendo a esta dissertação ser a pioneira.

Diante desta perspectiva, a pesquisa foi orientada pela seguinte questão: como a representação da mulher no tradicionalismo gaúcho impacta em suas experiências sociais dentro e fora dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs)?

Partindo desse problema de pesquisa, pode-se então construir o objetivo geral, que foi: compreender de que forma a representação da mulher, no tradicionalismo gaúcho, impacta nas experiências sociais vivenciadas pelas mulheres integrantes dos CTGs de Porto Alegre, na perspectiva de gênero e geração, a fim de contribuir para o processo de entendimento da realidade da mulher gaúcha na sociedade brasileira.

⁴ Biblioteca Eletrônica Científica Online (tradução nossa), corresponde a uma biblioteca digital de livre acesso que concentra periódicos científicos.

Tal objetivo se desdobrou em três objetivos específicos: 1) Identificar como está representada a mulher no tradicionalismo gaúcho; 2) Compreender as experiências sociais das mulheres integrantes dos CTGs na perspectiva de gênero e geração; e 3) Analisar os processos de participação das mulheres nos espaços de decisão dos CTGs.

Alinhadas aos objetivos, as seguintes questões norteadoras foram formuladas no intuito de guiar o caminho investigativo e metodológico: 1) Como está representada a mulher (prenda) no tradicionalismo gaúcho? 2) Quais as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres integrantes dos CTGs de Porto Alegre, na perspectiva de gênero e geração? 3) De que forma se dá a participação das mulheres nos CTGs? 4) Quais são os fatores que dificultam e facilitam essa participação?

Por experiência social compreende-se:

[...] o necessário conhecimento do modo de vida, concreto, apreendido como o real vivido pelos sujeitos, apreendidos pelas expressões sobre suas crenças, valores, sentimentos e ainda pela apropriação de suas próprias experiências vivenciadas cotidianamente (MARTINELLI, 1999, p. 23).

Reconhecendo as singularidades das mulheres entrevistadas, sem perder de vista a concepção de coletividade, de sujeito coletivo, uma vez que as entrevistadas expressam suas vivências por meio do grupo que participam (MARTINELLI, 1999), no caso da pesquisa, o tradicionalismo gaúcho é essa referência grupal.

Quanto à metodologia, aqui é entendida como o caminho de aproximação da realidade a qual se pretende investigar e que tem lugar central, pois é parte integrante da visão de mundo a qual a teoria se vincula (MINAYO, 1994).

Enquanto abrangência de concepções teóricas de abordagem, a teoria e a metodologia caminham juntas, intrincavelmente inseparáveis. Enquanto conjunto de técnicas, a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, elaborado, capaz de caminhar os impasses teóricos para o desafio da prática (MINAYO, 1994, p. 16).

Dessa forma, a pesquisa buscou a construção de conhecimento adotando como referência teórico-metodológica o método dialético-crítico fundamentado no materialismo histórico dialético, com base em Marx, no qual compreende-se o objeto de estudo pertencente a uma totalidade, que é complexa e que está em movimento,

necessitando assim de sucessivas aproximações com a realidade, objetivando compreendê-la com vistas para a transformação social (PRATES, 2005).

Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético — isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída — se são entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1976, p. 44).

Afinal, “conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças” (IAMAMOTO, 2000, p. 62), por isso a importância de se aproximar da realidade e desvelar suas camadas e contradições. Uma vez que, é a partir desse desvelamento, que se poderá pensar e propor intervenções pautadas na realidade concreta e no que esta oferece de possibilidades.

No que concerne o tipo de pesquisa, optou-se pelo desenvolvimento de um estudo exploratório de natureza qualitativa, com o propósito de aprofundamento sobre o tema a ser estudado e reconhecer a realidade a partir da ótica das pessoas que a vivenciam (MARTINELLI, 1994).

Nessa categoria de pesquisa, os resultados e o produto final são tão importantes quanto o processo que leva a eles (TRIVIÑOS, 1987). Nesse sentido, Martinelli (1994) faz três valiosas considerações acerca da pesquisa qualitativa:

* **a primeira** é quanto ao seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais;

* **a segunda** é quanto à dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa;

* **a terceira** é que exatamente por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão (MARTINELLI, 1994, p. 26–27, grifos da autora).

A partir desses pressupostos, na execução da pesquisa considerou-se como universo o Movimento Tradicionalista Gaúcho⁵ (MTG) e as entidades a ele filiadas,

⁵ Associação da sociedade civil, de personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

localizadas no município de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Segundo o “Relatório De Atividades 2019” do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020) o total de entidades tradicionalistas filiadas na data de 31 de dezembro de 2019 era de 1.532. Cabe destacar que esses números podem variar, conforme entidades são criadas, extintas, filiadas ou desfiliadas ao MTG, tanto é que, durante a realização das entrevistas, uma pessoa, integrante do MTG, informou que o total de entidades era de 1.753.

Desse modo, a priori, a definição da amostra foi composta por um total de 15 participantes: 10 integrantes dos CTGs de Porto Alegre (7 mulheres e 3 homens); 4 *patroas* ou ex-patroas e 1 pessoa integrante ou ex-integrante do MTG. Os critérios de inclusão adotados eram: participantes acima dos 18 anos, filiação a um CTG e participação semanal nas atividades da entidade. A seleção de participantes seria feita mediante a patronagem⁶ de cada CTG após o período de observação participante.

Entretanto, como a realidade é dinâmica, esse planejamento não pode ser completamente efetivado, uma vez que, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elevou ao *status* de pandemia de Covid-19 a doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), sendo decretado, no município de Porto Alegre, o fechamento de diversos estabelecimentos, incluídos nestes o MTG, os CTGs e demais entidades, por serem locais que concentram um grande número de pessoas.

Assim, o tipo de amostragem teve que ser alterado, adotou-se então o modelo denominado “bola de neve”, sendo este “uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência” (VINUTO, 2014, p. 203). Nesse tipo de amostragem, parte-se de informantes-chave nomeados sementes que, além de participarem da pesquisa, indicam outras pessoas, as quais indicam outras, até que o número de participantes seja alcançado ou que haja uma saturação, onde não se chega à novas informações para a análise (VINUTO, 2014).

Com a adoção do método foi possível dar conta de entrevistar 15 participantes, de acordo com os números previstos. Porém, esses números não ficaram restritos aos CTGs, tendo sido entrevistadas também pessoas de

⁶ Termo que equivale à diretoria da entidade.

Departamentos de Tradições Gaúchas (DTG) e outras entidades que integram o MTG. Assim tornou-se mais amplo o alcance dos objetivos, problema de pesquisa, questões norteadoras e amostragem, que foram elaboradas dando enfoque aos CTGs.

No Quadro 2, é possível conferir o perfil das 15 pessoas participantes da pesquisa, bem como o identificador (ID), que será utilizado para distinguir as falas das entrevistadas e entrevistados ao longo do trabalho.

Quadro 2 — Perfil das pessoas entrevistadas

ID	Tipo de Participação	Gênero	Idade	Raça	Profissão	Período de Participação*
P1	Integrante de CTG	Feminino	21	Branca	Maquiadora	5 anos
P2	Integrante de CTG	Feminino	37	Branca	Psicopedagoga	33 anos
P3	Integrante de DTG	Feminino	42	Negra	Apresentadora	35 anos
P4	Integrante de CTG	Feminino	44	Branca	Administradora	15 anos
P5	Integrante de CTG	Feminino	20	Branca	Estudante	15 anos
Gabriella**	Secretaria da Cultura do RS	Feminino	33	Branca	Servidora Pública	11 anos
P7	Entidade específica***	Feminino	61	Branca	Professora aposentada	56 anos
P8	Patroa de CTG	Feminino	50	Branca	Advogada	45 anos
P9	Patroa de CTG	Feminino	58	Branca	Professora aposentada	58 anos
P10	Patroa de CTG	Feminino	46	Branca	Policia Militar	41 anos
P11	Ex-patroa de CTG	Feminino	51	Branca	Advogada	40 anos
P12	Gestão do MTG	Feminino	66	Branca	Aposentada	51 anos
P13	Integrante de CTG	Masculino	45	Negra	Educador Social	37 anos
P14	Integrante de CTG	Masculino	35	Branca	Autônomo	28 anos
P15	Coordenadoria de região	Masculino	34	Branca	Servidor Público	12 anos

Fonte: elaborada pela autora (2020).

* Referente à participação no tradicionalismo gaúcho.

** Participante optou por não ficar no anonimato.

*** Não identificada para garantir o direito ao anonimato das participantes.

Quanto aos CTGs e demais entidades, estes não foram incluídos no quadro, pois possibilitariam a identificação das e dos participantes. Entretanto, compõem a amostra: MTG, 35 CTG, CTG Tiarayu, CTG Pousada da Figueira, CTG Lanceiros da Zona Sul, CTG Tropeiros da Tradição, CTG Estância da Azenha, CTG Laço da Querência e DTG Tropeiros do Ouro Negro.

Como é possível visualizar, existem significativas semelhanças de características, uma vez que a extensa maioria das pessoas entrevistadas é participante ativa no tradicionalismo gaúcho durante grande parte de suas vidas, possuem formação de nível superior e se autodeclaram brancas, elementos importantes que serão retomados no decorrer do trabalho, buscando suas explicações na formação histórica do estado do Rio Grande do Sul e do próprio tradicionalismo gaúcho.

Foi realizada a análise documental⁷, instrumento que possibilita agrupar uma quantidade significativa de informações de diferentes documentos (TRIVIÑOS, 1987). O corpus de análise da pesquisa foi formado pelos seguintes documentos: (I) a Carta de Princípios do MTG; (II) o Código de Ética do MTG; (III) a Lei nº. 4.850, de 11 de dezembro de 1964, que oficializa a Semana Farroupilha; (IV) os Regulamentos dos concursos de prendas e peões; e (V) as diretrizes para a pilcha gaúcha.

Como técnica de coleta optou-se por entrevistas⁸ semiestruturadas, sendo realizadas três presenciais e doze via plataformas de comunicação on-line e ligações telefônicas⁹. Esta modalidade de entrevista, segundo Triviños:

[...] parte de certos questionamentos básicos, apoiado em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987 p. 146).

Assim, as respostas não ficam restritas apenas ao que a pesquisadora deseja saber, mas se tornam mais abertas para o que possa emergir da realidade concreta das pessoas entrevistadas, com elementos que não foram pensados *a priori* e que podem contribuir com o estudo.

No tocante às entrevistas, estas foram gravadas e transcritas para análise e interpretação dos dados, adotando-se para tal a análise de conteúdo que, segundo Triviños (1987), é uma técnica que pode ser aplicada tanto em pesquisas

⁷ O roteiro que embasou a análise documental pode ser conferido no Apêndice F.

⁸ Os roteiros utilizados nas entrevistas podem ser conferidos nos Apêndices B, C, D e E.

⁹ Para facilitar o processo de coleta, a ferramenta utilizada para as entrevistas era de escolha das pessoas participantes.

qualitativas como quantitativas, sendo extremamente relevante para desvendar o que não se apresenta superficialmente, além de “servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 160).

Assim, a análise de conteúdo foi realizada segundo a metodologia proposta por Roque Moraes (1999), sendo esta “uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui uma interpretação” (MORAES, 1999, p. 11).

Para o autor, o processo de análise de conteúdo consiste em cinco etapas:

- 1) Preparação das informações — etapa na qual são identificados os diferentes materiais a serem analisados, também é a etapa na qual se realiza a codificação, que facilitará a visualização dos elementos presentes nos materiais;
- 2) Unitarização — é a definição das unidades de análise que em seguida serão classificadas;
- 3) Categorização — consiste no agrupamento dos dados que possuem pontos em comum visando sua redução para facilitar a análise;
- 4) Descrição — é a exposição que expressa o conjunto de sentidos presentes nas categorias de análise; e
- 5) Interpretação — é a busca pela compreensão aprofundada do material estudado, por meio da sistematização dos resultados obtidos nas etapas anteriores (MORAES, 1999).

A devolução dos dados da pesquisa se dá a partir da presente dissertação, da produção de artigos científicos, bem como de possíveis articulações com as entidades tradicionalistas para divulgação e discussão dos resultados.

Dessa forma, tendo sido apresentadas as forças motrizes que conduziram a realização desse estudo, bem como da pesquisa imbricada a ele, cabe pontuar como se dá a organização da dissertação, que se divide em cinco capítulos, sendo o primeiro a presente introdução.

O segundo capítulo versa sobre a constituição sócio-histórica do estado do Rio Grande do Sul, abordando os processos de imigração e colonização, assim como as constantes disputas territoriais existentes no passado, com ênfase na Revolução Farroupilha, trazendo sempre conexão com a trajetória histórica das mulheres gaúchas. O capítulo tem como foco apresentar as diversas etnias que constituíram o estado, com ênfase, imprescindível, para discutir o apagamento

histórico das populações indígenas e negras na historiografia, as forças que incidem nesse processo e os seus objetivos.

O terceiro capítulo trata sobre o tradicionalismo gaúcho e a mulher, debatendo a construção do tradicionalismo gaúcho enquanto expressão cultural, seus objetivos, normas e formas de organização. Apresenta-se a interpretação que os precursores do movimento fazem, bem como de autoras e autores que tecem críticas a este. Nesse sentido, busca-se evidenciar as contradições existentes no movimento, direcionadas especialmente no que tange à mulher gaúcha, sua representação e os avanços experimentados por estas na atualidade.

No quarto capítulo apresentam-se os resultados obtidos por meio da análise dos dados coletados, bem como a respectiva problematização destes. Demonstram-se as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres no tradicionalismo gaúcho, as perspectivas por elas compreendidas, assim como as contradições ainda persistentes. Também são expostos os elementos que se evidenciaram a partir da empiria.

O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais, nele é feito um apanhado de tudo o que foi discutido, apreendido e apresentado ao longo do trabalho. É neste capítulo que são elencadas as possibilidades de avanço, no que tange o debate acerca das questões de gênero no âmago do tradicionalismo gaúcho e da sociedade gaúcha.

2 A DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

O passado nunca é completamente superado, porque se infiltra no presente e se projeta no futuro (PEREIRA, 2009, p. 144–145).

Seja como for, sempre haverá uma forma de sociedade e toda sociedade nasce de uma velha, não parte do nada, parte de uma realidade que já existe (LESSA, 1985, p. 106–107).

Conta-se que num passado não muito distante grandes homens construíram o Brasil com a força das suas mãos, com a energia dos seus ideais e com o sangue que aceitavam verter em campos, rios, sertões e matas em nome do futuro e da pátria. Esses homens saíram da História para entrar no mito. Hoje, brilham em livros escolares ou figuram em placas de ruas paradoxalmente esquecidos e sempre lembrados. Quem foram esses homens? O que fizeram? Foram somente heróis? E se tivessem sido também infames personagens de uma época cruenta em que o futuro se fazia a golpes de preconceitos, de lanças e de balas de canhão? (SILVA, 2010, p. 13).

Partindo dos fragmentos acima, é importante perceber como as determinações históricas se conformam no presente e tendem a permanecer no futuro. Isto é, só é possível compreender o presente e moldar o futuro apreendendo e questionando o passado. Obviamente, a história é imutável, mas sua interpretação não.

Em se tratando da história documentada do estado do Rio Grande do Sul, em seus primórdios, esta é marcada por constantes conflitos territoriais e de poder, seu espaço foi amplamente disputado entre Portugal e Espanha, fato que atribuiu certas particularidades ao estado. Posterior a isso, se propagaram também muitos conflitos internos, que na contemporaneidade se expressam na identidade coletiva do estado e em suas expressões culturais.

Por ser uma história que atravessa séculos, seria impossível dar conta dela em toda sua complexidade. Por isso, o presente trabalho irá ater-se a refletir sobre alguns períodos históricos, que concentram elementos significativos no direcionamento tomado pela dissertação. Desta forma, para posteriormente compreender o tradicionalismo gaúcho, suas determinações e as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres neste, é preciso antes apreender onde na história estão suas bases.

Como dito anteriormente, este estudo é guiado pelo materialismo histórico, assim, ao fazer o resgate histórico, além de se trabalhar com a categoria totalidade,

onde os fenômenos estão ligados entre si, a categoria historicidade também se destaca. Uma vez que, tem-se por pressuposto que a história não é linear, que os fatos não se dão de forma isolada, “os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos” (PRATES, 2014, p. 216).

Destarte, mais do que narrar os acontecimentos históricos, é preciso compreender como estes se deram, as forças que os influenciaram e as consequências que tiveram, pois “a dinâmica da história não é uma força externa misteriosa qualquer e sim uma intervenção de uma enorme multiplicidade de seres humanos no processo histórico real” (MÉSZÁROS, 2008, p. 50).

Deste modo, o presente capítulo debruça-se sobre importantes momentos e processos históricos¹⁰ do estado do Rio Grande do Sul, mediados com a participação e a contribuição das mulheres.

2.1 A MULTICULTURALIDADE ÉTNICA DO RIO GRANDE DO SUL

Esse item versa sobre a história do Rio Grande do Sul, apresentando as principais etnias que o foram constituindo. Privilegiou-se destacar as contribuições dos povos indígenas, enquanto população originária do estado, bem como as contribuições da população negra escravizada. Tal escolha se deu com o objetivo de fixar a importância dessas populações que, durante séculos, ficaram às margens da historiografia, e que constituem ainda um campo não tão explorado de estudos.

O item também trata, de forma mais condensada, dos períodos de colonização e imigração, dando ênfase às etnias portuguesa, alemã e italiana, que em questões numéricas foram as mais significativas no estado.

A palavra etnia, referenciada ao longo do capítulo, é entendida como um conceito multifacetado, que incide sobre a identidade das pessoas levando em consideração uma gama de características comuns aos grupos, como afinidades culturais, de religião, linguísticas, territoriais, de nacionalidade, dentre outros (SANTOS *et al.*, 2010). É um conceito que “avança na intenção de compreender a dimensão sociocultural e as experiências semelhantes que ligariam indivíduos, povos e sociedades no mesmo grupo” (SILVA; SOARES, 2011, p. 108).

¹⁰ Não estando, necessariamente, em ordem cronológica.

Dessa forma, ao se falar sobre as múltiplas etnias partícipes na história do estado, pretende-se contribuir com a visibilidade e a valorização de uma cultura que é diversa, pois se constituiu por meio de diversas outras culturas.

2.1.1 População indígena

Há aproximadamente 11 mil anos o espaço territorial que hoje leva o nome de Rio Grande do Sul¹¹ já era habitado. Na época da invasão europeia¹², estima-se que o Rio Grande do Sul tinha entre 100 mil e 150 mil habitantes (SCHMITZ, 2006). Esses povos originários sofreram e ainda sofrem com o apagamento e o silenciamento de suas narrativas na história, estas marcadas, principalmente, por violências, práticas de opressão, dominação e extermínio.

Segundo Harari (2015, p. 144) “a história é o que algumas poucas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água”, o que em suma quer dizer que a história documentada representa a visão de quem a documentou, imbuindo nela seus valores e ideologias. Em se tratando da história brasileira, esta foi majoritariamente documentada pelos homens invasores e colonizadores.

E na visão destes, os povos indígenas eram vistos sob uma perspectiva dúbia, ora como povos sem alma, bárbaros e, portanto, passíveis de serem escravizados. Ora como povos sem maldade, que necessitavam ser convertidos na fé cristã (RODRIGUES, 2013).

Essa dupla representação dos nativos trouxe à luz a contradição entre ideologia cristã e prática colonial integrantes dos projetos ibéricos para o Novo Mundo, que se refletiu em práticas antagônicas que iam da realização de guerras e da escravidão de parte dos nativos à sua catequização e ao horror dos missionários diante dos maus tratos físicos praticados pelos colonizadores contra os índios. Esse paradoxo impôs às primeiras ordens católicas que vieram à América o problema de conciliar a missão evangelizadora com as demandas imperialistas e mercantilistas das potências ibéricas (FUGIMOTO, 2016, p. 131).

¹¹ Durante o período de colonização o território que hoje é o Rio Grande do Sul teve algumas nomenclaturas, para facilitar o entendimento, não serão citadas.

¹² Opta-se por usar o termo invasão ao invés de descobrimento, tendo a perspectiva dos povos indígenas que ali viviam e as práticas de extermínio e destruição de seus modos de vida empregados por parte dos europeus (COTRIM, 2012).

Além das práticas catequistas e escravistas as mulheres indígenas sofreram com abusos sexuais, por vezes romantizados na história e na literatura. Eram vistas sob a ótica patriarcal e cristã dos colonizadores, seus corpos nus representavam para estes o pecado, a devassidão e a promiscuidade, ainda que a nudez indígena fosse presente tanto nas mulheres quanto nos homens (SOARES *et al.*, 2015).

Segundo Lacerda (2010), isso demonstra que a colonização e a exploração se deram para além das terras, se estenderam para os corpos femininos, a conquista destes seria uma analogia para a terra conquistada.

Isso tem reflexo na ausência de muitas personagens femininas na história dos povos indígenas, na qual o destaque continua sendo dado aos homens. Sem questionar ou dispensar a importância desses homens indígenas, pouco se sabe e se registrou sobre a significativa participação das mulheres nas insurgências indígenas do país. Tal realidade demonstra como os vários tipos de registros históricos impõem o seu caráter patriarcal nos contextos das lutas indígenas, ocultando a presença feminina na construção pluriétnica brasileira (MENDONÇA; SCHILLACI, 2019, p. 5).

Tal panorama não é diferente no Rio Grande do Sul, onde segue ainda muito escassa a historiografia da mulher indígena. De modo geral, os estudos historiográficos focam nos temas de guerras, invasões e nas lideranças masculinas, “além de textos que sequer possuem a palavra mulher ou, quando possuem, o fazem por meio de representações depreciativas em posições meramente coadjuvantes” (BAPTISTA; WICHERS; BOITA, 2019, p. 1).

É muito importante também destacar a diversidade dos povos que aqui habitavam, uma vez que as comunidades indígenas apresentam características heterogêneas, pois possuíam modos de vida e de subsistência diversos, assim como culturas e rituais próprios. De um modo geral, entre suas atividades se destacavam a caça, a pesca, a agricultura, a fabricação de instrumentos e armas, peças de cerâmica, esculturas e a prática de pintura (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Dentre os povos que na época habitavam o Rio Grande do Sul, os mais numerosos eram os povos Guarani, também havia descendentes de grupos anteriores, como charruas e minuanos, entre outros. A população Guarani é uma

das etnias indígenas das quais mais se tem estudos, estima-se que migraram¹³ para o território do Rio Grande do Sul há cerca de dois mil anos, pertencentes ao tronco Tupi¹⁴ dispunham de habilidades na navegação, na cerâmica, no conhecimento de botânica e no manejo de armas (BRANDÃO, 1990; FUNAI, 2020).

No litoral, nas margens das lagoas, nos vales dos rios Uruguai, Jacuí e Ijuí viviam comunidades guaranis de caçadores, pescadores, coletores e horticultores de floresta tropical e subtropical, tecnologicamente mais desenvolvidas. Os guaranis teriam eliminado ou absorvido grupos de caçadores, coletores e pescadores especializados na exploração dos recursos da orla atlântica sul-rio-grandense e introduzido na região as técnicas hortícolas (MAESTRI, 2010, p. 15).

Assim, a população Guarani estabeleceu amplos conhecimentos dos recursos naturais de seus territórios, pois desses dependiam sua subsistência. É desse conhecimento que hoje, um dos principais símbolos do Rio Grande do Sul, o chimarrão — ou mate — vem, este era “uma bebida feita com folhas fragmentadas e água quente, e que eram tomadas num pequeno porongo utilizando um canudo de taquara, em cuja base havia um trançado de fibras que impedia que as partículas das folhas passassem” (LESSA, 1953, p. 12), características que o chimarrão mantém até hoje, ainda que os instrumentos tenham sido aprimorados.

Ainda se tratando da população Guarani, por serem os mais numerosos habitantes da região, foram também o principal alvo dos padres da Companhia de Jesus, conhecidos como jesuítas, representantes da coroa espanhola¹⁵. No início do século 17 houve inúmeras tentativas de catequizar a população indígena, com objetivo de que “por meio do atendimento religioso, pudessem acalmar os indígenas” (LAROQUE 2011, p. 24), acalmar, no sentido de facilitar o relacionamento e a exploração destes pelos invasores europeus.

É inegável que houve, também, grande intercâmbio cultural. Para a população indígena, as tecnologias e ferramentas trazidas pelos jesuítas os ajudou em suas

¹³ Há divergências sobre o termo adequado para este movimento, enquanto alguns estudos nominam de migração outros acreditam se tratar de expansão, “no sentido de ir conquistando novas áreas sem abandonar as anteriores” (NOELLI, 1996, p. 11).

¹⁴ Por Tupi designa-se um tronco linguístico que engloba aproximadamente 41 línguas que se expandiram há vários milênios pelo leste da América do Sul (Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai). Por Tupi são designados também os povos falantes dessas línguas. Das línguas, as mais citadas desde a chegada dos europeus foram o guarani e o tupinambá (NOELLI, 1996, p. 9–10).

¹⁵ Naquela época, as fronteiras que hoje dividem o Brasil, a Argentina e o Uruguai estavam em constates alterações, devido às disputas entre Portugal e Espanha. O mapa do Rio Grande do Sul ganhou seu contorno definitivo no ano de 1851 (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

construções e em sua organização enquanto comunidade, o que fez com que os povos Guarani deixassem de ser nômades. Já os jesuítas absorveram muito do conhecimento indígena referente à fauna e à flora da região, ainda que com objetivos dúbios, pois “se interessaram em conhecer o seu mundo, costumes, língua, para então modificá-los (MENDES, 2013, p. 50).

As relações interétnicas estabelecidas foram muito diversificadas, porque os diversos grupos indígenas tiveram reações muito diferenciadas em relação aos novos invasores. Na América Latina atual ainda vivem grandes contingentes de população indígena, filhos dos sobreviventes da conquista. Entretanto, alguns grupos fizeram uma resistência constante e terminaram sendo dizimados, como consequência do impacto das guerras de extermínio feitas pelos conquistadores, quase imbatíveis com seus cavalos e armas de fogo. Os indígenas igualmente colaboraram com o branco invasor, colocando a seu serviço a força de trabalho de seus braços, alguns de livre vontade, como nas missões, outros esmagados pela escravidão (KERN, 2000, p. 75).

De fato, as relações entre os povos indígenas e os jesuítas não podem ser vistas por meio de um viés determinista, uma vez que houve uma imensa gama de situações, tendo a população indígena aprendido com os jesuítas, como também os ensinados. A história denota que houve relações cordiais entre os segmentos, da mesma forma que houve rebeliões e resistências. De um lado se deu “o etnocídio de centenas de grupos indígenas, aniquilados física e culturalmente. Por outro lado, deu origem a um lento, gradual e ininterrupto processo de agregação forçada ou integração parcial dirigida dos grupos indígenas” (KERN, 2000, p. 75), ambas parte integrante e indissociável da história do Rio Grande do Sul.

Outra particularidade do estado foi a incursão dos bandeirantes em suas tentativas de escravizar os povos indígenas, fator que contribuiu para certa cooperação entre estes e os jesuítas espanhóis. As Missões ou Sete Povos das Missões¹⁶, nesse sentido, “corresponderam, sob o ponto de vista da integração colonial dos territórios e de seus habitantes, ao aproveitamento do modo de ser dos habitantes originários guaranis aos objetivos coloniais de catequização/cristianização” (BRUM, 2009, p. 15), além de servir como um tipo de barreira à expansão portuguesa.

¹⁶ Conjunto de comunidades de indígenas Guarani fundado pelos jesuítas espanhóis, que formavam um sistema organizado, baseado nos ideais católicos dos missionários, com leis e autoridades próprias, que existiu por quase um século (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

No que concerne as Missões, sobre as mulheres, “a documentação permite identificar mulheres horticultoras, coletoras, ceramistas, educadoras, integrantes dos espaços de decisão, combatentes bélicas, lideranças espirituais e figuras centrais em rituais” (BAPTISTA; WICHERS; BOITA, 2019, p. 3) e o esforço jesuíta em controlá-las e mantê-las distante da construção das Missões.

O controle das mulheres e de sua sexualidade era um dos mais sólidos pilares daquele projeto, a mola mestra de um sistema político fundamentado no patriarcado, ponto que certamente alcança a contemporaneidade em diversas formas, tal qual o esquecimento dos vínculos das mulheres indígenas com seus próprios patrimônios (BAPTISTA; WICHERS; BOITA, 2019, p. 3).

Como a extensa maioria dos relatos da época eram feitas pelos jesuítas, parece bastante provável que a exclusão das narrativas das mulheres — ou mesmo a inclusão depreciativa — tenha sido deliberada, ainda assim, consiste em importante material de análise e interpretação.

Para Mendes (2013), o desprestígio com as mulheres pode ser entendido justamente como a importância de sua força junto ao grupo, uma tentativa de apagamento, “nas entrelinhas dos relatos pode-se enxergá-las como portadoras da palavra, mediadoras culturais, guias, intérpretes, informantes, trabalhando nas chácaras, alimentando o grupo” (MENDES, 2013, p. 49).

Ainda segundo o autor, as mulheres só se convertiam à fé jesuítica se fosse do seu interesse, do contrário demonstravam oposição, “o enfrentamento entre as velhas e os padres ressalta o protagonismo das mulheres indígenas e seu papel na manutenção dos saberes e fazeres” (MENDES, 2013, p. 46).

Como se vê, foram múltiplos os papéis da mulher indígena. Abusadas sexualmente, exploradas como escravas, dotadas do nobre papel de mães de famílias de filhos considerados legítimos e ilegítimos. Trabalhavam na roça e com os cuidados da casa e da família, donde provavelmente herdamos nossos mais fortes hábitos de higiene. Foram, também, junto com seu povo, vítimas do extermínio quando este foi conveniente. Geraram, em seus ventres os primeiros mestiços brasileiros. (LACERDA, 2010, p. 44).

Essas experiências nas Missões perduraram até a chamada Guerra Guaranítica, tendo os povos indígenas se estabelecido e prosperado nas Missões, estas lhes foram tiradas pelo Tratado de Madri em 1750, que dispunha sobre os limites entre as colônias portuguesas e espanholas, no intuito de findar as disputas

territoriais. Assim, o território das missões, ocupados pelos povos Guarani e pelos jesuítas espanhóis, passou para Portugal (MAESTRI, 2010).

Tal fato gerou revolta na população Guarani, que se recusava a abandonar sua terra, e que por ela lutaram contra o exército formado por espanhóis e portugueses. Um número incerto conseguiu fugir e se refugiar nas florestas da região, mas a maioria das pessoas acabou sendo dizimada, uma vez que não dispunham das mesmas armas e equipamentos dos seus opositores (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Uma das personalidades que entrou para a história e para o imaginário a partir desse episódio nas Missões foi o cacique guarani Sepé Tiaraju, tido como o grande líder da resistência guaranítica, eternizado em poemas e estórias¹⁷. No município de Santo Ângelo há um monumento em sua homenagem, neste lê-se a frase “Esta terra tem dono”, atribuída a ele, ironicamente é a terra que ele morreu protegendo e que foi tomada de seu povo (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Após esse período, por volta de 1800, a participação dos povos originários na história documentada do Rio Grande do Sul diminuiu drasticamente, em suma pois o extermínio havia sido tão generalizado que a população indígena acabou ficando circunscrita a determinados espaços (SILVA; PENNA; CARNEIRO, 2009).

O botânico, viajante e naturalista Saint-Hilaire (2002), que documentou sua viagem ao Rio Grande do Sul nos anos de 1820 e 1821, tece alguns comentários e preconceitos sobre as mulheres indígenas na época:

As índias são feias, tolas, sem nenhuma graça; têm riso ingênuo, andar ignóbil; não se afeiçoam ao amante; são em tudo muito inferiores às negras; no entanto, uma multidão de homens brancos se apaixona por elas. Essa falta de gosto só pode explicar-se pela estupidez dessas mulheres, tornando-as estranhas a qualquer reflexão; a toda ideia presa ao futuro; levando-as a proceder como animais, entregando-se inteiramente à volúpia. Por isso, aumentam a paixão do homem rude, que delas só procura o prazer carnal (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 347).

O miliciano trazia consigo sua mulher, uma índia [...]. Se esse homem branco, natural de Santa Catarina, não tivesse emigrado para aqui, nunca teria adotado esse costume de se fazer acompanhar pela mulher, em diligência como essa; mas, convivendo com os índios, acabou adotando tal hábito (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 347).

[...] meu hospedeiro se enamorou por uma índia, com a qual tem filhos e, apesar de saber que ela se entrega a qualquer um, não cessa de

¹⁷ Escreveram sobre Sepé Tiaraju, Basílio da Gama, Simões Lopes Neto, Manoelito de Ornellas, Walter Spalding, Mansueto Bernardi, dentre outros.

presenteá-la [...]. Todos os cultivadores da província têm nas suas casas índios que lhes servem de peões. Suas esposas e filhas têm continuamente sob os olhos os exemplos de libertinagem das índias (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 391–392)

Não cabendo problematizar aqui como se davam as uniões entre as mulheres indígenas e os homens brancos, visto ser um tema complexo, é interessante atentar ao estranhamento que Saint-Hilaire sentia ao ver as mulheres ao lado dos homens, em locais e incursões que eram vistas como masculinas, e a forma como ele deprecia essas mulheres, pelo que se percebe, apenas por exercerem certa liberdade de seus corpos e de sua sexualidade. Liberdades essas que, mesmo após dois séculos, ainda são negadas às mulheres.

Assim, a partir do exposto é importante destacar que a história é caótica e conturbada, composta por inúmeras forças e agentes em ação, o que faz com que suas interações se deem de maneiras intrincadas e, por vezes, contraditórias, como demonstrado ao longo deste subitem.

Em vista disso, cabe ressaltar que os povos originários foram um dos mais afetados com a invasão e a colonização europeia, tendo sido dizimados, subjugados e escravizados, perderam muito de suas terras, grande parte de seus rituais e de sua cultura ancestral. Ainda assim, seguem existindo e resistindo, são uma parte importante da história e do cotidiano do estado que não pode ser perdida de vista.

2.1.2 População negra

Assim como os povos indígenas, a população africana sofreu com os impactos da invasão e da colonização europeia no Novo Mundo. Enquanto os povos originários tiveram suas terras e modos de vida arrancados, as pessoas do continente africano foram arrancadas de suas terras e de suas formas de vida, uma vez que “eram marcados a ferro com a marca de seu dono e recebiam um nome cristão de batismo. Era necessário cortar todo o vínculo ou lembrança de suas vidas livres na África, por isso lhes era dada uma nova identidade e religião” (ASSUMPÇÃO, 2007, p. 19).

É importante pontuar que a utilização do termo população africana é uma forma de generalização, uma vez que as pessoas trazidas do continente africano vinham de uma gama variada de países e possuíam diversas etnias. Em sua ampla

maioria, estas etnias foram arbitrariamente negligenciadas e suprimidas (SOARES *et al.*, 2015).

Fato é que, ao longo da história humana, a escravização se fez presente, não ficando restrita a um ou outro povo ou país. O que diferencia as práticas escravistas do período das grandes colonizações são suas justificativas, baseadas na crença da superioridade racial e étnica.

[...] vai haver o florescimento da escravidão nas Américas, com uma nova característica, a cor da pele, ou seja, baseadas em justificativas morais, religiosas. Numa suposta superioridade racial, os ameríndios e os africanos serão reduzidos, através de justificativas étnicas, ao cativo. Nesse novo contexto, coube a primazia do tráfico de africanos aos portugueses (ASSUMPÇÃO, 2007, p. 13).

O tráfico de pessoas escravizadas também foi uma importante fonte de acumulação de capital para a Europa, tendo sido amplamente lucrativa. Além de Portugal, se beneficiaram a Espanha, a Holanda, a Inglaterra, dentre outros países. (ASSUMPÇÃO, 2007).

Dos países do Novo Mundo, o Brasil foi o que mais importou pessoas do continente africano. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os séculos 16 e 19 chegaram ao Brasil cerca de quatro milhões de pessoas escravizadas, representando um terço de todo tráfico de pessoas submetidas ao processo de escravização de que há documentação (IBGE, 2000).

Como este trabalho se dedica ao regional, ao Rio Grande do Sul, é significativo tratar como se deu a escravização aqui, compreendendo e problematizando suas particularidades.

Não se tem registros exatos de quando a população negra chegou ao estado, estima-se que por volta de 1600. Assim, pode-se dizer que muito antes do Rio Grande do Sul lusitano existir, já existia a presença negra aqui (ASSUMPÇÃO, 2016).

Ainda assim, a historiografia tradicional do estado, durante muitos anos, invisibilizou a participação da população negra, assim como defendeu a tese de que aqui a escravização teria sido mais branda do que no restante do país, contribuindo também para o mito da democracia racial, isso é, a “mistificação e mascaramento de uma realidade de racismo e discriminação” (REIS, 2009, p. 448).

Jorge Salis Goulart é um dos principais expoentes dessa interpretação falaciosa, em seu livro “A Formação do Rio Grande do Sul”, publicado no ano de 1927, o autor se aproveita das particularidades do período escravista do estado para atenuá-lo, traça um perfil da identidade regional permeada por uma visão romantizada e mítica, como demonstram os seguintes trechos:

Profundamente generoso, o rio-grandense soube tratar os escravos, como já sabemos, com muito maior brandura do que em outros pontos do Brasil. O cativo aqui não conheceu os horrores das senzalas do centro e do norte, em que os méritos do trabalho do eito, ao mormaço, alternavam com os rigores inquisitórios do tronco (GOULART, 1985, p. 77).

Um povo que criou a lenda do Negrinho do Pastoreio, um povo cuja alma soube conder-se diante do sofrimento de um pobre escravo, dele fazendo um motivo de fervorosa religião tem no seu seio um manancial de piedade, uma simpatia tão profunda (GOULART, 1985, p. 77).

Em verdade, a sociedade escravista do Rio Grande do Sul diferia dos moldes implementados nas regiões cafeeiras e açucareiras do Brasil. E isto se deve a uma série de fatores, dentre eles, a definição tardia das fronteiras e as constantes disputas territoriais, que contribuíram para certa limitação do desenvolvimento da sociedade escravocrata do estado.

No século 18 a ocupação do território se deu por meio das grandes propriedades, que exploravam a pecuária extensivamente, “estimativas indicam que eram suficientes seis homens para pastorear 5.000 reses” (CARDOSO, 1977, p. 52–53), o que demandava mão de obra mínima.

Além do mais, esse trabalho não era feito majoritariamente por escravizados, segundo Targa (1991, p. 453) “o trabalho de pastoreio do rebanho na estância gaúcha era realizado por índios egressos das missões jesuíticas destruídas, por mestiços de índios com brancos, por indivíduos pobres e por escravos”. Esse fato se explica porque o trabalho era realizado em territórios extensos, geralmente longe de moradias, por isso, era mais vantajoso pagar alguém que fizesse tal atividade, uma vez que a probabilidade de pessoas escravizadas fugirem era alta.

Porém, esses elementos contribuíram para essa falsa alegação de que, no Rio Grande do Sul, a escravização teria sido pouco empregada. Barbosa Lessa e Paixão Côrtes, precursores do que viria a ser o tradicionalismo gaúcho, muito contribuíram com tais falácias.

Nas estâncias de criação de gado, o índio foi desde logo assimilado como peão, tornando desnecessária a importação de escravos africanos. Os imigrantes teutos e italianos estavam proibidos, por lei, de utilizar o trabalho escravo; e, mesmo que não o estivessem, sempre demonstraram ojeriza por esse tipo de relacionamento econômico-social (LESSA; CÔRTEZ, 1975, p. 134).

No trecho, outro elemento que se destaca é a concepção de que a população gaúcha da época seria contra a escravização, que mais do que isso, sentia aversão a tal sistema. Esses são recursos utilizados para contribuir com uma construção ideológica que diferencia o estado do restante do país, propagando mitos¹⁸ como se fossem a própria história (DACANAL, 1992).

E, assim, como num passe de mágica, o negro sumia do passado sulino. A visão do Rio Grande do Sul livre do trabalho escravo falseia a verdade histórica, direito de toda a população sulina, e contribui à permanência de difundidos preconceitos raciais e sociais. Ela nega à comunidade afro-gaúcha o orgulho de ter contribuído sobremaneira, com o duro e impessoal trabalho do cativo, escravizado, à fundação da sociedade gaúcha e ao seu desenvolvimento. Desenvolvimento do qual esta comunidade viveu e vive, em maior parte, à margem, apesar de ter sido e ainda ser um dos seus principais construtores. A negação do esforço e do sofrimento do homem negro escravizado procura, sobretudo, manter o trabalhador contemporâneo no desconhecimento das sofridas e contraditórias origens de nossa sociedade, sintetizadas, nos primeiros tempos da história gaúcha, no trabalho feitorizado. Também com a domesticação do passado mantém-se a dominação do presente (MAESTRI, 1992, p. 147).

O trecho acima ilustra muito bem as consequências desse apagamento histórico para toda a população gaúcha, em especial para a população negra. Entretanto, cabe destacar que Maestri (1992), ao falar sobre o sofrimento do homem negro escravizado, nega também às mulheres negras seu papel na construção do estado, só provando que “a mulher negra esteve sempre vulnerável a toda sorte de opressão, oriunda de homens e mulheres de todas as classes sociais e grupos raciais, independentemente do estatuto jurídico dela” (PERUSSATO, 2010, p. 275). Esquecida na história, mesmo quando se fala da história negra.

Retomando as configurações históricas desse período, sendo o Rio Grande do Sul a região mais importante na criação de gado, foi nele que as charqueadas do país se concentraram, quando os recursos, isto é, o gado, se tornou escasso em outras regiões do país. As charqueadas eram os estabelecimentos responsáveis pela produção do charque, este era o nome dado à carne seca e salgada, que

¹⁸ A mitificação da história gaúcha como recurso ideológico será aprofundada no Capítulo 3.

alimentava as pessoas escravizadas em grande parte do Brasil, bem como os segmentos populacionais mais pauperizados. (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Além de ser consumida pela população escravizada, era por ela produzida, por isso, a expansão da indústria charqueadora na região aumentou, também, a entrada de pessoas escravizadas no estado.

Em 1874, com 21,3% de cativos, o Rio Grande era a terceira província brasileira em números relativos de cativos, após o Rio de Janeiro (39,7%) e o Espírito Santo (27,6%). Até 1884, a província sulina constituiu uma das principais regiões escravistas do Brasil em quantidade de cativos, após Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dados demográficos sugerem que, no mínimo, a população regional escravizada expandiu-se, em número absoluto até os anos de 1870 (MAESTRI, 2002, p. 88–89).

Tais dados contrariam a alegação de Goulart (1985, p. 179) de que, “Insignificante foi o contingente negro que para aqui veio em comparação com outras regiões do Brasil, o que até certo ponto explica a facilidade com que se registrou a abolição dos escravos entre nós”. Pois, em verdade, o estado abrigou uma quantia significativa de pessoas escravizadas que contribuíram para a formação e o desenvolvimento econômico do estado, uma vez que a indústria charqueadora foi “responsável por aprofundar a integração dos mercados do sul com o restante do Brasil” (VARGAS, 2012, p. 79).

É importante pontuar que a indústria charqueadora se desenvolveu majoritariamente com a mão de obra escravizada, devido às condições insalubres de trabalho, o que fazia com que a população trabalhadora livre recusasse o trabalho nas charqueadas (ASSUMPÇÃO, 2007). Corroborando com isso, em um estudo de uma charqueada do estado, referente aos registros de nascimentos e óbitos, foi observado 32 óbitos para quatro nascimentos entre a população escravizada, o que reflete a intensidade da exploração dessa mão de obra (THIESEN; MOLET; KUNIOCHI, 2011).

Quanto às mulheres nas charqueadas, estas representavam um contingente bem menor do que o de homens, por volta de 13%. Elas realizavam as demandas domésticas e os serviços essenciais para o funcionamento e a manutenção das charqueadas (GUTIERREZ, 2001).

Cabe destacar, também, que do trabalho realizado por pessoas escravizadas nas charqueadas, cerca de 26%, em geral mulheres e crianças, não possuíam ocupação definida, sendo negado qualquer tipo de qualificação (GUTIERREZ, 2001). Esse aspecto é importante, levando em conta que, ainda hoje, a mulher negra está na base da pirâmide no que tange aos rendimentos salariais, bem como às desigualdades, de um modo geral, escancarando o caráter histórico de tais disparidades (MARCONDES, 2013).

Nos centros urbanos, o panorama quantitativo era um pouco diferente, pois as atividades produtivas variavam, assim, a discrepância numérica não era muito expressiva. No ano de 1859, segundo dados da época, Porto Alegre contava com 3.861 mulheres escravizadas e 4.556 homens, enquanto o município de Jaguarão possuía 2.127 mulheres e 2.929 homens escravizados (BAKOS, 1990).

Sobre esses aspectos, é importante considerar que “Toda diferença entre o papel do homem e da mulher no escravismo será sempre conjuntural e relacionada ou com a atividade que o negro exerce, ou com o momento histórico que vivencia” (BAKOS, 1990, p. 1), pois, como já citado, a história pouco se importou em registrar com detalhes as narrativas negras, restando agora a análise e a interpretação dos documentos mediante aquilo que se sabe do contexto da época.

Ainda assim, é importante destacar que, como os homens, as mulheres escravizadas muito resistiram, não sendo somente vítimas do sistema escravista, mas protagonistas de sua própria história, lutavam para construir alternativas de vida e de futuro, e isso de diversas maneiras: fugindo e integrando quilombos¹⁹, incitando rebeliões, reagindo com violência às violências que sofriam, furtando o que conseguiam, entre outras estratégias por ela empregadas.

Por isso ela não merece ser registrada historicamente como dupla vítima do sistema. O que realmente lhe é devido é uma revalorização de seus atos, concedendo-lhes a devida dimensão e mérito. Isto apenas será possível se entendermos que a mulher escrava podia resistir ao jugo senhoril, de uma forma diferente que o homem. Se aceitarmos como resistência coisas do cotidiano, muito simples, como a indolência no trabalho, a dificuldade no aprendizado de novas tarefas, o tratamento “dengoso” que dispensava ao senhor e à sua família. Ao lado destas atitudes que a livraram dos excessos de trabalho e dos castigos, a escrava negra, como vimos, também agrediu a sociedade escravista: fugiu, furtou, matou, como todas no país. Foram

¹⁹ [...] pode-se compreender de forma ampla quilombo como uma reunião de pessoas que produziram **novas ordens** de vida em uma sociedade cuja condição de humanidade se tornava deletéria frente ao **desordenado** poder colonial (NUNES, 2009, p. 198, grifos do autor).

protagonistas da História da escravidão negra no Brasil, vítimas, mas também agressores (BAKOS, 1990, p. 6).

O trecho constrói uma importante síntese com relação às vivências e resistências das mulheres escravizadas, porém, quando Margaret Bakos (1990) fala que a mulher negra também agrediu a sociedade escravista, talvez seja mais adequado dizer que ela reagiu à essa sociedade, pois não se pode comparar a reação das pessoas oprimidas com a violência perpetrada por quem as oprime.

Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são o resultado de uma violência? [...] Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como **outro** (FREIRE, 2005, p. 23, grifo do autor).

Conforme Mott (1988, p. 21) “A submissão da mulher foi uma invenção de um mundo comandado por homens que também inventaram a escravidão”, por isso, é sempre importante retomar que as mulheres negras sempre resistiram aos ditames da escravização, assim como seguem atualmente resistindo sob as consequências desse processo. Na verdade, mais do que resistirem, estão em marcha para mudar a sociedade. Angela Davis, em uma palestra realizada na Universidade Federal da Bahia, em 2017, disse: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social” (informação verbal)²⁰.

Dessa forma, em se tratando da população negra, que muito sofreu com a escravização e com os resultantes históricos dessa, é extremamente significativa uma abordagem de valorização de suas trajetórias na construção do estado, que se fazem presentes na arquitetura, na culinária, na cultura, nos esportes, enfim, em todas as dimensões cotidianas vivenciada no Rio Grande do Sul.

2.1.3 População imigrante

Ao contrário das populações indígena e negra, a população imigrante recebeu um tratamento infinitamente melhor, em sua maioria, eram esperados e incentivados a virem ao estado. Justamente por esses aspectos, há uma quantidade muito maior

²⁰ Fala da filósofa e ativista Angela Davis na palestra “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”, realizada na Universidade Federal da Bahia em de 2017.

de estudos e produções a respeito das populações imigrantes e seus papéis na construção do Rio Grande do Sul.

Barroso (2011, p. 115) explicita que “O exame da historiografia regional, especialmente a produzida nas três últimas décadas, permite constatar que, dos grupos formadores da sociedade gaúcha, os dos alemães e dos italianos, sobretudo, foram especialmente os estudados”, por conta disso, o presente trabalho opta por discorrer sobre suas narrativas históricas e contribuições de uma forma mais sintética.

Não há um consenso historiográfico sobre qual foi a primeira etnia a imigrar para o estado na época da invasão ibérica, há a defesa de que foram os jesuítas portugueses em 1605, mas que estes não foram além do que hoje é a cidade de Tramandaí. Porém, segundo o tratado de Tordesilhas de 1494, a região pertencia a Espanha, por isso, para garantir que o tratado fosse cumprido, os jesuítas espanhóis foram imbuídos da atribuição de organizar os povos Guarani em reduções, como forma de colonizar o território com o próprio povo Guarani e de barrar a expansão de Portugal (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Ainda assim, eram constantes as disputas travadas entre os espanhóis e os portugueses, podendo ser atribuídas a ambos o início da colonização. Tanto é que, ainda hoje, algumas regiões do estado conservam elementos dessa mescla étnica e uma identificação maior com os países fronteiriços do que com o restante do país, uma vez que há um compartilhamento de elementos culturais (CRUXEN, 2011).

No ano de 1737, é fundada “a primeira povoação portuguesa na capitania do Sul” (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 60), composta apenas por homens, em sua maioria soldados, conferindo historicamente o caráter militarizado do estado.

[...] a Coroa portuguesa mandara vir mais de quinhentos casais das ilhas atlânticas, sobretudo das ilhas dos Açores e da Madeira, sob a promessa de terras, ferramentas, sementes, ajuda de custo, etc. A cada casal seriam entregues 272 hectares de terra — “um quarto de légua em quadra”. Logo novos imigrantes chegados das ilhas juntaram-se aos iniciais. Até 1754, uns três mil açorianos estabeleceram-se no Rio Grande do Sul — dois terços da população luso-brasileira da região de então (MAESTRI, 2010, p. 28).

É importante destacar que esse processo fazia parte de uma forma planejada de povoamento, que tinha como objetivo preencher os territórios ainda desocupados e que inaugurou o projeto de “branqueamento” da população do estado que se

seguiria até o século 20, e que contribuiria para o aprofundamento do racismo na região (PEDRO, 2012).

O ideal de “branqueamento”, enquanto teoria brasileira surgiu através do racismo científico europeu, “que proclamava que a raça branca seria mais civilizada e mais associada ao progresso da humanidade” (SCHUCMAN, 2012, p. 61). Como o Brasil na época tinha uma extensa população negra, buscou-se com a imigração uma predominância branca, com a ideia de que este seria o “meio mais apropriado para que o país alcançasse o progresso segundo o ideal de civilização europeia” (SCHUCMAN, 2012, p. 62).

Mesmo com o povoamento propiciado pela população imigrante, as disputas territoriais entre Espanha e Portugal não cessaram até o ano de 1776, quando Portugal retoma o controle do território, acelerando a distribuição e regulamentação das sesmarias²¹, privilegiando, principalmente, os militares com grandes propriedades, propriedades essas que os mesmos já haviam usurpado antes (MIRANDA, 2011).

Com essa vitória portuguesa sobre a Espanha, se “fortaleceu a figura do estancieiro militar [...] O estancieiro, como chefe militar, e seus peões, como soldados, formavam um exército de grande mobilidade e eficiência para as guerras” (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 83), esse fato será importante para a compreensão do mito do gaúcho, séculos depois.

Formava-se, assim, a classe dominante no estado, “uma elite de proprietários, com seus peões e agregados, consolida o regime das estâncias” (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 85). No que concerne a distribuição das sesmarias, estas eram gratuitas, porém a burocracia e os custosos trâmites legais as tornavam inacessíveis para a maior parcela da população, assim esse processo acabou por concentrar muitas terras sob o domínio de poucos (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Esse período inicial de ocupação é marcado pelo emprego de diversas formas de violência e opressões. Uma vez que as *estâncias* se organizavam como povoados, cabia ao estancieiro ser a autoridade local, e esta autoridade era exercida

²¹ A sesmaria era uma subdivisão da capitania com o objetivo de que essa terra fosse aproveitada. A proposta buscava incentivar a ocupação das terras e estimular a vinda de colonos (CRUXEN, 2011, p. 82).

e imposta por meio de abusos, sem qualquer limite ou responsabilização (CARDOSO, 1977).

[...] fora das estâncias, uma população errante de homens sem lei dominava os campos: índios evadidos das missões, desertores dos exércitos, contrabandistas, caçadores de couros, escravos fugidos, aventureiros e malfeitores de toda a espécie. Eram chamados de faeneros, corambreros, changadores, índios vagos, gaudérios e, mais tarde, gaúchos. Formavam bandos que cortavam os campos em todas as direções. Junto com o roubo de gado, raptavam índias e muitas vezes assaltavam as estâncias para roubar as mulheres brancas ‘muy escasas’ na Campanha (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 86–87).

Estranhamente, os homens citados no fragmento sem posses, com escassos meios de subsistência e que compunham o extrato mais pauperizado da sociedade, também irão compor parte do mito gaúcho, lhe atribuindo o espírito livre, ou segundo Ieda Gutfreind (1992, p. 149) “uma figura amante da liberdade, livre como o sopro do minuano, que só admite viver sem patrão e sem domicílio”.

Ainda sobre o trecho citado, cabe atentar a escolha da palavra roubar, empregada pelos autores para se referir ao que ocorria com as mulheres, como se fossem meros objetos, posses de alguém, e o que acontecia com essas mulheres fica subentendido, mas é fácil imaginar.

Em tempos difíceis e de conflitos, eram raras mulheres brancas que aceitavam vir a essas terras sem lei. Tal fato fez com que se tornasse comum a união de soldados com índias e negras, o que proporcionou um caldeamento étnico entre os habitantes do Brasil Meridional, para o desespero de muitos, que se orgulham de suas raízes europeias e sonham os laços sanguíneos de africanos e indígenas com a população lusa. A província de São Pedro passou a ser cenário de uma grande mestiçagem populacional (ASSUMPÇÃO, 2011, p. 142).

O governo colonial, desgostoso com essas relações entre os homens brancos e mulheres indígenas e negras, tratou de enviar mulheres “retiradas de bordéis das vilas e cidades de outras capitanias e transformadas em noivas, que desembarcaram em Rio Grande onde casaram e constituíram famílias” (FLORES, 2003, p. 49).

Sobre essa época, são poucos os relatos que se têm sobre o papel das mulheres, além da dimensão reprodutiva, de modo a contribuir com o povoamento nas sesmarias, e aos afazeres domésticos. Entretanto, evidencia-se essa

coisificação das mulheres, uma vez que eram vistas como objetos de valor que deveriam ser resguardados, como demonstrado no seguinte trecho:

Muitas das antigas casas, tanto as construídas no meio urbano, quanto as do meio rural, possuíam o quarto das donzelas. Este não portava janelas e era uma espécie de anexo, cuja porta abria para dentro do quarto dos pais. As moças passavam metade de suas vidas ou até se casarem sob os cuidados de outras mulheres, irmãos mais velhos ou pai (SILVA; CIRNE, 2017, p. 18).

Durante décadas, as condições de vida não tiveram grandes alterações, uma vez que a região seguia em conflitos com as colônias espanholas e em seus próprios conflitos internos (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Já no ano de 1824, 38 pessoas vindas da Alemanha desembarcaram no que viria a ser a cidade de São Leopoldo e ali constituíram a primeira colônia alemã do sul do Brasil, dando início a uma nova era de colonização que até 1939 traria ao estado cerca de 75 mil imigrantes de origem alemã (LUVIZOTTO, 2009).

É válido citar que esse processo também tinha um viés militar, como forma de reforçar o exército brasileiro, uma vez que “nos dois primeiros anos da imigração, chegaram ao Brasil mais de 2 mil soldados. No mesmo período, vieram apenas 1.027 colonos” (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 109).

A população alemã contribuiu com o estabelecimento da pequena propriedade e com o desenvolvimento da agricultura, que até então era restrita à subsistência. Da parte imigrante, a vinda para o Brasil representava uma melhora em suas condições de vida, pois lhes foi garantido o acesso às terras que eram escassas na Alemanha, isenção de impostos, ajuda monetária inicial, animais e ferramentas, dentre outros elementos, para que pudessem se estabelecer (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004; LUVIZOTTO, 2009)

Obviamente, houve também muitas dificuldades, foi preciso aprender do zero a língua nativa, ocorreram mortes em decorrência de doenças e animais selvagens, a assistência acordada com o governo não foi integralmente recebida e a entrega das terras se deu de forma demorada e com as dimensões territoriais reduzidas (MAESTRI, 2010).

Porém, com o tempo, as colônias alemãs conseguiram se desenvolver e se expandir, bem como recriar seu antigo modo de vida, mesclando a cultura e os

hábitos trazidos da Alemanha²² com as formas de vida local. Sobre as mulheres alemãs, “Ao contrário das mulheres da Campanha, as alemãs também montavam, usando selas de amazona [...] Além de serem responsáveis pelo trabalho doméstico, também ajudavam os homens na lavoura” (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 111).

Mesmo que tenha havido grande empenho em documentar e preservar historicamente os elementos da colonização alemã, por meio de museus e outras instituições, sobre as mulheres alemãs não há muita documentação, mas sim discursos homogeneizadores (RITTER, 2018).

Michelle Perrot (2007), no livro “Minha história das mulheres”, trata justamente sobre como durante séculos as mulheres ficaram de fora da história. Segundo a autora, essa invisibilidade tem duas razões principais, a primeira é que as mulheres ficavam praticamente restritas ao ambiente privado, e a história trata majoritariamente do âmbito público. A segunda razão é a falta de fontes, “As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas” (PERROT, 2007, p. 17).

Portanto, mesmo com um interesse maior nas últimas décadas em contar a história das mulheres, ainda existe uma grande dificuldade, dada a falta de documentos. Outro fator que incide sobre essa dificuldade é a utilização de uma linguagem masculina como sendo universal e neutra. Para falar de mulheres e homens emprega-se o pronome eles, tornando as mulheres invisíveis nesse processo²³ (PERROT, 2007).

Retomando os movimentos imigratórios, no ano de 1874 iniciava-se, no Rio Grande do Sul, a imigração italiana²⁴. Como consequência da revolução industrial na Europa, a Itália dispunha de substancial população excedente tanto nos campos como nas cidades, que almejava melhores condições de vida e que via na imigração uma possibilidade para isso (MAESTRI, 2010).

²² “A variedade de frutas do clima quente estimulou a preparação de geleias, denominadas ‘schmier’ (doce de frutas), que seduziu o paladar nativo, assim como o ‘küchen’, um pão de massa mole polvilhado com açúcar granulado. Os nomes das duas iguarias se incorporaram ao vocabulário brasileiro como ‘chimia’ e ‘cuca” (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 111).

²³ Ao longo do presente trabalho, tentou-se não reproduzir essas formas excludentes de linguagem, sempre indicando as mulheres, colocando o feminino antes do masculino, fazendo uso do gerúndio e de palavras que abrangessem feminino e masculino, dentre outras estratégias adotadas.

²⁴ Não que antes já não houvesse pessoas dessa nacionalidade, mas a partir desse período há a chegada de grupos significativos de pessoas.

Eram camponeses despojados de suas terras, artesãos superados pelas máquinas, pobres e suas proles numerosas que se amontoavam nas cidades. Ameaçados pela fome, parecia não haver lugar para eles naquele mundo em transformação (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 163).

É válido pontuar que por todo o continente americano, com as restrições ao tráfico de pessoas para fins de escravização e os movimentos para abolição, criava-se um mercado de mão de obra barata que pretendia assimilar-se à mão de obra imigrante (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Outros grupos étnicos foram cogitados para ocuparem a região da imigração, mas os italianos eram os preferidos pelas autoridades imperiais e provinciais. O interesse no branqueamento da raça é um motivo destacado por alguns autores, mas, principalmente, por serem europeus e católicos. Assim, em torno do ideal da etnia, originou-se o mito da superioridade do imigrante italiano em relação a outros grupos (VANNINI, 2010, p. 2).

Diferente das terras planas e férteis destinadas às colônias alemãs, as áreas que restavam e que foram destinadas para a população italiana compreendiam a acidentada serra gaúcha, na época pouco explorada e de difícil acesso (GERTZ, 2011).

Ali se estabeleceram e as primeiras atividades realizadas incluíam a limpeza dos matos, a construção das casas e a abertura de estradas, apenas depois puderam iniciar o plantio, escolhendo inicialmente o milho, de “fácil cultivo e rápida colheita, ele fornecia o principal alimento — a polenta — e a palha, que era forragem para os animais e enchimento para os colchões (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 168).

Assim como as imigrantes alemãs, as responsabilidades das mulheres italianas não ficavam restritas apenas aos trabalhos da casa e cuidados com as filhas e filhos — ainda que essas fossem tarefas quase que exclusivas delas —, elas trabalhavam em conjunto com os homens nos cuidados com os animais, nas plantações e demais trabalhos agrícolas (VANNINI, 2010).

Uma mulher que se destacou, antes mesmo de chegar ao Rio Grande do Sul, foi Ana Rech. Por ser viúva, não tinha conseguido obter autorização para viajar e ameaçou se jogar, juntamente com as sete crianças de que era mãe, no rio Piave, na Itália, com isso, conseguiu garantir sua vinda para o estado. Aqui fundou um bairro no município de Caxias do Sul que até hoje leva seu nome, onde estabeleceu

comércio e serviço de hospedagem para viajantes (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Esse fato, assim como outros apresentados, evidencia que as mulheres, ao longo da história, inúmeras vezes, romperam com as determinações que lhes eram impostas baseadas em seu gênero, transformando suas vidas e os rumos da história, de níveis micros a macros.

Com isso, cabe retomar que esse subitem se propôs a abordar de forma condensada a história e algumas das contribuições das populações imigrantes no estado, assim, optou-se por focar nas três principais etnias documentadas, sem negar a existência de outras tantas — como espanhola, polonesa, russa, judia, árabe, japonesa, argentina e uruguaia — que compõem a multiculturalidade étnica do Rio Grande do Sul (FRANCISCO, 2020).

É fato que o componente imigrante é, ainda hoje, um dos mais valorizados quando se aborda a constituição do estado, porém, aqui reitera-se o desejo e a necessidade de que todas as etnias sejam valorizadas e estudadas em proporções semelhantes para que não se perpetuem preconceitos e discriminações.

Afinal, quando se olha para o estado, sob qualquer aspecto, estará se olhando para as etnias que o moldaram, ainda que nem sempre visíveis em um primeiro momento, basta um olhar mais calmo e aprofundado para vê-las e compreender que formam um todo, muitas vezes contraditório e nem sempre justo, mas sempre com possibilidades de mudança.

2.2 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E AS MULHERES

Um dos mais conhecidos e cultuados capítulos da história gaúcha é a Revolução Farroupilha²⁵, também conhecida como Guerra dos Farrapos. Foi uma guerra civil protagonizada por uma parte da elite rio-grandense que se sentia injustiçada com o tratamento que recebia do poder imperial.

No presente trabalho, é importante compreender esse período, pois a construção do tradicionalismo se inspirou muito na Revolução Farroupilha, assim como a romantizou.

²⁵ “Pelo fato de, no Brasil, os liberais exaltados serem conhecidos como ‘farroupilhas’, isto é, revolucionários, o movimento sulino passou para a história como Revolução Farroupilha” (MAESTRI, 2010, p. 163).

Na madrugada de 20 de setembro de 1835, os rebeldes farroupilhas invadem a capital, põem o presidente da Província para correr e deflagram a mais longa guerra civil da história do país. Entre a invasão de Porto Alegre e a assinatura de paz, em 28 de fevereiro de 1845, transcorreriam 3.466 dias de uma guerra em que morreriam cerca de cinco mil combatentes (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 115).

Inúmeras foram as causas que fizeram eclodir a Revolução Farroupilha. Desde 1821, o governo central aumentava os impostos sobre os produtos que o estado exportava, como trigo, erva-mate, couro e o produto principal: o charque, sobre o qual a disparidade dos impostos cobrados pelo Império entre o charque rio-grandense e o charque uruguaio privilegiava o segundo em detrimento do primeiro (SILVA, 2010; COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Outro grande motivo era que os estancieiros gaúchos possuíam, também, terras no Uruguai, e ao transportar o gado por meio das fronteiras deveriam pagar impostos, uma vez que se tratava de outro país. Cabe destacar que tal fato incidia sobre o primeiro, sendo o gado a matéria prima do charque (ÁVILA, 2011).

A Revolução Farroupilha foi desencadeada pelo descontentamento da oligarquia pecuarista com a política imposta pelo império de comprar o charque do Uruguai, que era mais barato, favorecendo a oligarquia cafeeira paulista, que precisava alimentar seus escravos. Por outro lado, eram estabelecidos impostos altos na importação dos subsídios necessários para a produção do charque no RS, encarecendo sua produção. A economia regional tinha uma posição subsidiária, fornecendo elementos para o resto do país, dependente da política [de preços e impostos] estabelecida pela oligarquia cafeeira paulista dominante (BETTS, 2017, p. 38).

E esse é um elemento importante de destacar, pois ele dará o tom às ideias separatistas dentro da Revolução Farroupilha, uma vez que o Império não demonstrava muito interesse no estado e os estancieiros cobiçavam as pastagens uruguaias, soma-se a esses o fato das constantes mudanças nos limites territoriais que a população vivenciava, o que fazia com que a ideia da união desses territórios parecesse uma solução adequada para certos extratos populacionais.

O contexto mundial também favorecia tais movimentos, a Declaração de Independência dos Estados Unidos em 1776, os ideais liberais e iluministas difundidos pela Revolução Francesa chegavam ao estado, a América do Sul e o próprio Brasil eram tomados por movimentos republicanos e antimonarquistas (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Foi a partir desse contexto que os farroupilhas se organizaram e, em 20 de setembro de 1835, tomaram a cidade de Porto Alegre. Em 11 de setembro de 1836, após uma vitória sobre tropas imperiais, fundaram a República Rio-Grandense (ÁVILA, 2011). É importante evidenciar, que a Revolução Farroupilha não teve a adesão de todo o estado, a própria capital, Porto Alegre, ficou menos de um ano sob o poder farroupilha, mantendo-se fiel ao Império (ASSUMPÇÃO, 2016; SILVA, 2010). É até uma ironia os festejos e o acampamento Farroupilha serem realizados em Porto Alegre, uma vez que a cidade expulsou os farroupilhas na época.

Entre os dez anos de duração da Revolução Farroupilha muitos episódios e personagens se destacaram, entrando para a história e para o imaginário popular, talvez o mais famoso seja Bento Gonçalves, tido como líder da Revolução, há também Davi Canabarro e as controvérsias envolvendo Porongos²⁶, entre outros tantos, que não cabe aqui mencioná-los, mas que podem ser reconhecidos já que emprestam seus nomes a cidades, avenidas, ruas, monumentos e demais localidades do estado.

Entretanto, cabe mencionar as mulheres que se destacaram nesse período, aquelas que tem seus nomes conhecidos e as que não tem, pois rotineiramente as mulheres são secundarizadas nas narrativas históricas.

Quando a Revolução Farroupilha eclodiu, as mulheres, principalmente as mulheres das elites estancieiras e charqueadoras, viram seu cotidiano ser transformado. Pois, com o envolvimento dos homens nos conflitos, coube a elas “permanecerem nas estâncias, com a responsabilidade de administrar e cuidar das lidas campeiras, domésticas dos campos e dos negócios de família, além das obrigações de tomar conta do lar e dos filhos sozinhas” (GONÇALVES, 2009, p. 15).

É válido pontuar que não foram exatamente sozinhas que as mulheres realizaram tais tarefas, uma vez que dispunham da mão de obra escravizada. Os farroupilhas não levaram as pessoas escravizadas para as disputas, já que as tinham como suas propriedades e não estavam dispostos a perdê-las (ASSUMPÇÃO, 2016).

As mulheres escravas [...] tinham uma dose particular de sofrimento na Revolução, dada a sua condição de privação da liberdade. A luta em que estavam inseridas por princípio, a par da luta de seus patrões, era a luta

²⁶ Abordado no decorrer do capítulo.

pela sua liberdade. Escassas, difíceis de serem percebidas na documentação [...] envolvidas em todos os serviços e nos dois lados da guerra (RAMOS, 2008, p. 7–8).

Além de administrarem negócios e propriedades, as mulheres da elite partidárias da causa farroupilha participaram da Revolução de muitas formas: permitiam aos exércitos acamparem em suas terras, cediam animais para sua alimentação, emprestavam suas casas para reuniões, despachavam correspondências, escondiam e despachavam armamento e munições, espionavam soldados imperiais, doavam bens e dinheiro etc. (RAMOS, 2008).

Apesar de a Revolução Farroupilha ter sido deflagrada pela elite do estado a partir de suas reivindicações, participavam dela os demais extratos sociais, na verdade, a maioria dos soldados mortos em batalhas pertenciam às classes mais pobres. E as mulheres, familiares desses homens, “mulheres que viveram a Revolução Farroupilha heroicamente, embora sem nenhum heroísmo” (RAMOS, 2008, p. 6), como demonstram cartas da época, tiveram de implorar por comida, por roupas e por abrigo, já que não tinham condições de garantir sua subsistência e a de suas famílias (RAMOS, 2008).

Agora, quanto às mulheres que conseguiram gravar seu nome na história²⁷, é provável que a mais famosa desse período seja Anita Garibaldi, justamente por ser uma figura divergente dos padrões da época, “uma mulher que irrompe no espaço público como vencedora e atua no espaço masculino como se fosse o seu próprio universo” (RIBEIRO, 2011, p. 14).

Nascida Ana Maria de Jesus Ribeiro, no ano de 1921, tendo se casado aos quatorze anos, entrou para a história do estado quando deixou o marido e sua família para integrar a luta farroupilha ao lado do futuro marido, Giuseppe Garibaldi (SILVA; CIRNE, 2017).

É possível que Anita só tenha sido valorizada e reconhecida como uma heroína, em uma época tão pouco gentil com as mulheres, pois foi assim descrita por Garibaldi, do contrário é provável que tivesse sido esquecida ou sido ojerizada pela história, já que essa foi documentada principalmente sob o ponto de vista masculino.

²⁷ No sentido de suas trajetórias terem sido documentadas, tornando-se objeto perene de estudos.

Na verdade, os historiadores, ao discorrerem sobre ela, tão logo trataram de dar ênfase também a sua atuação no espaço privado enquanto mãe e esposa, para que a figura de Anita não destoasse tanto dos padrões patriarcais que embasavam a sociedade gaúcha (SILVA; CIRNE, 2017).

Cria-se, então, uma personagem feminina ambígua — um protótipo feminino exemplar na esfera domiciliar e uma heroína na guerra —, como se as funções desempenhadas no espaço público e privado não tivessem entrelaçamentos ou embates sociais (RIBEIRO, 2011, p. 10).

Sobre outras mulheres que tenham participado ativamente dos combates pouco se sabe, existem relatos de mulheres que acompanhavam os homens “incitando os soldados à luta, curando-lhes as feridas ou aquecendo-lhes o corpo e a alma. Mulheres anônimas, sem rosto. Estas eram conhecidas como *chinas*²⁸ ou *vivandeiras*” (SILVA; CIRNE, 2017, p. 23, grifo nosso).

Outra mulher que merece menção é Nísia Floresta²⁹, na época da Revolução Farroupilha vivia em Porto Alegre, onde trabalhava como professora, a família havia se mudado para o estado após o assassinato de seu pai na Revolução Pernambucana, em 1828. Foi uma mulher que dedicou sua vida a levar a educação para outras mulheres, defendendo ideias bem progressistas para a época (SILVA; CIRNE, 2017).

Floresta escreveu sobre os direitos humanos das mulheres e oportunizou o acesso à educação para algumas meninas, lutando para que elas valorizassem os estudos e abandonassem as futilidades. Foi uma educadora que encarou a educação das meninas como uma missão, além de ter discutido a questão indígena de forma singular, valorizando o papel das mulheres e ter provocado as autoridades da época ao questionar sobre o poder e a supremacia dos homens brancos [...] dizia também, que as mulheres poderiam ocupar os cargos públicos. Defendia a ideia de uma nação civilizada, e que só chegaria nesse patamar se as mulheres fossem educadas e participassem do contexto social (ROSA, 2012, p. 17).

Assim entendido, é necessário admitir que a “condição feminina” não existe em abstrato, mas é determinada historicamente e as instâncias ideológicas, entre elas a escola, vão refletir as posições que a mulher ocupa no mundo produtivo, e

²⁸ A palavra tem inúmeras significâncias, podendo designar a mulher indígena, a mulher da campanha, a trabalhadora rural. Podendo ser utilizada como uma forma carinhosa de designação e como uma maneira depreciativa, sinônimos de amante, concubina, prostituta (SCHLEE, 2019).

²⁹ Nascida no ano de 1810, na localidade de Papari, hoje Nísia Floresta, cidade do Rio Grande do Norte (SILVA; CIRNE, 2017, p. 25).

vão também contribuir para manter, reforçar ou transformar os a ela atribuídos socialmente (LOURO, 1986).

Seguindo por essa linha, é possível destacar também Maria Josefa, nascida em Viamão, no ano de 1775. É considerada a primeira jornalista brasileira, era também poetisa, escritora e professora, proprietária de um jornal e dirigente de outro. Era contra os farroupilhas e colocava seu trabalho nos jornais à serviço do Império. Maria Josefa também foi a fundadora de uma escola mista, priorizando uma educação igualitária para meninas e meninos (JUNG, 2004).

As três mulheres citadas³⁰, embora não estivessem do mesmo lado na Revolução Farroupilha, muito contribuíram com a formação do estado e a formação das mulheres do estado. Anita mostra que as mulheres podem estar nos espaços que desejarem, Nísia coloca em pauta a importância da educação das mulheres para a sociedade como um todo e Maria Josefa endossa as causas de Nísia e Anita, reforçando a importância da educação na vida das mulheres e a possibilidade de estas ocuparem espaços até então não ocupados pelas mulheres.

Esses foram apenas três exemplos de mulheres que entraram para a história, existem muitas outras, e deseja-se que haja mais produções as contemplando, pois se durante muito tempo a história foi escrita por homens, cabe às mulheres reescrevê-las.

2.2.1 Traição, massacre ou surpresa: a incógnita de Porongos

A Revolução Farroupilha é o nosso carma. Nunca vamos parar de falar nela. É a nossa Capitu. Afinal, os farroupilhas traíram ou não os negros que lutaram com eles sobre a promessa de libertação? (SILVA, 2010, p. 242).

É impossível falar da Revolução Farroupilha e não falar do fatídico episódio de Porongos que ainda suscita dúvidas, há uma divisão na historiografia sobre o que teria realmente acontecido na madrugada de 14 de novembro de 1844.

Antes de se falar especificamente sobre Porongos, é importante fazer alguns apontamentos sobre a Revolução Farroupilha e sua relação com as pessoas escravizadas. Nesse sentido, um ponto que merece destaque são as contradições

³⁰ Cabe ressaltar que eram todas mulheres brancas, pois se a historiografia pouco se empenhou em investigar as narrativas das mulheres, o racismo historiográfico se dedicou a ignorar a história das mulheres negras.

entre os farroupilhas e os ideais que declaravam defender, sobre esses aspectos, Juremir Machado da Silva, faz importantes observações:

Os farrapos eram separatistas indecisos. Fundaram uma República, mas não desgostavam de ser brasileiros. Eram abolicionistas em doses homeopáticas, conforme as suas necessidades caudilhescas de mão de obra militar robusta e gratuita. Eram republicanos até segunda ordem ou primeira necessidade (SILVA, 2010, p. 47).

Os ideais da Revolução Francesa ou americana só lhes interessavam do ponto de vista dos seus interesses de classe social (SILVA, 2010, p. 140).

[...] tramaram uma revolução ancorada na séria possibilidade de separação da Província, mas, ao mesmo tempo, deixaram aberta a porta para o entendimento com o Império. Tudo o que desejavam era pagar menos impostos, ter acesso as passagens uruguaias, frear a influência dos portugueses mais conservadores e controlar a política regional (SILVA, 2010, p. 78).

Os trechos ilustram pontos significativos ao se considerar a história da Revolução Farroupilha para além de simplificações ou romantizações. Os farroupilhas não eram heróis dispostos a verter sangue ou perder a vida por ideias de “liberdade, igualdade e fraternidade³¹”, mas pessoas lutando por seus próprios interesses com as ferramentas que dispunham e condicionadas pelo seu tempo histórico.

E sim, o exército farroupilha ofertava a liberdade aos escravizados do Império que eles capturavam, desde que lutassem ao seu lado. Entretanto, os farroupilhas tinham seus próprios escravizados, os quais não participam da Revolução, e os quais eles não pareciam ter o interesse de libertar. “Não se opunham a fazer bonito com o chapéu dos outros, quer dizer, a fazer guerra com escravos alheios. Eram mais zelosos em relação aos seus” (SILVA, 2010, p. 44).

Sobre esses fatos contraditórios, Assumpção (2016) defende que os farroupilhas não eram abolicionistas e sim escravistas, e que não tinham a intenção de cumprir as promessas feitas aos escravizados do Império.

Cabe destacar que embora haja tentativas de demonstrar que os negros escravizados e os farroupilhas lutavam por ideais conjuntos, isso não é verdade, os escravizados, tanto os do lado do imperial quanto os do lado farroupilha, lutavam por sua liberdade (ASSUMPÇÃO, 2016).

³¹ Ideais da Revolução Francesa (BENEVIDES, 1994).

Tanto é que os negros escravizados compunham a infantaria do exército farroupilha, isso é, os soldados que iam a pé à frente dos demais, com escasso e improvisado armamento, sendo, portanto, os primeiros a serem atacados, atingidos e, conseqüentemente, mortos nos conflitos (SILVA, 2010).

Talvez, a partir desses elementos, seja possível intuir o que teria acontecido no Arroio Porongos, em 1844, quando as forças imperiais invadiram, tendo sido mortos majoritariamente os Lanceiros Negros³², que já haviam sido desarmados na véspera (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

Poucos dias após o acontecido, Bento Gonçalves, por meio de cartas, já questionava Porongos, usando a palavra traição pois, segundo ele, no local onde se encontrava o acampamento, não seria possível chegar de surpresa (SILVA, 2010).

Davi Canabarro é o acusado de ter traído os lanceiros, pois eram eles que impediam o estabelecimento de um tratado de paz com o Império, que se recusava a libertá-los (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

De fato, o episódio teve um efeito decisivo para o desfecho da Revolução Farroupilha, findada em 1845, em acordo realizado em Ponche Verde, onde os farroupilhas tiveram suas requisições atendidas e receberam a anistia do Império, sem que tenha havido qualquer documento que formalizasse tal tratado (ASSUMPÇÃO, 2016).

O acordo teve os seguintes pontos principais: (I) que o Império pagaria as dívidas republicanas; (II) os oficiais farroupilhas seriam incorporados ao exército imperial; (III) os prisioneiros de guerra seriam devolvidos; e (IV) os escravizados que haviam lutado com os farroupilhas seriam declarados livre — o que, segundo registros, não aconteceu, pois muitos foram enviados ao Rio de Janeiro e vendidos na condição de escravizados. Os farroupilhas também conseguiram que o Império aumentasse em 25% a taxa sobre o charque importado (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004).

E assim o exército farroupilha e o Império saíram vitoriosos da guerra que travaram por dez anos, o primeiro teve atendidas suas reivindicações, enquanto o segundo acabara com a insurgência assegurando seu poder e “Assim que os farrapos depuseram as armas, caiu o silêncio sobre a guerra. O Império esforçou-se

³² Tropa de homens negros escravizados que os farroupilhas haviam capturado do Império sob a promessa de que, se lutassem ao lado dos farroupilhas, vencida a Revolução, estariam livres. As principais armas que utilizavam eram lanças, por isso a denominação (SILVA, 2010).

para apagar a memória da República Rio-Grandense” (COSTA; FONSECA; SCHMITT, 2004, p. 146).

Entretanto, mais de um século depois, estudantes de um colégio de Porto Alegre reinventam e ressignificam a Revolução Farroupilha, tornando-a base de um movimento que alteraria os rumos da cultura e da identidade gaúcha, como será visto no próximo capítulo.

3 O TRADICIONALISMO GAÚCHO E AS MULHERES

E, por favor, não achem natural o que acontece e torna a acontecer. Não se deve dizer que nada é natural. Numa época de confusão e sangue, desordem ordenada, arbítrio propositado, humanidade desumanizada, para que imutável não se considere nada (BRECHT, 1977, p. 132).

[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1968, p. 17).

Abre-se este capítulo com as citações de Bertold Brecht e Karl Marx para não perder de vista que a realidade é movimento. As suas configurações são sempre passíveis de mudança, e essas dependem, em grande parte, da ação humana, que também é condicionada pelo tempo histórico e suas determinações.

É justamente na perspectiva da ação humana que se pretende abordar a construção do tradicionalismo gaúcho: quem foram seus idealizadores, quais eram suas motivações, as características que atribuíram, o tempo histórico dessa construção, assim como as posteriores mudanças vivenciadas pelo tradicionalismo gaúcho em sua trajetória.

Dentro dessa estrutura, tem-se um olhar particularizado para apreender de que forma as mulheres foram e estão representadas no tradicionalismo gaúcho, os estereótipos a elas atribuídos, os espaços nos quais atuam e como estes foram sendo modificados ao longo dos anos.

3.1 TRADICIONALISMO GAÚCHO: CONTRADIÇÕES EM MOVIMENTO

Antes de apresentar a história do tradicionalismo gaúcho e suas características, configurações e contradições, é importante elucidar que, no presente estudo, ele é entendido como uma expressão cultural que, segundo Leandro Konder (2005, p. 67), é o “movimento de sujeitos que estão indo além dos limites de suas respectivas singularidades e estão tentando alcançar outros sujeitos”.

Diante dessa perspectiva, cabe destacar que a categoria cultura não possui uma conceituação homogênea, mas sim uma gama variada de sentidos para uma série de autoras e autores de diferentes áreas do conhecimento.

A palavra cultura, do verbo em latim *colere*, tem o sentido de cultivar, criar, cuidar. Faz referência à interação da pessoa humana com a natureza direcionada ao

aprimoramento de suas potencialidades. No século 18, a palavra passa a ser entendida como um sinônimo de civilização. O primeiro conceito, ligado à origem da palavra, implica no entendimento de que a cultura está intrinsecamente ligada à natureza humana. Já no segundo, tem-se uma ideia oposta, sendo a cultura um instrumento utilizado para mensurar o grau de desenvolvimento de uma sociedade (CHAUÍ, 2002).

Assim, a cultura passa a ser encarada como um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que permite avaliar e hierarquizar [...]. Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização (CHAUÍ, 2008, p. 55).

Dessa forma, a cultura e suas expressões são consideradas como condicionantes na visão de mundo da pessoa humana, já que ela influi sobre arquétipos aceitos socialmente e ojeriza aqueles que lhe são diferentes (LARAIA, 2001). Ela é o resultado do processo histórico, e este, por sua vez, é atravessado por diversas manifestações sendo “produto de uma complexa elaboração” (GRAMSCI, 1982, p. 176), pois manifesta-se de formas distintas. Alguns exemplos, no caso do tradicionalismo, são: a linguagem — expressões regionais — e o vestuário — *pilcha*.

Sobre esses aspectos, Marcela Lagarde faz uma síntese sobre a categoria cultura, para a autora:

La cultura es el resultado y la acción de la relación de los seres humanos entre ellos mismos, en su acción sobre la naturaleza y sobre la sociedad. Es el conjunto de características propias, comunes y diversas de los seres humanos frente a todos los otros seres vivos; los distingue de ellos, les permite actuar sobre la naturaleza y, en esa interacción, construir la sociedad y la misma cultura. [...] La cultura es, pues, el contenido de la construcción histórica de los seres humanos³³ (LAGARDE, 2005, p. 27).

Nesse sentido, o autor Yuval Noah Harari, em seu livro “Sapiens — Uma breve história da humanidade”, traz importantes contribuições para pensar a cultura a partir de sua interlocução com a humanidade, para ele, “todas as culturas humanas são, em parte, legado de impérios e civilizações imperiais, e nenhuma

³³ A cultura é o resultado da ação da relação dos seres humanos entre si, na sua ação sobre a natureza e sobre a sociedade. É o conjunto de características próprias, comuns e diversas dos seres humanos frente a todos os outros seres vivos; distingue-os deles, permite-lhes atuar na natureza e, nessa interação, construir a sociedade e a mesma cultura. [...] A cultura é, pois, o conteúdo da construção histórica dos seres humanos (tradução nossa).

cirurgia acadêmica ou política pode remover esse legado sem matar o paciente” (HARARI, 2015, p. 277). Isto é, todas as culturas, em suas crenças, normas e valores, possuem elementos que foram sendo transformados e incorporados por elas de outras culturas, não sendo possível apreender esses elementos e ignorar suas origens.

Um bom exemplo é a bombacha, no que concerne o vestuário, é hoje importante elemento na representação do gaúcho. A peça³⁴, que fazia parte do uniforme do exército da Turquia, havia sido produzida em grande escala pela Inglaterra e, quando a Turquia assinou o tratado de paz que dava fim ao conflito, as peças acabaram acumuladas. Dessa forma, no século 19, foram trazidas e comercializadas na região rio-platense³⁵ (GOLIN, 1983; FAGUNDES *et al.*, 2014).

[...] o desbravador mercantilismo inglês tratou de distribuir o excedente entulhado em seus estoques. A partir de então, os comerciantes da Bacia do Prata passaram a comercializar essa peça. Com a deflagração da Guerra do Paraguai, financiada em grande parte por bancos ingleses, encontrou-se a condição concreta para provocar uma necessidade de demanda (GOLIN, 2004, p. 50).

Outros exemplos bem ilustrativos são o chimarrão e o churrasco, de origens indígenas, que foram integrados como símbolos do tradicionalismo gaúcho, assim como o charque³⁶, produzido pelas pessoas escravizadas.

Ainda sobre a cultura, é importante salientar que ela está sempre em constante transformação:

A cultura pode se transformar em resposta a mudanças em seu ambiente ou por meio da interação com culturas vizinhas, mas também passa por transições decorrentes de sua própria dinâmica interna. Nem mesmo uma cultura completamente isolada, existindo em um ambiente ecologicamente estável, pode evitar mudanças. Diferentemente das leis da física que estão livres de inconsistências, toda ordem criada pelo homem é cheia de contradições internas. As culturas estão o tempo todo tentando conciliar essas contradições, e esse processo alimenta a mudança (HARARI, 2015, p. 224).

³⁴ Pantalones turcos (GOLIN, 1983).

³⁵ Territórios pertencentes aos países arredores ao Rio de La Plata, sendo estes a Argentina, o Paraguai e o Uruguai.

³⁶ Produto fabricado com carne bovina, salgada, prensada e secada ao sol, o charque era rubrica importante na alimentação da escravaria brasileira e das camadas pobres da população urbana do País (TARGA, 1991, p. 12).

É justamente nesse sentido de resposta às transformações globais que o tradicionalismo gaúcho, enquanto uma expressão cultural do Rio Grande do Sul, surge e se organiza.

Atualmente, o estado do Rio Grande do Sul é amplamente reconhecido e autoproclamado por sua forte identidade regionalista, posta e cultuada como sendo natural, intrínseca de quem nasce no estado. Estando também essa identidade incorporada nas leis e no imaginário coletivo da população gaúcha.

Entretanto, o tradicionalismo gaúcho, da forma que se apresenta hoje, seja nos eventos e festivais ao longo do ano, na Semana Farroupilha, nas escolas e na mentalidade coletiva da população do Rio Grande do Sul, é um fenômeno relativamente novo, ainda que evoque um tempo muito longínquo.

Foi em agosto de 1947, em Porto Alegre, com a fundação do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil do Colégio Júlio de Castilhos que teve início o que viria a ser o movimento tradicionalista gaúcho³⁷ organizado, idealizado e colocado em curso por Barbosa Lessa e Paixão Côrtes (OLIVEIRA, 2007).

Foi então que o estudante Paixão Côrtes, com 19 anos de idade, deu o toque de reunir, em setembro de 1947, com a fundação do Departamento de Tradições Gaúchas do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos. E encilhou os primeiros “pingos” na capital. E acendeu a primeira Chama Crioula. E realizou a primeira Ronda Crioula. A primeira Semana Farroupilha. Com meia dúzia de gatos-pingados (LESSA, 1985, p. 57).

O grupo de estudantes, formado por “alguns segmentos da pequena burguesia interiorana” (RÜDIGER, 2007, p. 387), se sentia um tanto deslocado na cidade de Porto Alegre, que muito diferia de suas vivências nas cidades do interior do estado. Por esse motivo, trataram de se organizar para a construção de uma agremiação que lhes desse o sentimento de pertencimento (RÜDIGER, 2007).

Um momento emblemático, conforme a descrição de Lessa (1985), aconteceu em 5 de setembro de 1947, quando Paixão Côrtes e outros sete homens³⁸ se organizaram para escoltar os restos mortais de Davi Canabarro, que eram trazidos

³⁷ Quando estiver em letras minúsculas se refere ao tradicionalismo gaúcho e suas configurações, já com iniciais maiúsculas se refere à instituição de caráter jurídico.

³⁸ “Além de Paixão Côrtes (Sant’Ana do Livramento), estavam presentes: Antônio João de Sá de Siqueira (Bagé), Fernando Machado Vieira (Júlio de Castilhos), João Machado Vieira (Júlio de Castilhos), Cilso Araújo Campos (Alegrete), Ciro Dias da Costa (Cruz Alta), Orlando Jorge de Degrazia (Itaqui) e Cyro Dutra Ferreira (General Câmara). Todos eram provenientes da região do estado do Rio Grande do Sul conhecida como campanha” (MACEDO, 2012, p. 41).

de Santana do Livramento para Porto Alegre. David Canabarro era visto como um herói da Revolução Farroupilha, ficando completamente apagada sua participação no controverso episódio de Porongos, citado no capítulo anterior.

Nos meses que se seguiram, com o objetivo de preservação e desenvolvimento do que entendiam por identidade e cultura gaúcha, foi sendo desenvolvido o movimento tradicionalista. E, em 24 de abril de 1948, foi fundado, por vinte e quatro estudantes³⁹ do colégio Júlio de Castilhos, o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG) no município de Porto Alegre, nomeado de 35, alusão à ideia inicial de ser composto apenas por trinta e cinco membros. Algo que foi desconsiderado, uma vez que a ideia era que fosse algo para toda a população gaúcha, nas palavras de Lessa (1985, p. 57) “nossa ideia era a de afirmação das tradições pastoris ilimitadamente”.

O Centro terá por finalidade zelar pelas tradições do Rio Grande do Sul, sua história, suas lendas, canções, o linguajar, a maneira de encilhar um pingo e sair galopando, isso nós sabíamos. Mas, quanto ao mais, o assunto ia se tornando complexo. História é uma ciência social muito séria, e não éramos historiadores; e História não se inventa. Folclore é uma ciência social muito séria, e não éramos folcloristas; e Folclore não se inventa. Antropologia é uma ciência social muito séria, e não éramos antropólogos; e Antropologia não se inventa. Mas éramos tradicionalistas. Gente mantendo ativamente no presente aspectos do passado, com vista ao futuro (LESSA, 1985, p. 64).

Nesse sentido, o contexto da época contribuiu imensamente para a construção do movimento tradicionalista gaúcho. O mundo vivenciava a expansão capitalista global e a ascensão do padrão fordista-taylorista de produção, vinculados à hegemonia norte-americana, que propagava seu estilo de vida, impondo seus valores aos povos de diversas tradições culturais (NETTO; BRAZ, 2006).

Obviamente, essa imposição gerou resistências, tanto aos níveis nacionais quanto regionais. O tradicionalismo gaúcho surge com o discurso de reação às transformações que a sociedade experimentava, devido à expansão capitalista e suas práticas unificantes, que destroem valores e tradições culturais. Resultante disso é o “processo de encontro entre o global e o local, entre a modernidade e a tradição” (KONFLANZ, 2013, p. 10).

Nas palavras de Barbosa Lessa:

³⁹ Todos homens (LESSA, 1985).

Uma das características mais marcantes de nossa época é o enfraquecimento da vida grupal. As unidades sociais pequenas estão gradativamente desaparecendo e cedendo lugar às massas de indivíduos. A mudança de padrões culturais tem sido tão rápida que, em geral, o adulto de hoje ainda teve a sua infância condicionada à vida segundo bases do grupo local (LESSA, 1985, p. 81).

Dessa maneira, o movimento teria por objetivo combater a “desintegração social”, por meio de atividades culturais que reforçassem os valores da cultura gaúcha, mediante uma mentalidade coletiva, tendo esta por objetivo adaptar o sujeito ao seu lugar na sociedade, sendo os Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) os espaços privilegiados para tal (LESSA, 1985). Nesse sentido, Glaucus Saraiva (1968, p. 45) define que “O Movimento Tradicionalista nasceu para — entre outras coisas pugnar pelo levantamento dos padrões de civilização e cultura da nossa gente”.

Manter a distinção entre o Rio Grande do Sul e o resto do Brasil seria uma forma de preservar a identidade cultural do estado. Por isso, um elemento recorrente no discurso tradicionalista é a referência à ameaça que estaria pairando sobre a integridade gaúcha (OLIVEN, 1992, p. 78).

Tais objetivos e ideais conquistaram um número significativo de pessoas, que trabalhavam no intuito de levá-las adiante, de organizá-las e de disseminá-las. Desse processo, no ano de 1966, no 12º Congresso Tradicionalista Gaúcho, realizado no município de Tramandaí, foi consenso a criação de uma associação de entidades tradicionalistas, assim nasceu o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), enquanto uma associação da sociedade civil, registrada em cartório no dia 27 de novembro de 1967 (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

O MTG atualmente atua com base em dois objetivos: (I) o de reunir os CTGs e demais entidades, no sentido de garantir a unicidade e padronização das atividades realizadas nesses espaços; e (II) preservar a produção de conhecimento no âmbito tradicionalista, no que tange os estudos da história, da tradição e do folclore, assim como documentos desenvolvidos dos eventos tradicionalistas, como a Carta de Princípios⁴⁰ e as teses aprovadas em congressos (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

⁴⁰ Vide Anexo C.

Sobre a Carta de Princípios⁴¹, ela é o documento máximo do tradicionalismo gaúcho, responsável por nortear a organização do movimento e seus demais regulamentos e normas. Foi aprovada no 8º Congresso Tradicionalista, realizado entre os dias 20 e 23 de julho de 1961, no município de Taquara e, desde então, não sofreu qualquer alteração (WINCK; TEIXEIRA, 2018).

Nos artigos que compõem a Carta de Princípios destacam-se alguns elementos:

I — **Auxiliar o Estado** na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.

II — **Cultuar e difundir nossa História**, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade.

III — Promover, no meio do nosso povo, uma **retomada de consciência dos valores morais do gaúcho**.

VI — **Preservar o nosso patrimônio sociológico** representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares.

XIV — Evitar atitudes pessoais ou coletivas que **deslustrem** e venha em detrimento dos **princípios da formação moral do gaúcho**.

XX — **Zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos**, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas Tradicionais.

XXVI — Revalidar e reafirmar os **valores fundamentais da nossa formação**, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade.

XXIX — Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê **ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado**, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria (WINCK; TEIXEIRA, 2018, p. 13-15, grifo nosso).

Cabe destacar que, ao longo de todo o documento, é utilizada uma linguagem sexista. Esta acaba por invisibilizar as mulheres e a sua participação, uma vez que é adotado o uso do masculino como genérico. Tal linguagem “transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre os sexos” (FRANCO; CERVERA, 2006, p. 5). Entretanto, tal fato não é exclusivo do documento, ou do tradicionalismo, é característica ainda muito comum na linguagem escrita⁴².

Já no primeiro artigo da Carta de Princípios é evidenciado o desejo de articulação com o Estado, a incorporação do movimento à estrutura política.

⁴¹ Redigida por Glaucos Saraiva, com contribuições de José Paim Brittes e Pedro Villas-Boas (CIRNE, 2017).

⁴² Nesse sentido, em 27 de dezembro de 2012, mediante o Decreto nº. 49.994, fica estabelecida a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual do Rio Grande do Sul (TOLEDO *et al.*, 2014).

Elemento plenamente alcançado, no que tange à legislação, foi aprovada a Lei nº, 4.850, de 11 de dezembro de 1964 que oficializava a Semana Farroupilha, como consta em seu Art. 1º “É oficializada a ‘Semana Farroupilha’ no Rio Grande do Sul, a ser comemorada de 14 a 20 de setembro de cada ano, em homenagem e memória aos heróis farroupilha” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1964).

Tal lei ganhou nova redação com a Lei nº. 12.422, de 27 de dezembro de 2005, onde define-se que farão parte das festividades as escolas de 1º e 2º graus (estaduais, municipais e as da rede privada de ensino), assim como as unidades da Brigada Militar⁴³ e os CTGs e demais associações tradicionalistas. As festividades serão organizadas pelas Secretarias de Educação, do Turismo e da Cultura, bem como pela Brigada Militar e pelas instituições tradicionalistas (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2005).

Outra lei que se destaca é a Lei nº. 8.813, de 10 de janeiro de 1989, que oficializa, enquanto traje de honra e de uso preferencial no estado, tanto para homens quanto para mulheres, a indumentária denominada pilcha gaúcha. A qual, segundo a lei, será considerada “somente aquela que, com autenticidade, reproduza com elegância, a sobriedade da nossa indumentária histórica”, segundo as diretrizes definidas pelo MTG. A pilcha pode substituir qualquer traje em ato oficial, público ou privado (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1989).

Nesse sentido, tem-se também a Lei nº. 11.929, de 20 de junho de 2003, que define o churrasco como prato típico e o chimarrão como bebida símbolo do RS, além de lhes conceder o dia de 24 de abril como “Dia do Churrasco” e “Dia do Chimarrão”. Segundo a lei, anualmente serão homenageadas, pela Assembleia Legislativa, uma churrascaria e uma ervateira que se destaquem pela qualidade, fidelidade ao “estilo gaúcho” e aceitação do público (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2003).

A difusão do tradicionalismo virou, inclusive, mote de políticas públicas. Em 1976, em plena ditadura militar, foi fundado o Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - IGTF, órgão ainda hoje existente, vinculado à Secretaria de Cultura, que pretende promover e divulgar estudos folclóricos. Mas ele

⁴³ Força de segurança pública, têm por função o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul (BRIGADA MILITAR, 2020).

sempre foi dominado pelos tradicionalistas e serviu de braço estatal do movimento (ZALLA, 2016, p. 32).

Assim, as leis citadas em conjunto com as demais⁴⁴, no que tange ao tradicionalismo gaúcho, constituem um arcabouço legal que permite ao tradicionalismo perpassar para muito além da esfera privada dos indivíduos que dele participam, como os setores da educação e da segurança pública. Isso possibilita ao tradicionalismo a hegemonia cultural⁴⁵, que termina por penetrar, não apenas na mentalidade coletiva da população gaúcha, mas também em suas experiências vivenciadas cotidianamente, além de acabar ofuscando as demais expressões culturais, tão legítimas quanto o próprio tradicionalismo.

Quanto aos demais artigos elencados, é necessário fazer alguns apontamentos, uma vez que eles destacam o culto e a difusão da história gaúcha, a pureza e a fidelidade dos costumes “autênticos”, assim como a retomada dos valores morais.

Tais pontos são importantes pois, ao falar da história, o tradicionalismo gaúcho se debruça em apenas algumas partes dessa, dando ênfase à Revolução Farroupilha, que é refinada para determinados fins, como dar legitimidade aos princípios tradicionalistas e ofuscar elementos que o questionem, como a questão racial e a trajetória que a população negra vivenciou neste extrato da história escolhido pelo tradicionalismo.

Salvador Lamberty (1989), no livro “ABC do tradicionalismo”, quando discorre sobre a história do estado e sobre Revolução Farroupilha ignora completamente a presença do escravismo e da população negra, mesmo quando cita as charqueadas, principal polo escravista da época, apenas faz o apontamento de que o charque gaúcho tinha qualidade inferior, já “No Uruguai, com o trabalho assalariado fixo, o charque era de melhor qualidade” (LAMBERTY, 1989, p. 139). Sobre a população indígena, o autor declara que “A contribuição do índio na nossa história é inegável [...] foram a semente de nossa civilização” (LAMBERTY, 1989, p. 12).

Tal fato se explica na própria carta de princípios, pois um movimento que trata sobre pureza e fidelidade de costumes e sobre a formação histórica de um povo tão virtuoso não pode conceber a existência de tão odiosa instituição, como a

⁴⁴ Há um compilado das leis e decretos disponível na página virtual do MTG, na aba Legislação.

⁴⁵ Abordada no decorrer do capítulo.

escravização, assim opta por ignorar sua presença na história, focando em outros elementos.

Já a questão moral, ou a retomada dela, que pode ser vista ao longo dos 29 artigos da Carta, tem relação com o conservadorismo da elite gaúcha, que conforme visto no capítulo anterior, se constituiu com um caráter militarizado, uma vez que estava costumeiramente envolvida em conflitos bélicos. Dessa forma, deseja conservar o *status quo*.

O conservadorismo regionalista e o tradicionalismo, em particular, insistem na existência passadista desse padrão cultural, propondo sempre o eterno retorno. E retroagir para esse tempo perdido significa, inelutavelmente, revelar sua visão otimista do universo latifundiário como padronização da identidade rio-grandense (GOLIN, 1992, p. 91).

Nesse sentido, a história que o tradicionalismo deseja cultuar e o conservadorismo que almeja preservar atuam em uníssono. Assim, para Oliven (1992) esses seriam mecanismos utilizados para criar uma identidade cultural do Rio Grande do Sul, entretanto carregados de um aspecto ideológico que propõe um retorno a um passado que deixou de existir, ou que até mesmo nunca tenha existido. Conforme Golin (1983, p. 67), “Nessa apologia ao passado, é resgatado o mundo completamente positivo, sem mácula. Um tempo sobre a égide dos heróis rio-grandense”, como pode ser confirmado pelos principais precursores do tradicionalismo:

Na economia gaúcha os senhores de terras — empresários pastores — conjugaram as forças com o xiru (mestiço índio) e prescindiram do braço escravo. O senhor do engenho e o fazendeiro de café, herdeiros e transmissores de preconceitos contra o trabalho braçal, jamais ombrearam com seus escravos; o estancieiro, empolgado pelo caráter desportivo da campina, competiu com xiru nos torneios de destreza impostos pela doma e o laço. O fazendeiro fugiu da **senzala**, triste reduto de escravos; o estancieiro aproximou-se do **galpão**, herança índia transformada em clube de homens livres convivendo democraticamente. A senzala apartou os homens em classes sociais quase antagônicas; o galpão os aproximou. A senzala obstruiu, o galpão aguçou a comunicação social (LESSA; CÔRTEZ, 1975, p. 68–69, grifos do autor).

Tal extrato mostra uma visão idealizada do Rio Grande do Sul, o *galpão* é visto como um local quase que mágico, capaz de acabar com qualquer antagonismo histórico e/ou social. Assim, cria-se a falsa ideia da democracia racial e o apagamento das classes sociais, além de mascarar todo o genocídio vivenciado

pela população indígena e pela população negra, como se tivessem sido fácil e gentilmente incorporados à sociedade gaúcha. Destaca-se, também, o ocultamento das relações de gênero.

Como já exposto no capítulo anterior, a historiografia contribuiu com essas interpretações fetichizadas, dando base ao tradicionalismo para conseguir propor uma padronização identitária no estado, mesmo que não encontre aporte real na história gaúcha, que como demonstrado anteriormente é multiétnica e multicultural. “Essa historiografia reproduziu o núcleo duro do mito do gaúcho heroico sem apelar ao elemento popular, negando a miscigenação racial, as trocas culturais com os países platinos e, inclusive, o peso da escravidão na história da região” (ZALLA, 2016, p. 28).

Com esse direcionamento, o tradicionalismo cria o mito do gaúcho heroico, uma vez que entende, exalta e mitifica a Revolução Farroupilha desta forma, como o episódio mais glorioso e heroico da história do estado, nas palavras de Lamberty (1989, p. 17), “Após muitos anos de lutas, hoje o sul rio-grandense tem o dia 20 de setembro como Dia do Gaúcho, que referência sua epopeia do feito máximo — a Revolução Farroupilha”.

Há no tradicionalismo gaúcho essa noção de que a Revolução Farroupilha tinha o objetivo de libertar o estado dos ditames do Império, como o próprio hino diz “foi o 20 de setembro, o precursor da liberdade”, entretanto, como já visto, o Rio Grande do Sul não se libertou do Império, entrou em acordo com este ao findar a revolução. Algumas produções até ironizam o fato de o estado comemorar uma guerra perdida.

Juremir Machado da Silva é categórico ao afirmar que “construtores de mitos tem tentado fazer dos farrapos aquilo que eles não foram: heróis populares à frente do seu tempo, lutando por um mundo de igualdade e humanidade” (SILVA, 2010, p. 136). Nesse sentido, Márcia Ramos de Oliveira faz uma importante síntese crítica sobre o mito do gaúcho:

[...] seu estereótipo, personaliza um ser heroico, altivo, corajoso; impiedoso na defesa de altos ideais, justo. Esquecido de um passado de escravos indígenas e africanos, de peões de estância arregimentados como farta massa de manobra nos conflitos pela posse dos latifúndios a que deveriam pertencer, a representação desse gaúcho no século XX, como mito que é, esbanja qualidades que tornam improvável sua existência neste e em momentos anteriores (OLIVEIRA, 2007, p. 507).

Segundo Dutra (2002) as primeiras atividades realizadas pelo tradicionalismo inaugurado em 1947 se concentravam em homenagear as principais figuras farroupilhas e essa figura do gaúcho idealizado, sendo estes os elementos que fundamentaram o movimento tradicionalista gaúcho.

Procurávamos assim mentalizar a figura ideal do homem do campo rio-grandense, acima de nossas reduzidas vivências municipais e além dos limites de nossa própria época: buscávamos aquela síntese, se possível, aquele ponto de encontro entre passado e presente, em dimensão estadual (LESSA; CÔRTEZ, 1975, p. 101).

Assim, Lessa e Côrtes admitem essa idealização. A figura mítica do gaúcho se constituiu como uma quimera, com elementos históricos e projeções distintas, onde encontram-se mesclados os estereótipos do patrão — o estancieiro, chefe militar — e do peão — sem posses, portanto, livre e aventureiro —, bem como qualidades e virtudes almeçadas, que juntas formam um todo complexo e contraditório.

[...] características básicas presentes no chamado “mito do gaúcho”: a oscilação entre a rudeza e a gentileza, a coragem e a bravura, a prontidão para a peleia, o amor à terra, ao pago, tão presente hoje em dia no discurso tradicionalista, sendo todas estas características supostamente adquiridas pela influência do meio e transmitidas aos gaúchos de todas as épocas (FREITAS; SILVEIRA, 2004, p. 268)

Dessa forma, o tradicionalismo tratou de disseminar essa identidade construída e amplamente aceita, afinal, quem não gostaria de se sentir pertencente a um povo dotado de tantas virtudes, e que, para tê-las, bastaria nascer dentro do delineado geográfico que compõe o estado, uma vez que essa idealização, “tendo sido apropriada pelo discurso literário, político, é utilizada nos dias de hoje como símbolo de todas as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul” (FREITAS; SILVEIRA, 2004, p. 267).

O grande problema é que esta figura idealizada e propagada pelo tradicionalismo acarreta a não problematização da história do estado, de suas contradições, desigualdades, suas lutas internas e sua multiculturalidade. E, conseqüentemente, a identidade do povo do estado acaba sendo representada pela figura do gaúcho inventado, incorporado e aceito como histórico pelo senso comum (GOLIN, 1992).

Os próprios Barbosa Lessa e Paixão Côrtes não negam que o tradicionalismo tenha sido uma construção, para tanto, expõem que percorreram o estado pesquisando costumes, vestimentas, danças, modos de ser e agir, instrumentos e o que mais pudessem resgatar das tradições do passado. E ainda que tenham recolhido importantes achados, deixam claro haver muitas lacunas (LESSA; CÔRTEZ, 1975). Dessa forma, em suas palavras, “quando a tradição não existe completamente formalizada, completa-se o que está faltando para fortalecer o alicerce” (LESSA, 1985, p. 69).

Assim, parece óbvio que essas lacunas foram preenchidas com a ideologia, os valores e as crenças de seus precursores. Segundo Oliven (1992), estes eram pertencentes à classe média intelectualizada da sociedade gaúcha, possuidores de algum capital econômico e cultural e nascidos e criados nas cidades, ainda que provenientes do interior do estado.

Porém, ainda que o tradicionalismo gaúcho tenha sua construção realizada, principalmente, pelas elites da época, é fato que visavam o apoio das massas populares. Como é confirmado por Barbosa Lessa e Glaucus Saraiva, para eles:

O tradicionalismo deve ser um movimento nitidamente POPULAR, não simplesmente intelectual. É verdade que ele continuará sendo compreendido em sua finalidade última, apenas por uma minoria intelectual. Mas, para vencer, é fundamental que seja sentido e desenvolvido no próprio seio das camadas populares (LESSA, 1985, p. 83).

Como é fácil constatar, as maiores expressões de liderança na América saíam das elites sociais, culturais e financeiras. Para elas, portanto, o Tradicionalismo deve voltar a sua ação de conquista, na certeza de que o povo as seguirá (SARAIVA, 1968, p. 85).

Para compreender melhor esses elementos, a categoria “hegemonia cultural” em Gramsci (1982) permite fazer tal mediação com o tradicionalismo gaúcho. Para Gramsci, a hegemonia cultural é o termo usado para descrever a dominação de uma classe sobre outra, por meio da cultura. Tornando-se, assim, a cultura propagada pela classe dominante, natural de toda a sociedade, isto é, hegemônica.

Nesse sentido, o tradicionalismo gaúcho, enquanto expressão da classe dominante da época, torna-se hegemônico nos diversos extratos da sociedade gaúcha. Ainda que não signifique a homogeneidade de pensamento — pois como exposto, muitas autoras e autores têm questionado essa construção — o tradicionalismo se constituiu e se mantém tendo o monopólio da cultura gaúcha.

Isso se evidencia, no já citado arcabouço legal, uma vez que o tradicionalismo é incorporado nas leis, na expansão do tradicionalismo para outros estados e até mesmo para outros países⁴⁶. Os estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso contam com suas próprias sedes do Movimento Tradicionalista Gaúcho, os três também têm a Carta de Princípios como documento norteador.

Para Harari (2015), a cultura também carrega um grande poder de alienação. No caso do tradicionalismo, essa alienação contribuiu para uma visão rasa e romantizada da história gaúcha, difundida e cultuada para além das fronteiras do estado.

Destarte, no item a seguir, será debatido como esses processos influenciaram na representação das mulheres gaúchas, bem como os movimentos recentes protagonizados por elas no tradicionalismo gaúcho.

3.2 A MULHER NO TRADICIONALISMO GAÚCHO: ARQUÉTIPO E REALIDADE

Assim como a figura heroica e mítica do homem gaúcho foi construída com base na idealização de seus precursores, a representação da mulher gaúcha passou por esse mesmo processo, a diferença é que sem a presença destas em tal construção.

Ainda que o movimento tenha sido criado e desenvolvido por homens, a participação da mulher nunca foi negada, Lessa e Côrtes (1975) contam que no ano de 1949

Coube à jovem Lory Meireles Karpen [...] a iniciativa de procurar-nos para propor que acolhêssemos também moças em nosso quadro social. A ideia foi aprovada, e assim surgiu a Invernada das Prendas; mas Lory Karpen não teve continuadoras, e o novo departamento desapareceu um ou dois meses depois (LESSA; CÔRTEZ, 1975, p. 90).

Tal trecho demonstra que, provavelmente, o movimento na época era pouco atrativo para as mulheres. Uma hipótese para tal fato é justamente a construção deste ter sido exclusivamente masculina e impregnada por uma visão patriarcal e reducionista no que se refere às mulheres.

⁴⁶ Segundo matéria do G1 RS, em 2015 quase 40% dos CTGs existentes no Brasil se encontravam fora do RS (G1 RS, 2015). Segundo Zalla (2020, p. 32), “onde há gaúchos em número considerável, há CTGs. Eles estão presentes em 23 estados brasileiros e já foram fundados, inclusive, 16 centros no exterior”.

Prova disso, são as distinções feitas por Glaucus Saraiva (1968) em seu *Manual do Tradicionalista* ao se referir aos homens e às mulheres: “Homem! Na verdadeira amplitude do termo, ser homem é uma conquista do espírito, uma revelação de inteligência, uma afirmação do caráter” (SARAIVA, 1968, p. 44), o que evidencia a percepção de que a figura do homem é vista como superior.

Já no que tange à figura da mulher, o autor declara: “o útero da mulher é o crisol biológico onde se processa o fenômeno maravilhoso que é o milagre do embrião humano. Um útero humano pode gerar homens” (SARAIVA, 1968, p. 44), tal trecho deixa claro o papel subalterno e restrito da mulher, exaltada apenas no sentido de reprodução e dessa ter a capacidade de gerar homens. A própria palavra homens, utilizada pelo autor faz questionar se ele estaria se referindo a pessoa humana ou ao sexo biológico, uma vez que a linguagem adotada ao longo da obra é sexista, o que torna interpretação se torna subjetiva.

Sobre esse aspecto, é necessário destacar que as noções do que é ser mulher e do que é ser homem são construções sociais, Simone de Beauvoir (1967, p. 9) escreveu “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, justamente questionando que essas determinações biológicas não definem o posicionamento do gênero perante a sociedade, ao contrário é o movimento da sociedade a partir desses aspectos — sejam biológicos, sociais, culturais, econômicos etc. — que vai criando esses estereótipos, de modo que as pessoas sejam enquadradas neles.

Obviamente não se pode analisar tais materiais sem que se considere seu tempo histórico, o próprio manual de Saraiva teve sua publicação na época da Ditadura Militar. Um período em que a população brasileira vivenciava o autoritarismo, a violência por parte do Estado ditatorial e o desprezo pelos direitos humanos, para citar apenas alguns elementos que constituíam esse período lúgubre na história do Brasil (RICHTER; FARIAS, 2019).

Diante desse contexto, é importante analisar e compreender como era a estrutura da sociedade gaúcha da época, Guacira Lopes Louro (1986), em seu artigo *Prendas e antiprendas: educando a mulher gaúcha*, demonstra que a formação escolar — levando em consideração que o tradicionalismo surgiu dentro de uma escola — era diferente para meninos e meninas:

De fato, dentro da ideologia dominante na época, fala-se que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas. Nesta distinção parecia estar presente a ideia de que instrução seria algo mais adequado aos

homens, ou melhor, algo perigoso para as mulheres, porque poderia lhes colocar em posição semelhante à deles. O termo educação parece ser entendido de modo mais amplo e englobar uma formação ideológica, enquanto que instrução provavelmente se refere de modo restrito às informações, ou ao saber científico e cultural disponível num dado momento histórico. Já que o dominar informações confere poder, é importante que isto seja privilégio do setor dominante. Na contraposição que se colocava, educação envolvia a doutrinação da mulher sobre seu lugar na sociedade (LOURO, 1986, p. 27).

O trecho explana como a estrutura patriarcal da época condicionava a educação das mulheres, que deveria ser restrita, de modo que não se aproximasse da educação recebida pelos homens e nem do poder que estes dispunham na organização da sociedade. Pois, como anteriormente citado, o patriarcado se refere ao sistema desigual de poder entre mulheres e homens, que é produzido e reproduzido em diversos espaços e instituições, sendo a escola um dos eixos principais desse processo.

A autora Michelle Perrot (2007) também faz esse debate sobre educação e instrução, só que analisando o contexto europeu, na percepção de Perrot, a instrução se daria apenas nos aspectos necessários para a manutenção da organização social da época, “Formá-las para seus papéis futuros de mulher, dona-de-casa, de esposa e mãe” (PERROT, 2007, p. 93).

Nesse sentido, pode-se afirmar que os moldes de educação e instrução, tanto no cenário mundial quanto regional, tinham o mesmo direcionamento: educar e instruir as mulheres para que aceitassem e desempenhassem os papéis tradicionais de gênero, que consistiam

Como características tradicionalmente atribuídas às mulheres podem ser citadas como exemplos aquelas que favorecem o ensino, o cuidado, as atividades domésticas cotidianas e a maternagem, como sensibilidade, passividade, meiguice, tolerância. Com relação às características tradicionalmente associadas aos homens podem ser citadas como exemplos as de liderança, agressividade, força física, lógica e ousadia (LIMA *et al.*, 2017, p. 37).

À menina são atribuídos qualificativos como passividade, docilidade, desejo de poder em seu território natural, o lar, instinto de maternidade, romantismo, enquanto que é ao sexo masculino correspondem a vocação do poder, a capacidade de tomar iniciativas, tenacidade, desejo de liberdade e racionalidade (RAGO, 1997, p. 83).

Assim, fica claro que ser mulher não é uma condição inerente ao nascimento, ao aspecto biológico, mas uma construção permeada de determinações históricas e

ideológicas, que “vão refletir as posições que a mulher ocupa no mundo produtivo, e vão também contribuir para manter, reforçar ou transformar os papéis a ela atribuídos socialmente” (LOURO, 1986, p. 26).

Barbosa Lessa e Paixão Côrtes, por meio de seus estudos, fazem um paralelo entre a colonização geral do Brasil e a do Rio Grande do Sul, dizendo que, enquanto no Brasil, esta se deu majoritariamente por “homens sós”, no Rio Grande do Sul as mulheres tiveram uma maior participação. Por essa particularidade, para os autores, as mulheres do estado eram diferenciadas do restante do Brasil.

No período colonial, a mulher brasileira esteve em segundo plano, metida entre mucamas e molecas, casando entre os doze e os quatorze anos, não raro analfabeta, portanto incapaz de trazer qualquer encanto a sociedade [...] Ao contrário, a mulher gaúcha não precisou fugir dos ambientes de trabalho e — desde que respeitasse o galpão como cenáculo masculino — pode participar mais amiúde do convívio com os homens (LESSA; CÔRTEZ, 1975, p. 69).

Isto é, segundo os autores, as mulheres gaúchas teriam mais contato com a sociedade, enquanto o restante das mulheres brasileiras ficava mais restrita ao ambiente doméstico. Mas como explicitam, as mulheres gaúchas deveriam “respeitar” os espaços expressamente masculinos. O que demonstra que, apesar de apontarem as diferenças, ambas mulheres tinham espaços determinados. Isso pois as mulheres eram vistas sob uma ótica objetificada, onde a participação das mesmas ficava restrita a trazer “encanto” à sociedade, encanto este, basicamente, representado por sua beleza estética.

O próprio termo *prenda*, como é chamada a mulher gaúcha, nas palavras de Glaucus Saraiva (1968, p. 117) “tudo o que o gaúcho muito queria chamava *prenda*, daí esta classificação”, já segundo o Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul (1984) significa: “jóia, relíquia, presente de valor. Em sentido figurado, moça gaúcha”. Sendo em primeiro lugar uma coisa, deixando claro a objetificação da mulher gaúcha.

Há também a questão de que “A companheira do gaúcho fronteiriço era a ‘china’, que, no imaginário local, era associada a uma mulher ‘de vida fácil’, que não constituía matrimônio e trocava de parceiro com frequência” (ZALLA, 2016, p. 31), então o termo *prenda* seria usado para dissociar essa imagem pejorativa. Tanto é, que o termo só passou a ser utilizado em 1950, após sua inclusão no regulamento

do 35 CTG, no início usado para designar as mulheres tradicionalistas e, mais tarde, também as mulheres gaúchas (ZALLA, 2020).

A própria definição da vestimenta da prenda não contou inicialmente com a participação das mulheres, esta foi definida, segundo Lessa, por Paixão Côrtes:

Paixão encasquetou que deviam ser vestidos compridos até os tornozelos; eu argumentei que se nós, rapazes, estávamos trajando nossas costumeiras bombachas, não carecia que as moças se voltassem para tão longe nos antigamentes; isto não chegou a ser posto em votação, mas o bigodudo Paixão nos venceu pelo cansaço (LESSA, 1985, p. 66).

Mesmo que os trajes dos homens incorporassem elementos mais modernos presentes na cultura do estado, os trajes das mulheres gaúchas ficaram restritos a um passado longínquo, exemplificando o conservadorismo tradicionalista direcionado com destaque às mulheres. Ainda assim, o primeiro vestido de prenda utilizado, como pode ser visto na Figura 1, possuía mangas curtas e deixava parte do colo a mostra.

Figura 1 — O primeiro vestido de prenda



Fonte: Silva; Cirne (2017).

A imagem data de 18 de junho de 1949, nela estão o casal Cyra Eilert dos Santos e Cyro Dutra Ferreira, em um evento social no qual estavam “divulgando e buscando a personalização do Movimento que estavam ajudando a criar” (SILVA; CIRNE, 2017, p. 53).

No desenvolvimento da indumentária feminina, o *Manual do Tradicionalista*, de Glaucus Saraiva (1968), define em poucas linhas⁴⁷ que deveria se tratar de um vestido simples e recatado, e depois acrescenta erros que as prendas não devem cometer “sob pena de críticas e correções” (SARAIVA, 1968, p. 58). Alguns desses erros incluem: sapatos e penteados modernos, decotes e lenços masculinos.

Tudo não passa de convenção para dar às «prendas» uma vestimenta típica que elas não souberam fixar através da nossa formação sociológica e isto por uma razão muito simples: a vaidade universal da mulher que sempre procurou acompanhar a «moda», venha ela de onde vier (SARAIVA, 1968, p. 57–58).

O trecho demonstra o estereótipo de gênero, em relação às mulheres, como vaidosas por natureza, desconsiderando “que a história, escrita fundamentalmente pelos homens, durante muitos anos optou em excluir as mulheres dos relatos historiográficos” (SILVA, 2008, p. 223).

Glaucus Saraiva ainda segue, em seu manual, pedindo que as mulheres não modifiquem a indumentária que lhes foi determinada, pois esta foi pensada “atendendo às virtudes de recato, simplicidade e pudor que o gaúcho lhes atribui” (SARAIVA, 1968, p. 57–58).

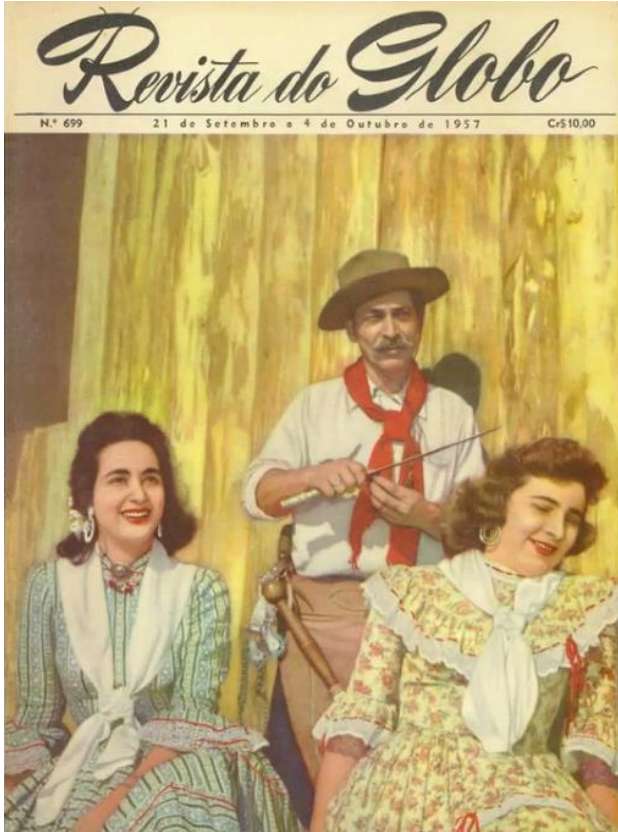
Foi uma escolha do setor mais conservador dos jovens rapazes tradicionalistas (as moças nem opinaram), baseada no vestido de chita paulista e nos vestidos dos clubes crioulos platinos, com o objetivo de cobrir todo o corpo da mulher e driblar possíveis suspeitas da sociedade porto-alegrense. (ZALLA, 2016, p. 32).

A partir desses elementos, como pode ser visto na Figura 2, o vestido ganhou mangas na altura dos cotovelos, mais detalhes em tecidos e cortes, não deixando à mostra nenhuma parte do colo. Características que permanecem até hoje na

⁴⁷ Em contraponto, a vestimenta masculina ocupa um número considerado de páginas, se debruçando — ainda que de forma resumida — em cada peça da indumentária.

indumentária, como demonstra a Figura 3, que segue as Diretrizes para a Pilcha Gaúcha definidas pelo do MTG⁴⁸.

Figura 2 — Revista do Globo de 1957



Fonte: Zalla (2020).

Figura 3 — Vestido de prenda atual



Fonte: imagem cedida por participante.

No ano de 1998, no Congresso Tradicionalista realizado no município de Santa Cruz do Sul, houve questionamento por parte de algumas mulheres sobre possíveis mudanças na indumentária, sob a justificativa de que os vestidos muitas vezes não condiziam com clima do estado e que elas sentiam muito calor por conta das danças, o que lhes causava prejuízos, entretanto, a comissão de congressistas, majoritariamente masculina, não concordou e manteve as diretrizes⁴⁹ (ZALLA, 2020).

⁴⁸ As Diretrizes da Pilcha Feminina definidas pelo MTG encontram-se no Anexo D. O documento completo está disponível em: <http://www.mtg.org.br/wp-content/uploads/2020/06/DIRETRIZ-DE-INDUMENT%C3%81RIA-GA%C3%9ACHA-2017.pdf>.

⁴⁹ Ao longo dos anos houve algumas mudanças na indumentária, porém não com o direcionamento proposto nesse congresso.

O que corrobora à visão de que a prenda nada mais é que um objeto, criado e vestido pelos homens para satisfazer sua visão de mulher ideal.

O Tradicionalismo gaúcho criou a prenda inspirado no modelo feminino que foi assentado pela sociedade patriarcal e reforçado pela forte influência do positivismo no Rio Grande do Sul. Esta concepção positivista presente na sociedade, marcou os fundamentos gerais do culto às tradições propagandeado pelas entidades tradicionalistas fundadas por Cezimbra Jacques no séc. XIX. O positivismo também continuou norteando o pensamento dos tradicionalistas do séc. XX, que criaram a prenda, visto que esta representa a imagem de submissão das mulheres, ao seu papel de mãe, esposa ou filha (DUTRA, 2002, p. 52).

Apesar disso, a “dominação de um sexo sobre outro, é histórica e, portanto, passível de transformação” (LOURO, 1986, p. 26) e como Barbosa Lessa deixa claro, se referindo ao tradicionalismo, este evoluiu e deve continuar evoluindo “como a confirmar que ninguém pretende ficar estagnado no passado (LESSA, 1985, p. 68).

Nesse sentido, o item seguinte versa sobre a representação das mulheres na música gaúcha, como essa representação tem sido questionada e os movimentos protagonizados pelas mulheres para que possam construir sua própria representação.

3.2.1 A representação inadequada das mulheres na música gaúcha e o que elas estão fazendo para combatê-la

Outro tema bastante complexo que tem sido debatido nos últimos anos e que certamente merece menção são as músicas gaúchas, que desde o início do movimento contribuíram para impulsionar e divulgar os ideais do tradicionalismo gaúcho (ZALLA, 2018).

A música, assim como qualquer expressão cultural, é dotada de significados e possibilidades:

Compreendendo o sujeito como constituído e constituinte do contexto social no qual está inserido, é possível qualificar a música como uma forma de comunicação, de linguagem, pois por meio do significado que ela carrega e da relação com o contexto social no qual está inserida, ela possibilita aos sujeitos a construção de múltiplos sentidos singulares e coletivos (MAHEIRIE, 2003, p. 148).

Assim, compreende-se que a música tem um importante papel na vida das pessoas, seja representando suas realidades e desejos, seja as questionando, uma vez que “tem a possibilidade de desmascarar a realidade e, assim, provocar nos indivíduos o despertar da sua consciência em busca da mudança” (SCHERER, 2013, p. 76).

No que tange às mulheres, as músicas muitas vezes reforçam estereótipos, as objetificam e fazem apologia à violência contra elas, sendo um campo fértil para análise. Esses elementos não são exclusividade da cultura gaúcha, pois a ideologia patriarcal que lhes confere base, como já citado, está presente na sociedade como um todo.

Nesse sentido, em 2018, um grupo de mulheres criou o projeto Música Machista Popular Brasileira⁵⁰ (MMPB), que promove a reflexão sobre os elementos machistas na sociedade por meio das letras de músicas brasileiras, de qualquer estilo e em qualquer tempo, compostas e cantadas tanto por homens quanto por mulheres. No site do projeto é possível ver a letra da música, e a análise do motivo pelo qual ela foi considerada problemática no que tange ao machismo (MMPB, 2020).

Nessa perspectiva, apresentam-se dois trechos de músicas gaúchas onde podem ser percebidos esses elementos:

Saltei na China, puxei da prateada/ E dei-lhe um talho que atorei-lhe a trança/ Mandei fazer uma rédea trançada/ E é só o que eu tenho dela por lembrança/ Eu disse a ela você vai embora/ Já que por mim você foi tosada/ Dê meia-volta e saia campo afora/ Que China falsa não me vale nada (Trecho da música “Trança de China⁵¹”, composição de Gildo de Freitas, 1982).

Senti meu sangue ferver/ Jurei a Tereza matar/ O meu alazão arriei/ E ela eu fui procurar/ Agora já me vinguei/ É esse o fim do amor/ Essa cabocla eu matei/ É minha história doutor (Trecho da música “Cabocla Tereza⁵²”, composição de Gildo de Freitas Raul Torres e João Pacífico, 1940).

Na música “Trança de China”, a mulher ficou em casa enquanto o eu lírico se ausentou, pelo que parece ser um longo tempo, visto que a mulher foi embora. Quando o autor regressou, ela também voltou à casa que compartilhavam, mas ele

⁵⁰ As músicas estão disponíveis no site do projeto, <http://www.mmpb.com.br/>, onde também podem ser enviadas sugestões de músicas.

⁵¹ A letra completa pode ser conferida por meio do *link*: <https://www.letras.mus.br/gildo-de-freitas/1156965/>.

⁵² A letra completa pode ser conferida por meio do *link*: <https://www.letras.mus.br/sergio-reis/549214/>.

não aceitando o que ela havia feito, com uma faca — a prateada — cortou os cabelos dela, guardando-os como um troféu da agressão por ele perpetrada.

Essa é ainda hoje uma forma muito usada de violência contra as mulheres, em uma pesquisa simples realizada na ferramenta Google, no dia 2 de dezembro de 2020, três chamadas de notícias davam conta desse tipo de violência no Brasil, nas últimas três semanas.

Já na música “Cabocla Tereza”, o eu lírico também foi deixado pela companheira, no entanto esta não voltou, uma vez que já estava com outra pessoa, o que provocou a fúria do eu lírico, resultando no feminicídio de Tereza.

O feminicídio é a instância última de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante (COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, 2013, p. 1.003).

Ambas as músicas apresentam esses elementos, a mulher é vista enquanto objeto, uma propriedade do homem, e por isso, na visão desse, ele tem o poder de depredá-la — ao cortar seus cabelos — ou mesmo destruí-la — ao cometer o feminicídio.

São mensagens poderosas e potencialmente perigosas de serem divulgadas por meio da música, pois não apenas normalizam essas ações, criminosas, diga-se de passagem, como as romantizam. Uma vez que as letras exaltam o amor dos homens e ainda culpabilizam as mulheres “malvadas” que os deixaram⁵³, o que justificaria a violência por elas sofrida.

Cabe destacar que as mulheres nas citadas músicas, são mulheres que não aceitam a condição de objeto, mulheres que não ficam à mercê dos homens, que se aborrecem com as situações que vivenciam, que vão embora, que exercem o protagonismo de suas vidas e que, justamente por isso, são punidas.

É válido pontuar que a composição das músicas citadas data de décadas atrás, onde esses tipos de pensamento acerca das mulheres eram mais comuns,

⁵³ “Eu digo isso é por que aconteceu/Deixei a China dentro do ranchinho/E a malvada se aborreceu/Se foi embora e me deixou sozinho”. Outro trecho da música “Trança de China”.

entretanto, como fica evidenciado na realidade atual, a lógica que legitima essas concepções e ações segue vigente.

Segundo dados da Secretária da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, por meio do “Monitoramento dos Indicadores de Violência Contra as Mulheres no RS⁵⁴”, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020 foram registrados 30.122 ameaças, 19.996 lesões corporais, 1.680 estupros, 316 tentativas de feminicídio e 72 feminicídios consumados (SSP-RS, 2020).

Cabe não esquecer que, além das diversas formas de violência física e sexual contra as mulheres, existem as violências psicológica, patrimonial e moral, dentre outras (BRASIL, 2006), que são menos denunciadas, pois são mais difíceis de serem percebidas e reconhecidas como tal.

Obviamente a música gaúcha não é a responsável pela violência contra as mulheres, porém, é um elemento integrante da cultura, e como tal pode servir de reforço à lógica patriarcal que desumaniza e objetifica as mulheres. Por isso, é também um importante mecanismo para combater essa lógica.

Em um estudo realizado a partir de 389 músicas gaúchas buscou compreender “as representações das mulheres em dois movimentos da música gaúcha: a tchê music e a música campeira” (SILVA; OLTRAMARI, 2010, p. 1) e as referências às mulheres nas músicas foram divididas em sete categorias. A “Objetificação das mulheres” foi a categoria que teve mais incidência, “trechos que de alguma maneira caracterizam as mulheres como algo atrelado ao uso, consumo e, portanto, as colocam fora da posição de sujeito, aproximando-as da ideia de coisa” (SILVA; OLTRAMARI, 2010, p. 2).

A segunda categoria foi nomeada de “Mulheres que trazem sofrimento”, onde se destacaram trechos “que atribuem às mulheres a responsabilidade pelo sofrimento dos homens” (SILVA; OLTRAMARI, 2010, p. 4). Outra categoria foi denominada de “Mulheres atreladas à sedução”, “nos trechos encontrados as mulheres são simbolizadas como indivíduos que atraem e encantam” (SILVA; OLTRAMARI, 2010, p. 6).

As categorias 3^a, 4^a e 5^a foram denominadas “Mulheres atreladas à sedução”, “Desqualificação das Mulheres” e “Mulheres submissas”, respectivamente. A sexta categoria, “Mulheres sujeito”, se referia aos trechos em que as mulheres eram ativas

⁵⁴ Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>.

em suas ações, ainda que fossem reprovadas pelos homens, “‘Que china mais atrevida, que sai sem avisar nada’ (JLC). Chama atenção o adjetivo atrevida, dado por sair sem ‘avisar nada’, visto que a figura do gaúcho trazida nas músicas é a de um tropeiro, que vive livre pelos campos” (SILVA; OLTRAMARI, 2010, p. 8). Já a última categoria “Atribuição positiva às mulheres”, “foi a menos encontrada, atingindo 4 trechos” (SILVA; OLTRAMARI, 2010, p. 8), o que mostra como a representação da mulher segue sendo carregada da lógica patriarcal que as desqualifica, para que se mantenham as bases da desigualdade de poder.

Shana Müller, jornalista, cantora e apresentadora, em 2017, escreveu uma matéria justamente questionando o machismo presente na música gaúcha, que deve ser percebido, debatido e combatido, principalmente em novas produções musicais (MÜLLER, 2017).

Em 2018, na véspera do 20 de setembro, Clarissa Ferreira, violinista e etnomusicóloga, lançou a música “Manifesto Líquido⁵⁵” como uma forma de criticar e discutir o machismo na cultura gaúcha e na representação das mulheres na música tradicionalista. Abaixo, destacam-se alguns trechos:

antigo dogma oculto/ defendido como tradicional/ opressores oprimindo/
dona (ir)racional/ simbólicas atrocidades/ inventando adjetivos/ tendo
prenda como regalo/ suprimimento narcísico do peão/ dona de um corpo não
seu/ sem discussão

interesseira confissão/ romântica agressão/ harmonizada dominação/
simbólica submissão/ trocadilhos de coisificação

prenda tem voz!/ conteúdo que adenda/ cerne que acenda/ sapiência que
não omito (Trechos da música “Manifesto Líquido”, composição de Clarissa
Ferreira, 2018).

Nos trechos escolhidos pode-se perceber muitos dos elementos que foram trazidos ao longo do presente trabalho, como a opressão e dominação vivenciadas pelas mulheres, a prenda moldada como um objeto à vontade do peão e, mais importante, a concepção de que a mulher tem voz, tem direitos, que é livre no curso de suas decisões e ações, devendo ser vista e representada dessa forma.

Nesse sentido, com esses questionamentos sendo trazidos para a discussão, em março de 2020, Shana Müller organizou em uma fazenda no município de Júlio

⁵⁵ A letra completa pode ser conferida no canal de Clarissa Ferreira na plataforma de vídeos YouTube, por meio do *link*:
https://www.youtube.com/watch?v=H17vxkapfHI&ab_channel=ClarissaFerreira.

de Castilhos, um encontro composto por cerca de quarenta mulheres entre intérpretes e instrumentistas, com objetivo de incentivar as mulheres a compor canções que as representasse adequadamente, visto que um dos principais motivos dessa representação errônea se dá pelo fato de que a maioria das músicas é composta por homens (SPERB, 2020).

Nesse sentido, o item seguinte aborda como as mulheres gaúchas vêm lutando para superar essas representações ultrapassadas, bem como para ocupar espaços de poder no tradicionalismo e como o movimento tradicionalista tem avançado no que tange à igualdade de gênero.

3.2.2 Prendas: resistência e subversão

Conforme evidenciado, as configurações vivenciadas pela sociedade mundial, brasileira e gaúcha, na época do desenvolvimento do tradicionalismo gaúcho, tiveram grande influência sobre ele, e que ainda moldam em grande parte sua estrutura atual.

No que tange à mulher gaúcha, essas configurações contribuíram para que esta fosse vista, principalmente, a partir de duas óticas: ora enquanto um adorno, ora enquanto uma futura genitora. Nas palavras de Glaucus Saraiva (1968, p. 65) “nossas prendinhas de agora são as futuras mães gaúchas — nosso culto e veneração — e devemos prepará-las para transmitir aos filhos que hão de vir, toda a força de nosso telurismo e toda a glória de nossas tradições”.

Segundo o autor, as mulheres deveriam ser ensinadas sobre os valores e objetivos do tradicionalismo, não com o intuito de atuarem neste, mas de passar tais ensinamentos para suas futuras filhas e filhos. Dessa forma, a participação e a ação das mulheres ficariam restringidas.

Nesse sentido, Margareth Rago, faz uma importante síntese:

Certamente, a construção de um modelo de mulher simbolizado pela mãe devotada inteira sacrifício, implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si e não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma é realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido (RAGO, 1997, p. 65).

Em razão de tal perspectiva, durante muitos anos as mulheres ficaram em segundo plano no tradicionalismo gaúcho, em papéis auxiliares e de subordinação, à margem dos processos decisórios. Conforme demonstra uma das entrevistadas durante a pesquisa:

Eu já assisti congressos que o presidente do MTG mandava as prendas para um lado, para os homens resolverem as situações (P9).

Felizmente, o tradicionalismo gaúcho foi mudando ao longo dos anos conforme o movimento da sociedade e das mulheres avançava, assim novas práticas foram sendo incorporadas, bem como os espaços que eram majoritariamente masculinos foram sendo ocupados também por mulheres.

Apesar da intimidade com as lidas campeiras, não tão adequadas para as prendas, os Centros de Tradições Gaúchas também acompanharam a evolução. Já existem dois CTGs com prendas desempenhando a função de 'Patrão', eleitas disputando de igual para igual com os peões (LAMBERTY, 1989, p. 89–99).

Esse trecho demonstra que, após mais de quarenta anos da fundação do primeiro CTG, as mulheres estavam concorrendo e ganhando eleições para assumir o cargo máximo do CTG, o de Patroa⁵⁶, termo que durante muito tempo era utilizado apenas para designar a mulher casada com o *Patrão*.

Narvaz e Koller (2006) assinalam que mesmo com imposições e formas de opressão, as mulheres carregam em seu âmago marcas de subversão e de resistência às normatizações impostas, emergindo daí papéis vividos de forma plural, heterogênea, criativa e subversiva.

Ainda assim, tendo o movimento tradicionalista gaúcho organizado mais de sete décadas, foi apenas no ano de 2011 que uma mulher alcançou o cargo de patroa do 35 CTG, o pioneiro na história do tradicionalismo gaúcho e ainda hoje uma referência para o movimento.

Tal avanço, entretanto, não se deu de maneira fácil, pois a então candidata, Márcia Cristina Borges da Silva, chegou a sofrer ameaças de morte caso não entregasse o cargo. Ela não renunciou, cumpriu seu mandato e foi reeleita na

⁵⁶ Atualmente, consta no Regulamento Geral do MTG, nas disposições finais, artigo VI: “se o dirigente máximo da entidade tradicionalista for mulher, a denominação será de PATROA” (WINCK; TEIXEIRA, 2018, p. 146).

eleição seguinte (GARCIA; AIRES, 2017). O que mostra que o trabalho realizado foi aprovado pelas pessoas associadas ao 35 CTG.

Já no CTG Rodeio Serrano, do município de São Francisco de Paula, em 2017, um grupo de 30 mulheres se reuniram para assumir a patronagem⁵⁷, “uma vez que a antiga diretoria não queria assumir a responsabilidade de mais uma gestão e não havia nenhuma outra pessoa interessada a ocupar o cargo” (GARCIA; AIRES, 2017, p. 8).

Outro fato significativo é que, em agosto de 2017, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) aderiu ao movimento ElesPorElas (*HeForShe*) da Organização das Nações Unidas (ONU) para a igualdade de gênero (GAÚCHAZH, 2017).

Por conta desse acontecimento, em janeiro de 2018 o 31º Seminário Estadual de Prendas⁵⁸ teve como tema central “O protagonismo da mulher na tradição gaúcha”, escolhido justamente pela adesão do MTG ao movimento ElesPorElas (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

O evento contou com uma roda de conversa intitulada “Diálogos da Contemporaneidade: a mulher construindo o cenário atual da sociedade”, onde foram trazidos relatos de experiências vivenciadas por mulheres em espaços de poder tanto no tradicionalismo quanto na sociedade, com temas como situações de machismo e violências, bem como estratégias direcionadas ao empoderamento feminino em todos os espaços (ECO DA TRADIÇÃO, 2018).

Diante disso, cabe pontuar que, “Para promover uma sociedade baseada na igualdade de gênero, práticas emancipatórias se tornam necessárias” (GROSSI *et al.*, 2012, p 164), práticas que fortaleçam identidades e coletividades, favorecendo a participação destas na vida social.

Nesse sentido, em 2019, outro acontecimento considerado inédito no ambiente tradicionalista, tendo anteriormente feito parte de gestão de peões, Gabriella Meindrad, uma mulher transexual foi homenageada como prenda pelo CTG do qual fez parte durante a infância e a adolescência (MAZON, 2019).

⁵⁷ Equivalente à diretoria. As nomenclaturas foram utilizadas para simbolizar os elementos interioranos e campeiros que os precursores do tradicionalismo gaúcho almejavam evocar. Tais nomenclaturas seguem em vigência, apresentadas no artigo 250 da Coletânea Tradicionalista (WINCK; TEIXEIRA, 2018).

⁵⁸ Não foi possível encontrar ata, documentos ou vídeos sobre o evento, apenas notícias em jornais eletrônicos e matérias em blogs tradicionalistas, todos muito sucintos.

Gabriella foi uma das mulheres entrevistadas durante a pesquisa, e optou por não permanecer no anonimato. Segundo ela:

Essa presença possibilita a participação de muitas outras, abrindo um caminho. Ano passado abriu um diálogo que ainda não havia existido e nós notamos que esse diálogo está evoluindo, então não tem por que eu ficar anônima. Eu coloco isso, porque não é a Gabriella aparecer por alguma coisa, e sim a Gabriella que está representando tantas outras pessoas que gostariam de estar inseridas, que gostariam de participar e não podem, ou acham que não vão ser bem acolhidas (Gabriella).

A homenagem foi feita às prendas e peões da 10ª Região Tradicionalista, pelos trabalhos desempenhados em gestões anteriores. Gabriella contou que no início estava um pouco receosa em estar presente no dia da homenagem, mas que foi muito incentivada, e queria reencontrar as pessoas que fizeram parte da vida dela na época em integrava o CTG. Ela conta que foi um momento emocionante e muito respeitoso. Ela destacou o uso do vestido de prenda:

E aí tem todo um valor simbólico, no sentido de que o vestido de prenda foi feito pela minha mãe, eu cresci fazendo parte daquele universo do tradicionalismo e a minha mãe fazendo vestidos de prenda, fazendo pilchas, ela costurava para a internada, então eu cresci dentro daquele universo de vestidos de prenda, vendo ela fazer, e nunca pude ter, então ali tinha chegado o momento de eu ter o meu próprio vestido, então tem muito esse valor também de ser feito por ela (Gabriella).

Sobre a repercussão, ela contou que foi muito positiva, mas que também teve uma carga negativa, com discursos de ódio e coisas do tipo. Mas, para ela, o saldo foi mais positivo, pois a partir daquele momento, ela pode estar mais inserida no movimento, participou do Encontro de Artes e Tradição Gaúcha (ENART), dos festejos farroupilhas e, principalmente, pode estar contribuindo com debates sobre a população LGBTQIA+ e sua participação no movimento.

Outro fato, tão significativo e simbólico quanto à homenagem da Gabriella, aconteceu no início de 2020, pela primeira vez em mais de cinquenta anos desde sua fundação, o MTG tem uma mulher em sua presidência, Gilda Galeazzi, eleita em uma eleição em que ambas as chapas eram compostas por mulheres na disputa pela presidência (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

Cabe pontuar que o Rio Grande do Sul é dividido em trinta Regiões Tradicionalistas (RT), sendo Porto Alegre a 1ª dessas. Na gestão de 2020, seis são coordenadas por mulheres (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

Dessa forma, os fatos citados ilustram que a cultura tradicionalista gaúcha passa por transformações, se questionando e se reconstruindo por meio de suas e seus participantes. Embora permeada por contradições, possuindo suas bases em discursos ora de resistência às imposições globais, ora conservadores e patriarcais, é também um importante espaço de luta pela igualdade de gênero.

Prova disso é o Caderno Piá, uma revista de publicação mensal do MTG, que na edição de março de 2020, em comemoração aos 70 anos de participação das mulheres no movimento, apresentou algumas informações e curiosidades sobre essa participação e também um primoroso texto sobre a luta das mulheres por igualdade e respeito no tradicionalismo e na sociedade, intitulado “Empoderar-se é atemporal”, que questiona o que as mulheres estão fazendo na busca por espaço, por respeito e pela igualdade dentro do movimento, além de trazer a importância de se debater e combater o machismo dentro do tradicionalismo, também traz o conceito do feminismo e sua relevância quando se busca a igualdade entre homens e mulheres (HERRERA, 2020).

Empoderamento feminino é uma ação coletiva que visa potencializar o direito das mulheres em participar da construção da própria sociedade. É coletivo, por isso escrevemos conjugando na terceira pessoa do plural — incluindo-nos. Sejam as continuadoras das mulheres de 70 anos atrás com o olhar voltado ao presente. Qual vai ser nosso legado no tradicionalismo? Já que empoderar-se é atemporal, vamos juntas escrever o nosso próprio capítulo? (HERRERA, 2020, p. 2).

Nesse sentido, cabe mais uma vez destacar a categoria gênero — enquanto construção histórica — pois está sempre em movimento, por meio de contextos diversos no tempo-espaço, sendo um processo de aprendizagem, que se dá mediante o desempenho dos papéis sociais, assim como na formação de identidade das pessoas (SAFFIOTI, 1994).

Assim, seguindo a perspectiva de evolução do movimento tradicionalista e de ressignificação dos espaços ocupados pelas mulheres, nos últimos anos, elas vêm subvertendo antigos paradigmas e, com muita luta, estão conquistando os espaços de poder e de decisão dentro do tradicionalismo gaúcho.

Conforme sugere Jorge Luis Acanda (2006), a tomada de poder começa com o questionamento das normas e valores impostos, uma vez que é justamente nesses aspectos que se encontram as possibilidades de resistência e enfrentamento

à lógica vigente, como forma de superar e subverter os papéis socialmente atribuídos tanto às mulheres quanto aos homens.

Destarte, o presente capítulo se propôs a debater a trajetória histórica do tradicionalismo gaúcho, iniciado em 1947, seus objetivos, seus valores e suas contradições, bem como demonstrar como as mulheres foram representadas no movimento e como elas têm subvertido tais representações, no sentido de atuarem para muito além dessas.

O tradicionalismo, enquanto expressão cultural, tem um apelo e uma participação muito forte por parte da sociedade gaúcha, é dele o mérito de promover um reconhecimento e identificação do estado que ultrapassa tempo e fronteiras. Pelo que pode ser observado, cumpriu com seu objetivo de não deixar o estado ser totalmente aculturado por determinações globais, ainda que tenha inventado — em grande parte — a cultura que propaga.

Assim, o tradicionalismo gaúcho não pode ser visto por meio de uma ótica simplista, mas sim como um movimento complexo desenvolvido no bojo da sociedade gaúcha, a qual o transformou e foi por ele transformada.

Deste modo, o capítulo seguinte pretende incidir sobre os elementos até então apresentados, mediados com as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres integrantes ao tradicionalismo gaúcho em Porto Alegre.

4 AS EXPERIÊNCIAS SOCIAIS DAS MULHERES NAS ENTIDADES TRADICIONALISTAS GAÚCHAS

Cada ponto da história é um cruzamento. Uma única estrada percorrida leva do passado ao presente, mas uma série de caminhos se bifurca em direção ao futuro (HARARI, 2015, p. 248).

Os capítulos anteriores trataram sobre a constituição sócio-histórica do estado do Rio Grande do Sul, bem como do tradicionalismo gaúcho e a participação das mulheres em ambos. O presente capítulo pretende demonstrar como todos os elementos apresentados até aqui se relacionam e impactam nas experiências sociais vivenciadas pelas mulheres participantes do tradicionalismo gaúcho.

Assim, ao apresentar as narrativas dessas mulheres, pretende-se dar conta de dois dos três objetivos específicos que nortearam a pesquisa: compreender as experiências sociais das mulheres na perspectiva de gênero e geração, bem como analisar os processos de participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão do movimento.

Um elemento que se destacou logo no início das entrevistas, quando era questionado o tempo de participação no movimento, foi o caráter geracional e familiar que o tradicionalismo apresenta.

Desde pequena, desde que eu me conheço por gente. O CTG esse, eu frequento desde os quatro anos de idade [...] é da criança até o idoso participando (P2).

[...] o CTG ele contempla as pessoas dos oito aos oitenta, um filho consegue ter interação com aquela criança da mesma idade, com o jovem, com o adulto, o velho (P4).

Eu fiz parte disso, e toda a minha família, é uma coisa que acaba sendo passado de um para o outro, de pai para filho, de irmão para irmã, sobrinhos. Enfim, acaba tendo aquela questão muito ligada à família, às amizades. Acho que isso acaba sendo um diferencial (Gabriella).

Eu nasci dentro do movimento. Minha família fundou o CTG, meu tio foi o primeiro patrão, meu avô colocou o primeiro esteio, então desde aquela época eu já participo da entidade (P9).

Os CTGs são vistos como espaços familiares e seguros, quase que exteriores ao mundo, onde pessoas de todas as faixas etárias podem interagir, bem como praticar diversas atividades.

Tais noções sobre o familiar, o saudável e o seguro parecem estar associadas a um ideal de homogeneidade. Ou seja, o CTG é um espaço relativamente homogêneo, circunscrito e pouco aberto à diferença e à heterogeneidade. Esta homogeneidade está ligada ao ideal de que os frequentadores devem valorizar as mesmas práticas e possuir os mesmos valores (ligados à índole e as percepções sobre o que é bom/ruim, certo/errado, moral/imoral) e as mesmas condições socioeconômicas (BECKER, 2014, p. 52).

A esse respeito é possível afirmar também o caráter geracional que o tradicionalismo gaúcho apresenta, sendo seu conjunto de valores e crenças passados por meio de gerações. O que não é uma surpresa, uma vez que o vocábulo tradicionalismo surgiu da palavra tradição acrescida do sufixo “ismo”.

A palavra tradição possui o significado de transmissão, de transferência, passar adiante (MATEUS, 2013). É interessante ver que, no caso do tradicionalismo, se constitui enquanto uma tradição criada a partir de elementos presentes na história do Rio Grande do Sul, Eric Hobsbawm (2008), no livro “A invenção de tradições”, explica que a construção de uma tradição ancorada nesses elementos é o que lhe garante a legitimidade, para o autor “é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado” (HOBSBAWM, 2008, p. 12).

Ainda assim, o tradicionalismo não é visto dessa forma por seu público, ou pelo menos, não é por ele verbalizada.

Através do MTG, do trabalho dos CTGs, das entidades, a gente está preservando a história do estado, mais do que isso, a gente está difundindo essa história para todo o Brasil, porque os CTGs se apresentam fora do estado também (P7).

O movimento nasceu para isso, para preservar a história, a cultura e os costumes, para que nada disso se perdesse para o que vinha de fora (P11).

As linhas que separam a história e a tradição se mostram tênues, talvez o uso do sufixo “ismo” explique esse fato, apesar de possuir algumas variações de significado, aqui compreende-se ele como uma noção de ideologia, no sentido de ser um conjunto de ideias que impactam na percepção de um grupo de pessoas (AREÁN-GARCÍA, 2008).

Una ideología es un sistema coherente de creencias que orientan a las personas hacia una manera concreta de entender y valorar el mundo; proporciona una base para la evaluación de conductas y otros fenómenos

sociales; y sugere respuestas de comportamiento adecuadas⁵⁹ (FACIO; FRIES, 2005, p. 261).

Dessa forma, o tradicionalismo gaúcho representa uma ideologia gaúcha — e não histórica — que é transmitida por meio das gerações. Tau Golin (1983) é um dos autores que classifica o tradicionalismo gaúcho enquanto uma ideologia, para ele, o movimento tradicionalista e seu órgão regularizador — o MTG — articulam-se para garantir a unificação de pensamento mediante a ideologia imposta, onde todos que integram o movimento acreditam e defendem uma mesma compreensão de mundo, “Sua tese unifica todos os homens. Inexistem as classes sociais. Os interesses do capitalista, do operário (do estancieiro e do peão, no mundo tradicionalista), aparecem como os mesmos” (GOLIN, 1983, p. 15).

Sobre isso, Salvador Lamberty (1989), discorda, para ele:

[...] o gauchismo não discrimina classes sociais, numa convivência harmoniosa entre peões, capatazes e patrões. Um movimento que busca a preservação dos usos e costumes de um povo, sem militância política, religiosa, em crenças ou credos, não há como estar a serviço das elites! (LAMBERTY, 1989, p. 41).

Porém, como poderia ser harmoniosa a convivência entre as pessoas que são exploradas e as que as exploram? A resposta é não poderia. Por isso, as tensões, provenientes dos antagonismos de classes, são ocultadas pela ideologia tradicionalista, onde o principal objetivo é preservar e transmitir as expressões culturais que o tradicionalismo propaga. Onde todas e todos, em teoria, são iguais, pois são gaúchos.

E assim se destaca uma grande contradição do tradicionalismo, de um lado “ao tradicionalismo não cabe a incumbência de apresentar solução para o desequilíbrio social. O tradicionalismo tem a sadia convivência entre as classes sociais” (LAMBERTY, 1989, p. 43), do outro lado, como expõe em sua Carta de Princípios, deve “Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade” (WINCK; TEIXEIRA, 2018, p. 14). As opressões de classe, assim como qualquer outro tipo de opressão, são incompatíveis com os valores de igualdade.

⁵⁹ Uma ideologia é um sistema coerente de crenças que orienta as pessoas para uma forma concreta de compreender e valorizar o mundo; fornece uma base para a avaliação de comportamentos e outros fenômenos sociais; e sugere respostas comportamentais adequadas (tradução nossa).

Deste modo, tendo como aporte o que já foi apresentado sobre a história do Rio Grande do Sul e a do tradicionalismo gaúcho, é o momento de apreender como se manifestam nas narrativas das mulheres gaúchas integrantes dos CTGs e demais entidades tradicionalistas de Porto Alegre.

4.1 A HOMOGENEIDADE NO TRADICIONALISMO GAÚCHO *VERSUS* A MULTIPLICIDADE DE VIVÊNCIAS

No capítulo anterior, respondendo ao primeiro objetivo específico da pesquisa, foi apresentado como a mulher está representada na literatura tradicionalista, assim como as mudanças e os questionamentos que essa representação tem sofrido nos últimos anos.

Com base nesses aspectos, durante as entrevistas, uma questão abordada foi o entendimento das participantes do que era ser uma prenda. Diferentemente do que a literatura apresenta, ser prenda para elas está muito mais relacionado com um cargo dentro dos CTGs e do MTG do que com a denominação da mulher gaúcha.

Para tal cargo há um concurso denominado Ciranda Cultural de Prendas⁶⁰ do Estado do Rio Grande do Sul, é uma competição que tem como algumas de suas principais finalidades estimular a participação das meninas, jovens e mulheres no movimento, bem como incentivar o culto às tradições propostas (WINCK; TEIXEIRA, 2018).

Uma outra finalidade que o Regulamento da Ciranda apresenta é “escolher, anualmente, dentre as candidatas, aquelas que melhor representem as virtudes, a dignidade, a graça, a cultura, os dotes artísticos, a beleza, a desenvoltura e a expressão da mulher gaúcha” (WINCK; TEIXEIRA, 2018, p. 275). Tal trecho retoma e valoriza certos estereótipos de gênero, como a questão da virtude, dignidade e beleza, presentes nos primórdios do movimento, e também se materializa na fala das participantes quando perguntadas sobre o que era ser uma prenda.

[...] é muito mais do que apenas vestir o vestido. O traje da prenda que é o vestido, a bombachinha, a saia de armação, o arranjo do cabelo, é tu saber da cultura gaúcha e levar ela para outras pessoas (P2).

⁶⁰ Para os homens e meninos há o Entrevero Cultural de Peões do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso cada CTG possui seu próprio concurso interno em ambas as modalidades.

É a forma mais delicada e de doçura que pode se retratar. Mas ser uma prenda vai muito mais além do que uma faixa de couro no peito, ser uma prenda é a representatividade da cultura gaúcha (P3).

[...] no sentido de serem prendas, de representarem a entidade, ter a cultura para passar para as pessoas, trabalhar naquela entidade. Ter no coração esse sentimento de tradicionalismo, gostar da cultura gaúcha, gostar da história, gostar da indumentária, gostar da dança, da culinária. Tudo isso faz parte da vida da prenda. Como prenda tem uma boa postura, tenho que conversar com as pessoas, tenho que ter toda uma imagem positiva, afinal eu estou representando aquela entidade (P4).

Eu sou dançarina de invernada. Mas eu já fui prenda de faixa. Ser prenda de faixa é ser uma representante do CTG (P5).

Nesse sentido, segundo as entrevistadas, ser uma prenda é representar a entidade e o tradicionalismo gaúcho, as falas demonstram a importância da prenda enquanto uma agente dessa representação, por isso que, para tal posição, é exigido uma série de habilidades tais como declamar, cantar, dançar, demonstrar conhecimento da história e do folclore do estado, entre outras.

Quanto a esses aspectos, é imprescindível fazer alguns apontamentos sobre as diferenças encontradas nos Regulamentos da Ciranda Cultural de Prendas e no Entrevero Cultural de Peões. Ambos os concursos possuem avaliações escritas, orais e artísticas. Entretanto, enquanto o concurso de peões apresenta o elemento das “Provas Campeiras”, nas quais os competidores devem demonstrar habilidades para fazer churrasco, tosar ou laçar um animal, dentre outras atividades, o concurso das prendas apresenta a modalidade de “caracteres pessoais”, onde são avaliadas e pontuadas as “boas maneiras” e a “simpatia” das prendas (WINCK; TEIXEIRA, 2018).

Felizmente, nós já evoluímos bastante nos últimos anos de concurso, porque antigamente era só artesanato, fazer bordadinhos e coisas assim, hoje existe uma pesquisa, uma mostra folclórica que é bem mais evoluída nesses quesitos. A mulher tem desbravado muito mais que os homens (Gabriella).

Tem as provas campeiras e para as prendas não. Para as prendas tem a mostra folclórica, que direciona para a culinária, para o artesanato. Tem esse diferencial. Na verdade, no regulamento da ciranda de prendas não tem nada de campeira, tem só a parte mais feminina. Para tu ver que ainda tem que mudar muita coisa. A gente conseguiu progredir, mas ainda falta muita coisa para mudar no movimento (P10).

As falas demonstram que há mudanças nos regulamentos, mas que essas mudanças ainda não colocam as mulheres e os homens em posições iguais.

Mesmo que as “Provas Campeiras” não constem no regulamento de prendas, as mulheres têm se envolvido mais nessas competições nos últimos anos. Como pontua uma das entrevistadas.

A questão mais da visibilidade, de estar sendo reconhecido que não são só os homens que vão para o rodeio, só os homens que vão dançar, ginetear, dar tiro de laço. O meio tradicionalista está tendo uma maior visibilidade para a mulher. Uma das conquistas seria isso, a gente ir aos rodeios e ver as prendas na gineteada, no tiro de laço (P2).

Amanda de Jesus Pires (2019), em sua dissertação de mestrado intitulada *Tiro de laço⁶¹: um estudo etnográfico da participação das mulheres em uma prática gaúcha dita masculina*, observou que o número de mulheres é muito menor quando comparado aos homens que disputam e que elas enfrentam mais dificuldades para treinar e desenvolver as práticas, “pela falta de tempo livre por conta de atividades relacionadas ao trabalho, estudos e cuidados com a casa. Segundo percebi, os homens pareciam ter um tempo livre maior para os treinamentos” (PIRES, 2019, p. 111).

Tal fato se dá pela desigual carga de responsabilidades que são atribuídas socialmente às mulheres e homens. Aos homens historicamente coube atuar no setor produtivo e as mulheres no setor doméstico, porém quando as mulheres passam a atuar também no setor produtivo, as atividades domésticas ainda se configuram socialmente sua incumbência, fazendo com que tenham jornadas duplas e triplas de trabalho (SAFFIOTI, 2004).

Sobre a prática do tiro de laço e a relação entre as mulheres e os homens nessa, Pires destaca:

Em relação a questões de preconceito, verifiquei, a partir da fala das competidoras, que existia, mas dependia do nível de rendimento destas. As que laçavam pouco, ou seja, não ganhavam competições e não ofereceriam riscos aos homens competidores, relataram não sofrer preconceito por ser mulher e estar laçando. No entanto, as competidoras com um bom rendimento no tiro de laço, que frequentemente ganhavam competições nos rodeios, explanaram que em algum momento já escutaram homens falando que não laçariam com elas. Assim é perceptível que as mulheres eram aceitas nesse espaço, sem nenhum tipo de comentário ofensivo, desde que não fizessem sombra aos homens que estavam laçando (PIRES, 2019, p. 110).

⁶¹ Competição realizada a cavalo, quem compete tem o espaço de 100 metros para laçar pelos chifres um boi que tenta fugir (PIRES, 2019).

Ou seja, onde o poder e a dominação masculina permanecem inalterados com a presença das mulheres não há problemas. Porém, quando as mulheres ameaçam a supremacia masculina encontram resistência e hostilidade, que fazem parte da estrutura patriarcal para a manutenção do poder (SAFFIOTI, 1987).

Esses elementos se mostram materializados nos regulamentos, assim, durante a análise documental foi constatado um outro aspecto destoante entre eles, no regulamento dos peões, aparece como um dos objetivos “criar condições para o desenvolvimento do espírito de liderança” (WINCK; TEIXEIRA, 2018, p. 301), tal objetivo se mostra ausente no regulamento das prendas. É importante pontuar que ambos os regulamentos tiveram atualizações em outubro de 2018.

É válido destacar, também, que o concurso de prendas surgiu como uma forma de angariar fundos para as entidades tradicionalistas com a venda de votos e se constituía, em seus primórdios, como um concurso de beleza, devendo a venda de votos ser realizada “por várias senhoritas das mais insinuantes, pois sempre é difícil a um homem dizer não para uma moça bonita” (SARAIVA, 1968, p. 60). Apesar de ter avançado nesses aspectos, o quesito beleza segue fazendo parte do regulamento.

Nessa época, sobre a comissão julgadora, Glaucus Saraiva destaca “Deverá ser constituída exclusivamente de tradicionalistas do próprio CTG ou de outros [...] não esquecer a inclusão de um ou dois elementos femininos” (SARAIVA, 1968, p. 60). Assim, as mulheres eram julgadas majoritariamente por homens, já que a figura da prenda era uma criação dos próprios, bem como sua indumentária.

Sobre isso, uma das participantes declara:

[...] esses avanços, de conseguir cargo, conseguir votar, conseguir dar a tua opinião e ser respeitada tua opinião. Das primeiras prendas do estado, de região e de CTG ter direito a voto, ter direito à palavra. Alguns anos atrás, quando eu fui prenda, a mulher quase não falava, era só o homem que chegava no congresso e falava (P9).

Assim, pode-se perceber que, durante muitos anos, os concursos seguiram a lógica inicial, já que às prendas era negado o direito ao voto ou mesmo de manifestarem sua opinião. Por isso, é importante destacar os avanços obtidos pelas mulheres, que evidenciam a não estagnação do tradicionalismo.

Entretanto, é possível afirmar que não há bases para o desenvolvimento de uma plena igualdade de gênero, no que concerne aos regulamentos dos concursos

estaduais de prendas e peões, uma vez que, aos meninos e homens, é atribuída uma figura de liderança a ser desenvolvida, enquanto às meninas e mulheres ainda cabem demonstrar atributos de simpatia e boas maneiras.

Essas questões podem ser encaradas como prejudiciais, levando em conta que a maior parte das pessoas que participam do tradicionalismo o fazem desde a infância, e assim vão assimilando tais elementos — ou a ideologia tradicionalista — que reforçam as desigualdades entre mulheres e homens, contribuindo com o sistema patriarcal ainda presente na sociedade contemporânea, que alimenta as desigualdades próprias do sistema capitalista.

As elocuições apresentadas também deixam latente o entendimento de que o tradicionalismo gaúcho é a cultura e a história gaúcha, o que, como já muito destacado, representa apenas uma pequena parte de ambas. E uma parte questionável, por exemplo, nos regulamentos já citados, no tocante à história do estado, a já referida Ditadura Militar é denominada “Revolução de 1964” (WINCK; TEIXEIRA, 2018).

Um outro ponto para se pensar a realidade atual do tradicionalismo e que já foi destacado no capítulo anterior é a questão da indumentária feminina, que ainda é um elemento marcante, assim como a associação deste ao arquétipo da prenda. O que demonstra que, mesmo passados mais de 50 anos, o manual de Glaucus Saraiva (1968) ainda se mantém atual.

Em se tratando da indumentária, uma das participantes se mostra incomodada com a ênfase ao ocultamento do corpo⁶² das mulheres:

Às vezes é um inferno, primeiro porque a gente tem muita roupa, os guris só botam uma bombacha e estão prontos. É que é uma coisa muito antiquada [...] Tem que colocar sutiã, saia de armação, bombachinha, meia. Para que tu vai [sic] colocar tanta coisa, se é uma coisa que não vai nem aparecer? Nunca entendi para que. Acho que é muita coisa que podia ser atualizada. A questão do traje é o que eu acho que mais prende (P1).

No já referido documento que define as diretrizes da pilcha gaúcha, atualizado no ano de 2017, é possível notar que as diretrizes sobre a pilcha feminina dão “mangas longas, três quartos ou até o cotovelo [...] decote pequeno, sem expor os

⁶² Perspectiva documentada e amplamente presente no século 19 onde “a regra era a extrema segregação sexual no vestuário, acompanhada da reclusão dos corpos em roupas cada vez mais discretas e fechadas. No que tocava ao corpo feminino, a regra era a ignorância, a contenção e o ocultamento” (MARTINS, 2004, p. 124).

ombros e os seios” (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2017, p. 3), quanto às meias “longas o suficiente para não permitir a nudez das pernas” (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2017, p. 4). Já nas diretrizes da pilcha masculina não há esse tipo de menção, os homens também estão habilitados para a utilização de mangas curtas (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2017). Tais fragmentos evidenciam a disparidade ainda latente no que tange à indumentária dos homens e das mulheres.

Porém, também houve algumas mudanças, como outra participante menciona:

Uma coisa que evoluiu bastante é a questão da indumentária da prenda, de utilizar bombacha para as atividades campeiras, de não ter que fazer o desfile de 20 de setembro em cima de um cavalo andando de vestido (Gabriella).

As diretrizes permitem o uso da bombacha feminina enquanto traje alternativo “para ser usado apenas em eventos campeiros, esportivos, ou como uniformes para grupos de dança nas situações informais” (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2017, p. 11).

Ainda segundo o documento “Cuidados: nas apresentações artísticas, o traje feminino deve representar a mesma classe social e época retratada na indumentária do homem” (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2017, p. 3), tal observação é repetida três vezes ao longo do documento. O que parece óbvio presumir é que a indumentária feminina deve se adequar à masculina, nunca o contrário, mostrando uma hierarquização, com a figura masculina no topo. Isso faz sentido dentro do movimento, considerando que ao homem cabe o aspecto de liderança, conforme o regulamento do Entrevero Cultural de Peões.

Assim, nas normativas presentes no MTG, ainda persistem elementos que promovem as desigualdades baseadas no gênero. Considerando tais aspectos, foi questionado às entrevistadas se haviam vivenciado experiências nesse sentido.

Acho que ali é bem igual. Na época que a gente ia nos rodeios, na hora de lavar os pratos, cada um lavava o seu. [...] Hoje em dia, eu vejo uma coisa errada, eu já falo, em questão de algum preconceito ou alguma coisa assim (P1).

Atualmente eu não vejo dificuldades, antigamente até tinha, era mais restrito, a gente via mais os homens. Principalmente a questão de

patronagem, representação feminina dentro do CTG. Antigamente a gente tinha mais dificuldades realmente (P2).

Nunca me senti inferior porque eu venho de uma família de mulheres fortes, matriarcal. Onde as mulheres não dobram a espinha, onde as mulheres desta família são empoderadas e se colocam à frente do seu tempo (P3).

Dentro do CTG eu vejo que é muito de igual para igual essa relação da prenda e do peão [...] é um lugar que a gente é bem acolhido (P5).

Eu lembro também de um caso, quando eu tinha 19 anos eu estava fumando, naquele tempo todo mundo fumava em qualquer lugar, eu cheguei no CTG e um homem que também estava fumando me disse que eu não podia, eu perguntei para ele onde dizia que eu não podia fumar, eu segui fumando (P8).

Conforme pode ser observado, quanto às suas vivências, as participantes consideraram o meio tradicionalista muito mais igualitário do que no passado. Suas falas expressam as mudanças ocorridas no seio do movimento, no que tange à participação das mulheres. Em suas palavras, também é possível perceber que tais mudanças ocorreram, principalmente, pela postura que as mulheres apresentam, onde “não dobram a espinha” e questionam posturas com as quais não concordam.

Curiosamente, foi um dos homens entrevistados que destacou sua percepção sobre o meio tradicionalista ainda se apresentar muito desigual nas questões de gênero.

Sem dúvida tem muito para mais espaço para o homem do que para uma mulher. Porque é um movimento muito machista, ele é conservador, ele preserva a família tradicional e tudo mais. Embora tenha tido uma ascensão das mulheres aos cargos importantes dentro do movimento, temos a primeira mulher presidente. É muito dividido as tarefas dentro do movimento, os homens têm as suas atividades e as mulheres as delas, hoje em dia tem se mesclado muito, tem mulheres participando de cavalgada, de atividades campeiras e tem homens lidando com a “bóia”, que antigamente era o contrário. Mas eu vejo a minha atuação enquanto homem com muita facilidade, é muito mais aceitável (P14).

Sobre esses aspectos, pode-se pensar em algumas hipóteses: os avanços conquistados pelas mulheres nos últimos anos acabaram nublando a visão do tanto que ainda há para avançar; ou o mais provável, as desigualdades de gênero estão tão presentes e intrincadas na sociedade que acabam sendo naturalizadas, passando despercebidas por quem as vivencia.

Avançar-se-á sobre essa discussão no subitem que se segue.

4.1.1 Os tipos de participação das mulheres no tradicionalismo gaúcho: entre avanços e desafios

A forma com que as mulheres participam do meio tradicionalista foi uma das questões durante a entrevista, tanto a forma com que as entrevistadas participavam como a forma que viam as outras mulheres participando.

A gente participa tanto quanto os homens. Qualquer coisa que eles podem fazer, a gente também pode, qualquer cargo que eles podem ter, a gente também pode. Acaba que tem mulheres em todas as áreas, tanto nos grupos, na parte artística do CTG, como na coordenação em si (P5).

Nós já tivemos muitas mulheres coordenadoras da região, muitas mulheres patroas de CTG e hoje a gente tem uma mulher presidente do MTG. É uma mulher que está comandando o movimento (P10).

De fato, durante a realização das entrevistas evidenciou-se que as mulheres estão em todas as áreas do movimento, representando as entidades, dançando nas invernadas, comandando departamentos, exercendo importantes cargos nos espaços de poder e decisão. Ainda assim, seguem sendo o menor contingente nesses espaços.

Hoje tu vê [sic] mulheres em locais que antes não via. Imagina uma mulher comandando o movimento, isso era impensável uns anos atrás. Só que ainda assim estamos em menor número, não em participação, mas em representação (P7).

Cabe pontuar que isso é um reflexo da sociedade, segundo o IBGE (2018), no ano de 2017, quanto à representação política, apenas 10,5% dos assentos da Câmara dos Deputados era ocupada por mulheres, nos cargos gerenciais era de 39,1%. Em se tratando das deputadas e deputados do Rio Grande do Sul na Câmara, no ano de 2020, do total de 35 apenas três eram mulheres, o equivalente a 8,8% (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Diante disso, cabe retomar o problema de pesquisa que suscitou o estudo, *como a representação da mulher no tradicionalismo gaúcho impacta em suas experiências sociais dentro e fora dos Centros de Tradições Gaúchas (CTGs)*, pois na execução das entrevistas e na posterior análise evidenciou-se que não existe um dentro e um fora, ou pelo menos, não é possível apreendê-los em separado.

Tudo gira em torno da sociedade, o Movimento tem que entender que ele não é uma bolha dentro da sociedade, ele é a sociedade. Enquanto a gente não tiver esse entendimento, que dentro da sociedade não pode haver desigualdade racial, desigualdade gênero, nós não chegaremos a lugar algum (P3).

A fala da Participante 3 ilustra essa relação simbiótica entre o tradicionalismo e a sociedade, pois, tirando da equação os elementos específicos do tradicionalismo, as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres no movimento tradicionalista não destoam das experiências sociais vivenciadas pelas mulheres na sociedade gaúcha como um todo.

Tanto é que, mesmo que tenham dito não haver vivenciado ou presenciado a desigualdade de gênero no tradicionalismo gaúcho, suas respostas acerca de outras questões mostram as desigualdades.

[...] a gente tem que estar sempre arrumando cabelo, se maquiando. Para nós é bem mais difícil, desde a mirim, a gente tinha que dormir com o rolo na cabeça, uma criança, e não adianta, porque não tem tempo para fazer penteado de todo mundo (P1).

[...] a porcentagem hoje ainda é muito mais de patrões do que de patroas. Ainda tem muita diferença como dirigentes (P3).

Há coisas culturais, por exemplo, tu se sente [sic] intimidada quando alguém vai te chamar para dançar, porque sempre se diz que não pode negar quando o cara te tira para dançar (P4).

Acredito, que a mulher no tradicionalismo ainda está abrindo esses espaços, nós sabemos que ainda existe uma resistência, um machismo muito grande, uma dificuldade de inserção, isso acaba sendo histórico (Gabiella).

Quando às mulheres e meninas é demandado todo um processo referente à estética que não é demandado aos homens e aos meninos, quando há menos mulheres do que homens em espaços de poder, quando uma mulher se sente intimidada em dizer não e quando ainda existe machismo se está falando de desigualdade de gênero. São situações que se expressam de maneira diversa, mas que possuem um denominador comum.

É de extrema importância compreender como a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos (SAFFIOTI, 1987, p. 11).

Esse processo de naturalização, onde as desigualdades são sentidas, mas não percebidas como tal, apenas fortalece sua reprodução nas relações sociais, contribuindo para a manutenção do sistema patriarcal (SAFFIOTI, 1987).

Como dito, o tradicionalismo está inserido na sociedade gaúcha, à modifica e é por ela modificado, portanto, olhar para o movimento, compreendendo sua força na sociedade, pode ser um caminho para avançar rumo à igualdade de gênero.

Quando perguntado sobre os avanços vivenciados pelas mulheres no tradicionalismo, todas as pessoas entrevistadas comentaram sobre as mulheres exercendo cargos de liderança nas entidades e no próprio MTG.

Poucos avanços, mas sendo elas: mulheres patroas de entidades, houve um avanço significativo, primeira mulher presidente do Movimento Tradicionalista Gaúcho (P3).

Acho que, principalmente, estarem ocupando esses espaços que sempre foram ocupados por homens, patronagens, coordenadorias e nesse ano a presidência do MTG, que demorou demais. É importante para as outras mulheres que participam ver que elas podem estar onde elas quiserem no tradicionalismo, seja dirigindo um CTG, o MTG, dançando nas invernadas, participando da campeira, enfim, em tudo (P11).

Agora como a eleição para presidente do movimento foram duas mulheres que concorreram, acredito que dá uma mudada, tanto que aumentou o número de mulheres coordenadoras, acho que isso vem a somar dentro do movimento para que a mulher tenha mais espaço (P15).

É com essa perspectiva que o próximo item pretende abordar as experiências sociais que as patroas têm vivenciado, bem como a forma com que as e os integrantes enxergam a patronagem feminina.

4.2 AS MULHERES ASSUMINDO O GALPÃO

Os CTGs foram criados para representar o galpão, as estruturas nas estâncias onde ficavam os peões, não havia mulheres nos galpões, era um espaço frequentado apenas por homens. Entretanto, em se tratando do tradicionalismo gaúcho, conforme já previa Barbosa Lessa, “teríamos de criar uma cultura tradicionalista, adaptável às mais diversas situações de tempo e espaço” (LESSA, 1985, p. 63).

E assim o tradicionalismo foi se adaptando, as mulheres foram conquistando cada vez mais seu espaço na sociedade e também dentro do movimento, conforme

já citado, segundo Lamberty (1989), na década de 80 já existiam mulheres como patroas de entidades tradicionalistas, ainda que na época fossem chamadas de “patrão”.

Porém, foi só nos últimos anos que as mulheres ganharam visibilidade e reconhecimento na ocupação desses postos. Diante desse cenário, foi questionado às integrantes das entidades tradicionalistas como era ter uma mulher no cargo de patroa, se elas percebiam diferenças e quais eram suas impressões sobre a patronagem feminina.

Tanto que muita gente que era contra patroa hoje em dia já aceita [...] porque era aquela coisa muito autoritária, tem que pedir tudo para o patrão. Hoje em dia não, tu conversa [sic], não vai pedir, tu vai [sic] conversar. Acho que a mulher consegue administrar muito melhor (P1).

Eu vejo que as grandes entidades que tem sucesso, no sentido de seguirem adiante, são mulheres que estão a frente fazendo isso girar. A mulher tem esse cuidado ansioso, essa garra de começar e terminar. Essas mulheres eu vejo empoderadas, eu vejo fortes, eu vejo mulheres formadoras de opinião nessas entidades [...]. É diferente, é o lado materno, que ao mesmo tempo é o lado da força da mulher, como se administra, com início meio e fim (P3).

[...] quando eu entrei no [nome do CTG] era uma patroa, e ela era assim, espetacular. Muito melhor do que os outros patrões que eu já tive. Mas não ligo muito isso com a questão do gênero. Ela tinha mais experiência. Acho que é o natural, a mulher é mais sensível, ela sabe dialogar melhor (P5).

A partir das falas das entrevistadas, fica evidenciado como consideram importante a presença das mulheres em tais cargos, porque, além da representatividade, valorizam as ações realizadas pelas patroas que impactam de forma positiva nas experiências vivenciadas por essas mulheres dentro das entidades da qual fazem parte.

Ainda assim, é perceptível a reiteração dos estereótipos de gênero, pois as participantes associam o cuidado e a sensibilidade como inerentes às mulheres. Elementos que, na verdade, estão presentes na pessoa humana, em graus variados que independem do gênero. Tal exemplo materializa como a lógica patriarcal acaba sendo, muitas vezes, incorporada e reproduzida pelas mulheres (ÁLVARO, 2013).

Nesse sentido, a questão materna também é trazida na fala da Participante 3, corroborada pela fala de uma das patroas, identificada como Participante 10.

A patroa mulher ela tem um olhar diferenciado, ela consegue enxergar coisas que as vezes o homem não percebe. Principalmente, na parte de

acolhimento, na parte mais sentimental, no tratamento com as pessoas, com as crianças nas internadas, a gente tem um olhar mais materno, um olhar com mais carinho (P10).

Não há como negar que, do ponto de vista biológico, gerar uma criança é uma atribuição de quem dispõe de aparelho reprodutivo para tal, entretanto, “sobre essa verdade universal, todas as sociedades acumularam diversas camadas de ideias e normas culturais que pouco têm a ver com biologia” (HARARI, 153–154).

Isso é, não é porque o corpo possui essa capacidade que seja obrigado a utilizá-la. Essa capacidade também não influi no comportamento ou na sua forma de ser e agir. Elisabeth Badinter (1985), no livro “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, traz justamente essa reflexão, de que o amor materno, tal como qualquer sentimento, não é inerente, ele é desenvolvido ou não devido a uma série de fatores subjetivos que não podem ser mensurados.

Da mesma forma, o “instinto materno” não é uma coisa imanente às mulheres. Todavia, a estrutura da sociedade o projeta como sendo, na verdade, as categorias mulher e mãe são vistas como intrínsecas, e esse fato, segundo Álvaro (2013), é um dos eixos estruturantes do patriarcado na sociedade capitalista.

[...] a subjetividade feminina, na forma como foi e é construída socialmente, apresenta a mulher como “um ser para os outros”, que tende a desprezar o próprio desejo frente aos do marido e filhos, que aceita um lugar secundário na distribuição de recursos e benefícios grupais, sacraliza as funções de mãe e esposa, associando a estas as qualidades de fragilidade, intuição, abnegação, docilidade, sensibilidade (LIMA, 2014, p. 47)

Por isso é importante frisar que essas características atribuídas às mulheres fazem parte dos papéis de gênero socialmente impostos, sendo que, ao longo da vida, as mulheres são ensinadas sobre como devem desempenhá-los, e acabam, muitas vezes, por introjetar esses conceitos e reproduzi-los irrefletidamente, pois já estão mergulhadas nessa lógica.

Sobre o conceito de mulher, o presente trabalho concorda com Falquet (2012)

[...] social e político, e não naturalista nem identitário. [...] uma mulher é para mim, tanto como um homem, uma pessoa definida por sua posição dentro das relações sociais de sexo, e não pela ausência ou presença de ovários, de úteros, de instinto maternal ou de identidade feminina (FALQUET, 2012, p. 11 apud ÁLVARO, 2013, p. 18).

Ainda sobre as falas das entrevistadas, estas reconhecem que a gestão encabeçada pelas mulheres é mais aberta ao diálogo e que o trabalho realizado se dá de maneira mais colaborativa. Tais aspectos remetem ao que Paulo Freire (2005) denomina de “ação dialógica”, onde, a partir do diálogo, se constrói a colaboração, e este por sua vez é ingrediente indispensável para a transformação social.

Nossa patronagem não é uma patronagem de reunião e sala, a gente sai e participa. E eu acompanho direto o que eu posso (P9).

Mesmo com esses avanços, e o retorno positivo que as patronagens comandadas por mulheres recebem, elas também enfrentam muita discriminação, e por vezes têm sua autoridade questionada.

A mulher tem que ser mais firme, muito mais firme, tem que se impor. Pois o erro dela é 10 vezes maior que o erro do homem. Tudo que ela fizer, ela vai ser questionada. Ela não pode errar, o homem pode (P8).

[...] eu tenho, às vezes, uma resistência com o meu próprio guaiaca⁶³, eu digo uma coisa e ele quer sempre questionar, mas depois entra em consenso e me respeita muito, mas eu vejo que primeiro ele tenta. Mas nada que venha a ofender. Às vezes, tem que se impor (P9).

E o preconceito foi muito grande quando eu ganhei, a discriminação, o machismo ele foi muito forte e dificultava o meu trabalho. Em razão da discriminação por ser mulher, eles dificultavam meu trabalho. Tentaram prejudicar bastante, para dizer, que eu como mulher não saberia administrar (P10).

Enquanto mulher, a gente percebe o machismo independente da posição que ocupa, está sempre presente. Já aconteceu, por exemplo, em uma reunião de região, um cara ficar me cortando toda hora, eu abria a boca e ele não me deixava falar, uma hora eu me irritei, bati com a mão na mesa e disse “espera aí que eu ainda não terminei de falar”. Ele fez uma cara feia, mas parou de me interromper (P11).

Pela já apresentada lógica da liderança masculina, que se faz presente em regulamentos do MTG e pela própria estrutura da sociedade que ainda hoje enxerga a mulher em espaços subalternos aos homens, estas necessitam “se impor”, frase dita por duas das patroas e exemplificada na situação relatada pela patroa identificada como Participante 11.

⁶³ No CTG da participante, esse ocupa o cargo de vice.

E tal necessidade advém, pois, suas competências, decisões e habilidade em comandar são, por vezes, desacreditadas, e isso simplesmente pelo fato de serem mulheres (TONANI, 2011).

Um dos homens entrevistados tem essa mesma percepção:

A diferença que eu percebo dentro do Movimento, para as mulheres que assumem a liderança, é a necessidade de reafirmação de autoridade [...]. E nunca uma proposta, uma opinião é aceita de pronto, é necessário que justifique exhaustivamente para que se aceite. Quando, certamente, se fosse um homem seria muito mais fácil (P14).

Mais uma vez percebe-se, como as falas mostram as desigualdades de gênero presentes no tradicionalismo, pois mesmo sendo eleitas para estarem naquela posição, as mulheres seguem enfrentando uma série de empecilhos na realização das atividades inerentes ao cargo.

Essa desqualificação que as mulheres enfrentam é, conforme Castañeda (2006), uma das armadilhas do patriarcado propiciadas pelo machismo, uma forma de minar o poder exercido pelas mulheres, de controlá-las e oprimi-las.

Tal fato se dá porque elas não estão desempenhando o papel que lhes é atribuído socialmente, pois “a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 8), e quando esses campos se embaralham, a estrutura vigente fica em uma berlinda, recorrendo ao machismo e às outras formas de opressão para retomar o seu funcionamento.

[...] vou te dizer onde está o preconceito, nas mulheres, na mulher contra a própria mulher. Porque houve muitas mulheres que trabalharam comigo e tentaram me prejudicar. Isso eu enfrentei bastante (P10).

E isso é uma coisa que vem tanto dos homens quanto das mulheres, não são só os homens que duvidam da tua capacidade, as mulheres também duvidam (P11).

Nessas duas falas é possível perceber mais uma das armadilhas do patriarcado é quando as mulheres, imbuídas de sua lógica, o reproduzem, oprimindo outras mulheres (CASTAÑEDA, 2006). E esse é um processo que se retroalimenta, e que só pode deixar de existir por meio da reflexão, do questionamento e da ação direcionada a mudança.

Como já mencionado, a cultura se modifica, seja por elementos externos ou internos, o próprio tradicionalismo é, antes de tudo, movimento, uma vez que, “Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós operam. Reagimos a elas, aceitamos, resistimos, negociamos, transgredimos” (GOELLNER, 2012, p. 39).

Assim, é ponto pacífico que as mulheres têm conquistado muitos avanços, têm ressignificado seus papéis e sua representação, têm ocupado espaços que antes lhe eram negados, enfim, elas têm protagonizado uma série de mudanças na cultura que integram, abrindo caminhos para si e para outras mulheres.

Todo o exposto pode ser sintetizado na citação de Margareth Rago (1997, p. 96–97), “Ao lado da tradicional representação da mulher-submissão, emerge uma outra figura feminina, simbolizada pela combatividade, independência, força, figura que luta pela transformação de sua realidade cotidiana”.

Ao passo que as velhas representações seguem vigentes, também são questionadas, reeditadas, transformadas. Nesse sentido, o próximo item aborda alguns elementos que surgiram no decorrer da pesquisa, e que se impuseram enquanto terrenos ainda pouco explorados.

4.3 SOBRE O TRADICIONALISMO E ALGUMAS INIQUIDADES

A palavra iniquidade possui duas significâncias, podendo ser utilizada para referir-se ao que é contrário a igualdade, como também a um ato cruel (AULETE, 1958). No presente item, é utilizado como uma mescla de ambos. Uma lógica cruel que resulta na desigualdade.

Esse item se fez necessário a partir de aspectos que não foram pensados *a priori* no desenvolvimento do trabalho, mas que surgiram no seu decorrer. Por isso, está dividido em dois subitens: o primeiro aborda como a população LGBTQIA+ têm experienciado o tradicionalismo gaúcho, as muitas barreiras ainda existentes e quais os avanços conquistados por esse seguimento; já o segundo subitem retoma como o apagamento histórico da população negra repercutiu dentro do movimento e nas experiências vivenciadas, bem como o direcionamento tomado pelo tradicionalismo nos últimos anos acerca do povo negro.

4.3.1 A população LGBTQIA+⁶⁴ e o tradicionalismo gaúcho

O Brasil, infelizmente, é um dos países que mais mata em razão da LGBTfobia, isto é, a discriminação baseada na orientação sexual e identidade de gênero, que passou a ser considerada crime em junho de 2019 (BRASIL, 2019). Ainda assim, em 2020, entre os meses de janeiro e abril, o número de assassinatos de pessoas transexuais aumentou em 48% considerando o mesmo período do ano anterior, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2020).

Tal panorama de discriminação, preconceito e violência só pode ser compreendido por meio da apreensão do real e, novamente, o patriarcado surge como importante categoria para dar conta desse fenômeno. O patriarcado, como citado anteriormente⁶⁵, é um sistema que se calca na dominação masculina e nas instâncias de poder exercidas pelos homens. Dessa maneira, assim como há um estereótipo do feminino na lógica patriarcal, há o do masculino.

Os estereótipos têm, realmente, a força do molde. Quem não entrar na fôrma corre o risco de ser marginalizado das relações consideradas “normais”. O conceito de “normal” é socialmente construído pelo costume. As inovações são temidas, porque nunca se sabe aonde levarão. Este lado frágil do medo existe quer nos homens, quer nas mulheres. Mas só estas últimas podem manifestá-lo pois pertencem a uma categoria conhecida pelo nome de “sexo frágil”. O sexo forte deve negar o medo, ainda que possa senti-lo agudamente. Se encarnar o estereótipo consiste na maneira mais fácil de viver, porque basta obedecer ao modelo (SAFFIOTI, 1987, p. 39).

Dentro desses parâmetros também se encontra “o sistema heteronormativo, ou seja, aquele que impõe a heterossexualidade aos indivíduos” (ÁLVARO, 2013, p. 127), assim, conseqüentemente, todas as pessoas que destoam desses estereótipos acabam sendo possíveis alvos de discriminação e violência.

A heteronormatividade pode ser entendida como uma produção histórica social e cultural, um padrão, “uma maneira específica de como todos em seu modo

⁶⁴ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, o sinal de adição é utilizado para “abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero” (REIS, 2018, p. 7). Importante destacar que a sigla engloba orientação sexual e identidade de gênero. A orientação sexual se refere à atração que uma pessoa sente em relação a outra, já a identidade “traduz o entendimento que a pessoa tem sobre ela mesma, como ela se descreve e deseja ser reconhecida” (BAHIA, 2018, p. 10).

⁶⁵ Vide Capítulo 1.

de vida, de ser e de viver devem exercer e expressar sua sexualidade” (AGUINSKY *et al.*, 2013, p. 49), associado aos estereótipos de homem e mulher.

Assim, uma vez que a figura do homem possui tal centralidade, sendo considerada superior, torna-se uma ameaça à permanência de tal lógica, como demonstra mordazmente Serano “não há maior ameaça do que a existência de mulheres trans, que apesar de terem nascido homens e herdado o privilégio de serem homens, ‘decidiram’ ser mulheres” (SERANO, 2007, p. 15 apud STANLEY, 2018, p. 135).

No que se refere ao tradicionalismo gaúcho, para além dessa estrutura já presente na sociedade, tais aspectos são acentuados pela já mencionada representação da mulher e do homem gaúcho, este enquanto uma figura de liderança sempre envolvida em conflitos, “o gaúcho mitológico é um gaúcho branco, masculino, machão [...] e problema é que uma identidade fossilizada e cristalizada não contempla a diversidade, ela não contempla a diferença” (NECCHI, 2017, p. 197).

Nesse sentido, algumas das entrevistadas relatam:

[...] hoje temos uma grande porcentagem dentro do movimento tradicionalista gaúcho de gays, da população LGBT, isso é visível. Hoje tu vê [sic] casais dentro do movimento, muito comedidos ainda, não conseguem andar de mão e se beijar (P3).

Quando não se respeita a opção [sic] sexual do outro, e isso tem muito CTG. Isso tem muito e vai demorar muito para deixar de existir, ainda tem aquela ideia de que mulher não dança com mulher, homem não dança com homem e isso é verbalizado nos eventos. E uma vez que tu entra [sic] em uma instituição que o homem tem que ser homem e a mulher tem que ser mulher, e nada que seja diferente disso é permitido, essas pessoas não conseguem se inserir nesse meio (P4).

[...] a questão da inclusão de pessoas homossexuais, a questão de gênero diferente. Isso é algo que até hoje não mudou nada, e pelo jeito vai demorar para mudar (P5).

[...] no movimento, a questão da homofobia aparece bem mais que o racismo, e é pior com relação às lésbicas. Tinha duas meninas que dançavam, que eram namoradas, os pais sabiam, elas eram bem discretas, mas queriam que elas saíssem (P8).

As entrevistadas expressam que a LGBTfobia ainda é muito presente no contexto tradicionalista e, segundo elas, ainda é um elemento que levará um longo tempo para ser alterado. A própria fala da Participante 4, ao utilizar a expressão opção sexual ao invés de orientação sexual, demonstra como as concepções

LGBTfóbicas ainda estão enraizadas no cotidiano, uma vez que a orientação sexual das pessoas não se trata de uma escolha.

Assim, mesmo que o respeito e a valorização da diversidade humana seja o horizonte esperado pelas participantes, não há como prever o direcionamento que o movimento terá ao longo dos anos. Porém, no momento, segundo a entrevistada que faz parte do MTG, essa não é uma pauta prevista para ser incluída nas discussões:

O movimento é um movimento mais conservador. Não é que a gente tenha preconceito, mas a gente procura não entrar nesse questionamento. A própria juventude do movimento tradicionalista gaúcho quer, às vezes, abrir o questionamento, a discussão, os mais conservadores já ficam temerosos com isso. Não que seja preconceito, ou que a gente faça a exclusão, muito pelo contrário, nós temos bastante jovens, enfim, a gente faz a inclusão deles, mas timidamente (P12).

Dessa forma, nota-se que o movimento, discursivamente, não exclui a população LGBTQIA+, mas a exclui nas práticas cotidianas ao não colaborar para sua visibilidade. Tal fato não seria um problema, se todas as pessoas fossem tratadas de forma igualitária, o que como as participantes expõem, não é o caso.

Enfim, eu noto que a temática toda da diversidade, relacionado às minorias, protagonismo de negros, dos LGBTs, acaba sendo sempre não tratada como deveria. É aquela coisa, participa, mas nós não queremos trazer essa discussão, principalmente por algumas pessoas que são muito tradicionais, entre as aspas, que ainda são pessoas que não querem discutir sobre isso (Gabriella).

Um fato emblemático ocorreu no ano de 2014, no município de Santana do Livramento, o CTG Sentinela do Planalto foi incendiado, pois nele seria realizado uma cerimônia coletiva de casamento, e das vinte e nove uniões que seriam realizadas, uma delas era de um casal LGBTQIA+ (ZALLA, 2016).

Obviamente, tal ocorrido não representa o movimento tradicionalista gaúcho como um todo, mas demonstra que, assim como as falas das entrevistadas, as discriminações contra a população LGBTQIA+ ainda se fazem muito presentes no meio tradicionalista. O que faz com que a própria população LGBTQIA+ que integra o movimento acabe adotando, em sua extensa maioria, as posturas identitárias que lhes são atribuídas, desse modo, adaptam-se ao “molde” para evitar represálias.

É notável o grande número de homossexuais que ocupam o tradicionalismo, bem como a indiscutível importância desses sujeitos para o andamento das atividades tradicionalistas, em especial do âmbito artístico e cultural do MTG, mas também é perceptível a falta de esperanças para uma melhora de tal condição marginal, não se percebendo acenos de ascensão de homossexuais aos cargos de alto escalão do tradicionalismo (GÖERGEN, 2017, p. 196)

Isto é, a população LGBTQIA+ se encontra majoritariamente oculta nos bastidores do movimento, raramente tendo visibilidade, uma vez que, no imaginário tradicionalista, os papéis de gênero são circunscritos aos estereótipos já elencados. Sobre isso, um dos entrevistados declara:

[...] é um rodeio de hipocrisia, ora a gente presta, ora serve, ora a gente não presta, ora não serve. É como lei, ela é interpretativa conforme a necessidade (P15).

Ele se refere a esse duplo viés que a população LGBTQIA+ vivencia no movimento, são valorizados enquanto contribuem com as suas entidades e desempenham os papéis que lhes são esperados, mas são desvalorizados quando emitem suas opiniões, quando tentam promover discussões cuja a temática seja a própria população LGBTQIA+ (GÖERGEN, 2017).

Ainda assim, parece estar havendo pequenos avanços nessa direção, as pessoas entrevistadas reconhecem a necessidade de que o movimento se mostre mais inclusivo nesse sentido. A própria entrevistada do MTG, que assume o caráter conservador do movimento, também diz que a juventude tem tentado abrir esses questionamentos. Houve também a já citada homenagem recebida pela Gabriella, que como ela expõe, contribuiu nesse sentido.

A época que eu fui homenageada só chegou essa pauta para discussão porque realmente aconteceu esse momento e acabou obrigando a ser trazida essa discussão (Gabriella).

Outro fato que merece destaque, em 17 de maio⁶⁶ de 2020, a atual Gestão de Prendas e Peões do Rio Grande do Sul fez uma postagem para celebrar o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia.

⁶⁶ O dia 17 de maio é conhecido mundialmente como o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia. É nessa data que se comemora o momento histórico para o Movimento LGBTQIA+, quando no ano de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o termo homossexualismo da lista de distúrbios mentais do Código Internacional de Doenças (BRASIL, 2017, p. 1).

Figura 4 — Postagem feita pela Gestão de Prendas e Peões do RS 2019/2020



Fonte: Página do Instagram da Gestão Prendas e Peões do RS.

Como as mulheres entrevistadas destacaram anteriormente, as prendas e os peões têm a função de representarem a entidade, de difundir a cultura tradicionalista gaúcha, então, é muito positivo que estejam se posicionando em favor da causa LGBTQIA+ enquanto representantes do MTG.

Diante do exposto, considera-se que esse é um tema que necessita avançar muito nas discussões dentro do movimento, assim como na sociedade de modo geral, visto toda a violência e marginalização que a população LGBTQIA+ ainda sofre.

Com esse mesmo direcionamento, o subitem a seguir versa sobre as experiências vivenciadas pela população negra no tradicionalismo gaúcho.

4.3.2 A população negra e o tradicionalismo gaúcho

A população negra pouco foi referida no Capítulo 3 deste trabalho ao discorrer sobre a constituição do tradicionalismo e a participação das mulheres, e isso se deu, pois, esta população raramente é mencionada no período em questão na literatura tradicionalista.

Cabe retomar que a trajetória do tradicionalismo, ao exaltar a história do Rio Grande do Sul, com ênfase na Revolução Farroupilha, deixa de lado todas as contribuições da população negra ao estado, como forma de ocultar o período

escravista. O ideal de mulher e homem gaúcho também não faz referência às pessoas negras, tendo a figura gaúcha passado por esse processo de branqueamento promovida pela negação da miscigenação (ZALLA, 2020).

Entretanto, o Movimento em sua Carta de Princípios, no décimo artigo diz: “Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais, que têm como característica essencial a absoluta independência de sectarismos político, religioso e racial” (WINCK; TEIXEIRA, 2018, p. 14), isso é, o tradicionalismo não compactua com intolerâncias de cunho político, religioso ou racial.

Ainda assim, as participantes relatam a presença do racismo nos espaços tradicionalistas de uma forma subjetiva.

Na verdade, ele é um racismo velado, ainda existem pessoas que fazem piadas de negros. As pessoas hoje estão mais comedidas porque têm políticas públicas e leis para reprimir isso. A primeira prenda negra que nós elegemos em 2008, depois de muitos anos de Ciranda Cultural de Prendas, mais de quarenta anos, elegemos a primeira mulher negra, depois disso nunca mais elegemos prenda nenhuma (P3).

O racismo também é muito velado. No nosso CTG dá para contar nos dedos quantos negros participam (P8).

No nosso país é muito oculto, as pessoas são e fingem que não são. E no Rio Grande do Sul o racismo é muito forte também. E no CTG tem, claro, a gente conseguiu abrir as portas, mudar muita coisa, mas isso ainda existe. Pessoas negras no movimento são minoria (P10).

O racismo velado se constitui como uma “expressão do racismo que procura conviver harmonicamente com a norma antirracista, que, como uma erva daninha, nasce nas suas brechas” (LIMA; VALA, 2004, p. 408), sendo assim mais difícil de ser identificado e combatido.

Como não foi possível realizar a observação participante nas entidades, não há como dizer se a presença de pessoas brancas e negras é paritária nesses espaços. Mas, segundo as pessoas entrevistadas, não é. A maioria das pessoas é branca. Na própria pesquisa, das quinze pessoas entrevistadas, apenas duas se autodeclararam negras.

Apesar das entrevistadas relatarem que o racismo acontece de uma forma velada, dois relatos demonstram que ele também é manifestado de forma aberta. Um dos homens entrevistados contou um episódio em que vivenciou o racismo no ambiente tradicionalista.

Eu dava aula em um CTG, ia todo o sábado para lá, eu e minha esposa dávamos aula, era em uma cidade onde tinha um setor fumageiro, uma cidade colonizada por alemães e italianos, e ali quando chegamos, quando eu cheguei, uma família se retirou, dizendo que o professor era muito colorido (P13).

Outra das entrevistadas relatou:

Quando eu assumi, eu fiz uma internada de inclusão. Nós tínhamos problemas entre sócios, de pessoas que não queriam deixar os filhos dançarem com negros (P10).

Com essas falas, não é possível dizer que o racismo existe de forma oculta no meio tradicionalista, uma vez que ele aparece também verbalizado e materializado.

Frantz Fanon, no livro “Pele negra máscaras brancas”, defende o princípio de que “uma sociedade é racista ou não é” (FANON, 2008, p. 85), para o autor, se isso não for compreendido, muitos elementos importantes para apreender a sociedade se perderão em classificações inúteis, como dizer que um determinado local é mais ou menos racista que outro, ou que uma expressão racista é mais ou menos prejudicial que outra.

O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre ‘pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição’. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Destarte, o presente trabalho acredita que sim, a sociedade é racista, pois se constituiu e desenvolveu por meio do racismo, da subjugação e da exploração. Assim, o tradicionalismo — pensando além dos elementos de sua formação — é racista, porque a sociedade é. Admitir isso é dar um passo à frente, na direção da construção de uma sociedade que deixe de ser.

Conforme a Participante 3:

Falam que é tudo muito lindo, muito bonito, muito emocionante. Mas não é lindo, não pode ser lindo, o Movimento, ele é a sociedade, e dentro dessa sociedade tem desigualdade, tem racismo (P3).

Nos últimos anos, parece estar havendo uma abertura maior do movimento em relação às pautas do povo negro.

Em setembro de 2018, no Acampamento Farroupilha, um dos piquetes exibiu uma exposição que visava ilustrar o período escravista ao reproduzir uma senzala, haviam manequins amarrados a troncos, representando as pessoas escravizadas, bem como objetos que eram utilizados para a tortura. A exposição foi rechaçada e fechada, tanto o MTG, que organiza o Acampamento Farroupilha, quanto a Prefeitura de Porto Alegre repudiaram a representação e se desculparam pelo episódio (WEBER, 2018).

A justificativa para a exposição era representar os Lanceiros Negros e sua participação na Revolução Farroupilha, ainda pouco discutida a fundo pelo movimento, porém, acreditando ser difícil reproduzir o episódio de Porongos, o piquete optou por representar os locais de onde os Lanceiros saíram, no caso, a senzala (WEBER, 2018).

Como foi apurado, não havia pessoas negras envolvidas na organização e montagem da exposição, o que mostra como a história negra, contada por pessoas não negras fica majoritariamente circunscrita à escravidão, “como se não tivessem um passado na África, como se não houvesse existido resistência” (RIBEIRO, 2018, p. 8).

O episódio serviu para promover a articulação do MTG com o Conselho Municipal dos Direitos do Povo Negro em Porto Alegre para uma remodelagem da exposição, dessa vez promovendo a valorização histórica das pessoas negras no estado (PONT, 2018).

Já no ano de 2020, em novembro foi publicado no informativo mensal do movimento, Eco da Tradição:

No mês em que os olhares e corações tradicionalistas estariam respectivamente voltados e pulsando em Santa Cruz do Sul, com a realização de mais uma edição do Enart, o MTG realiza ações online alusivas e comemorativas. É a primeira vez na história que a entidade deixa de realizar o evento, assim como é, também, a primeira vez que realiza atividades alusivas à Semana da Consciência Negra (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020, p. 1).

O documento não traz justificativa de porque nunca antes o Movimento havia feito atividades alusivas ao Dia Nacional da Consciência Negra, mas é provável que

seja em função do ENART, que movimenta o meio tradicionalista no mês de novembro.

Entretanto, traz alguns relatos de pessoas negras que participaram das atividades realizadas⁶⁷, onde destacam a importância de falar sobre a contribuição negra na história do Rio Grande do Sul por meio da perspectiva negra, que ainda é um campo a ser desbravado, foi também levantada a ideia para a criação de um departamento de pesquisa com essa temática dentro do MTG (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2020).

Sobre o dia 20 de novembro ser o Dia Nacional da Consciência Negra, é importante destacar que foi concebido pelo Grupo Palmares de Porto Alegre, como um contraponto ao 13 de maio, dia da assinatura da Lei Áurea, que não tinha um significado para a população negra. Um dos principais idealizadores dessa mudança foi Oliveira Silveira, gaúcho, poeta, escritor e militante do Movimento Negro, que a partir do estudo da história negra no Brasil constatou que a trajetória do Quilombo dos Palmares era a mais representativa por evocar a resistência do Povo Negro (RIBEIRO; PIOVESAN, 2008).

O dia 20 de novembro foi a data da morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, a justificativa para a escolha da data foi não se saber dia e mês das fugas para Palmares nem a data de nascimento de Zumbi. Foi considerado, também, que Tiradentes era homenageado na data de sua morte, 21 de abril. Em Porto Alegre, “A homenagem a Palmares em 20 de novembro de 1971 foi o primeiro ato evocativo dessa data que, sete anos mais tarde, passaria a ser referida como dia nacional da consciência negra” (SILVEIRA, 2003, p. 29).

Outra publicação mensal do MTG, o Piá 21, também foi dedicado a tratar sobre a temática negra no mês de novembro de 2020. Uma das chamadas da publicação era “Dia da Consciência Negra: qual a responsabilidade dos tradicionalistas?”, e o elemento que mais se destacou foi a necessidade da representatividade negra.

Nós necessitamos de REPRESENTATIVIDADE, precisamos de mais negros nas chapas da presidência, precisamos de mais negros avaliadores de ENART, precisamos de mais negros no Departamento de Pesquisas, precisamos de mais negros nas coordenadorias, precisamos de mais negros no Conselho Diretor do MTG, precisamos de mais negros Prendas e

⁶⁷ De forma on-line, em razão da pandemia de Covid-19.

Peões do Rio Grande do Sul, a nossa responsabilidade enquanto tradicionalistas é nada mais nada menos do que REPRESENTAR E SER REPRESENTADO, hoje eu me sinto representado por muitas pessoas que assim como eu, batalharam muito e exigiram seu espaço que é por direito de estarem neste Movimento, e são graças a estas pessoas que nós estamos construindo um Movimento mais inclusivo e menos preconceituoso. Claro que, temos muito chão e muita luta pela frente (BASTOS JUNIOR, 2020, p. 2)

Sobre a representatividade, é importante pontuar que o presente trabalho se propõe a debater as questões referentes à igualdade e às desigualdades de gênero, de forma geral, as relações de poder entre mulheres e homens. Porém, não se ignora as opressões pautadas nos diversos âmbitos, como raça e classe.

Sobre esse cruzamento de opressões que as mulheres vivenciam, a autora estadunidense Kimberlé Crenshaw chamou interseccionalidade.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Assim, se tratando das vivências das mulheres negras no tradicionalismo, é necessário considerar as subordinações raciais por elas vivenciadas. Obviamente as mulheres negras sofrem com a estrutura patriarcal da sociedade, mas também sofrem com o racismo. Dois fenômenos que podem ser estudados como distintos, mas que se materializam articuladamente no cotidiano. Como demonstra a fala da Participante 3:

Onde eu via a posição das mulheres? E negras dentro do Movimento? Enxergava ou na cozinha, ou recolhendo os copos e as garrafas do baile ou na portaria, pegando os tickets para entrada, aí já estava a desigualdade. Eu não via todas no mesmo patamar (P3).

Por isso, a perspectiva interseccional defende a não hierarquização das opressões, pois dizer que o racismo é mais expressivo seria ocultar a estrutura patriarcal, ou vice-versa, e esse processo impediria a apreensão do fenômeno em sua totalidade (CRENSHAW, 2002).

Se até o momento o estudo deu conta da pouca representatividade das mulheres no movimento, esse número é ainda menor quanto aborda-se o elemento

racial, ilustrando como a interseccionalidade é útil para a compreensão do cruzamento das formas de desigualdades e opressões que se materializam no cotidiano das mulheres negras.

Assim compreende-se a adoção da perspectiva interseccional como um recurso importante para se pensar a sociedade, como bem sintetizado por Maria Isabel Barros Bellini (2017), a interseccionalidade constitui:

[...] uma possibilidade de pensar um novo modelo de sociedade, rompendo com lógicas opressoras e com formas caolhas de interpretar a realidade. É importante que se busque novas formas de interpretação dos fenômenos sociais, formas que poderão alicerçar processos de ação e intervenção em realidades plenas de opressões historicamente construídas e que se incrustaram na vida em sociedade como tatuagem. São, por vezes, processos tão enraizados que obnubilam a visão e não são percebidos com clareza e, muitas vezes, até pensados superados (BELLINI, 2017, p. 166).

Dessa forma, fecha-se esse capítulo, destacando a importância dos avanços conquistados e protagonizados pelas mulheres no tradicionalismo gaúcho, sem esquecer que ainda há muito no que avançar, no sentido de que o movimento contemple a diversidade que o integra, valorizando todas as pessoas, independente do gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião ou o que for.

Para ser tradicionalista não é necessário preservar o que há de ruim em nossa sociedade, mesmo que seja tradicional. Que se projete tudo que for belo e que bem nos representa para o mundo, sem distinções, que a juventude tenha o discernimento de não perpetuar preconceitos cristalizados nas gerações anteriores, e assim por diante, busque também engajamento em outras lutas transversais que transformam a sociedade e operam mudanças significativas em nosso comportamento e atitudes perante as injustiças do mundo (STRECK *et al.*, 2020, p. 4).

Por fim, assinala-se a força que o movimento apresenta na sociedade gaúcha, enquanto expressão cultural, o que lhe confere um prodigioso campo para provocar a modificação da realidade na direção de uma sociedade mais justa, igualitária e equânime, já que esse foi o desejo apontado pelas pessoas participantes da pesquisa e pelos documentos produzidos pelo movimento nos últimos anos.

5 CONCLUSÃO

No século XVIII ainda se discutia se as mulheres eram seres humanos como os homens ou se estavam mais próximas dos animais irracionais. Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades. No século XX, descobriu-se que as mulheres têm uma história e, algum tempo depois, que podem conscientemente tentar tomá-la nas mãos, com seus movimentos e reivindicações. Também ficou claro, finalmente, que a história das mulheres podia ser escrita (PERROT, 2007, p. 11).

No início desse estudo expôs-se a desigualdade de gênero como o elemento norteador, mas aqui conclui-se que, na verdade, foi o desejo pela igualdade de gênero que o motivou. A necessidade de mostrar para as mulheres como elas têm avançado historicamente na conquista de seus direitos e nos rumos de sua própria história, que como expõe Michelle Perrot, pode ser contada, deve ser contada. Histórias do passado, do presente e do futuro.

Obviamente as histórias são diversas, em tempos e locais diferentes, condicionadas por inúmeros fatores, ainda assim, é impossível chegar a esse capítulo sem conceber que há algo que une todas, e infelizmente é a desigualdade de gênero.

Mas também é nela que reside o ideal de luta, a certeza de que modificar essa realidade é necessário e é possível, sejam em níveis micros ou macros e de formas individuais ou coletivas, pois cada vez que uma mulher ou um grupo de mulheres ruma em direção à igualdade de gênero, todas vão junto.

Pelo menos essa é a perspectiva adotada aqui, em consonância ao 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto pela ONU, de empoderar todas as mulheres e meninas, empoderar no sentido de contribuir com práticas emancipatórias, que visem a igualdade de oportunidades, o fim das discriminações, opressões e violências.

É inegável que é um caminho longo e complexo, mas deve ser percorrido. O presente trabalho acredita, sinceramente, que um mundo mais justo é possível, e cabe a cada uma e a cada um que acredita nisso, construí-lo. Como Paulo Freire (2005) defende, é necessário assumir a responsabilidade, a partir dos conhecimentos e das ações que se dispõe, pelo que será do futuro. Ou faz-se diferente ou nada muda.

Assim, o presente trabalho se propôs a apreender os avanços e as mudanças vivenciadas e protagonizadas pelas mulheres no estado do Rio Grande do Sul, por meio do âmbito cultural, tomando por lócus de investigação o tradicionalismo gaúcho, enquanto parte importante da cultura gaúcha.

A cultura é uma dimensão imprescindível para se pensar a sociedade, pois é produto da própria sociedade e de sua interação, é um campo em complexa elaboração e alteração, dinâmico e contraditório, carrega possibilidades de alienação e de reflexão direcionada à mudança. O presente trabalho empenhou-se em destacar essa última.

Em se tratando do tradicionalismo gaúcho, acredita-se que ele foi um projeto extremamente bem sucedido, que se desenvolveu para muito além do que esperavam seus idealizadores. O movimento que começou no ano de 1947 em um colégio de Porto Alegre se tornou símbolo do Rio Grande do Sul, e ultrapassou seus limites no tempo e no espaço.

O tradicionalismo nasceu da necessidade que seus idealizadores sentiam de preservar e fixar aquilo que entendiam por identidade e cultura gaúcha, para que o estado se diferenciasse do restante do Brasil e também como uma forma de reação às transformações que a sociedade da época vivenciava.

O movimento tomou como base a Revolução Farroupilha, entendida por ele como o momento mais glorioso da história do estado, onde a população teria lutado para se libertar do jugo imperial, exaltando os heróis farroupilhas e criando a imagem do homem gaúcho a partir do que idealizavam destes.

Conforme demonstrado no segundo capítulo desse trabalho, a Revolução Farroupilha foi muito mais complexa e contraditória do que a romantização tradicionalista pressupõe. Os ideais farroupilhas pouco tinham a ver com a vontade de tornar o país ou mesmo o estado uma república, e muito tinham a ver com a consolidação do poder da elite da época, que vinha sofrendo com o descaso do Império. Não era uma revolução sobre igualdade ou democracia, era sobre impostos, poder e interesses.

Entretanto, tais elementos foram ofuscados na construção tradicionalista, assim como toda a história de opressão e resistência protagonizada pelos povos originários e pela população negra submetida aos processos escravistas. Ao incorporar elementos das populações indígenas, negras, platinas e imigrantes, acaba por ocultá-las em suas origens. O chimarrão e o churrasco passam a ser

gaúchos, assim como o charque. E todas as contradições e antagonismos históricos ficam debaixo do tapete, ou melhor, debaixo do galpão.

Desse modo, o desenvolvimento do tradicionalismo se deu com a criação de entidades, como o 35 CTG, pioneiro no movimento e a criação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) enquanto órgão centralizador e regulador do tradicionalismo.

Com a criação dessas instâncias e com a organização do MTG, por meio da Carta de Princípios, o movimento passou a integrar muito mais do que a esfera privada da sociedade, hoje o tradicionalismo perpassa a legislação do estado, os feriados e as comemorações, o ensino nas escolas, a segurança pública, o turismo e todas as instâncias da sociedade gaúcha.

O tradicionalismo se desenvolveu de maneira tão profusa que foi incorporado e aceito com tanto afincamento pela população gaúcha que acabou se tornando hegemônico na representação cultural do estado, sobrepujando expressões culturais tão legítimas quanto ele.

Tais apontamentos não são no sentido de validar ou não o movimento, sua legitimidade não está sendo contestada, mas de olhar para esse movimento de uma forma mais aprofundada e crítica, compreendendo suas fragilidades, contradições e suas potencialidades. De trazer para o debate que a cultura gaúcha como um todo é muito mais ampla do que o que se concentra no tradicionalismo.

Como indicado ao longo do trabalho, o próprio movimento tem se questionado e sido questionado nos últimos anos, procurado ouvir mais seus integrantes e buscando se adaptar às mudanças que a sociedade tem vivenciado, como já o tinham indicado seus precursores.

As experiências sociais das mulheres no tradicionalismo tiveram centralidade no estudo, em consonância com os objetivos que nortearam a pesquisa, pode-se perceber que a representação da mulher permanece engessada, que os estereótipos de gênero ainda se fazem muito presentes no meio tradicionalista.

A imagem da prenda não teve grande modificação, visto que sua indumentária permaneceu quase que inalterada, já as atribuições da prenda sofreram grandes alterações, passando de “tudo o que o gaúcho muito queria” (SARAIVA, 1968, p. 117) e se tornando uma agente que representa a entidade, que representa o movimento, que participa e propõe ações, exercitando seu protagonismo e sua representatividade.

Contudo, em relação à igualdade de gênero entre prendas e peões, ainda há um grande caminho a ser percorrido, como foi demonstrado na análise dos regulamentos, que ainda colocam as mulheres em condições secundárias e os homens na posição de liderança.

Conforme demonstrado nesse estudo, as mulheres estão desbravando e se envolvendo em outras atividades, como o tiro de laço, mas ainda encontram resistência nesses espaços onde a presença majoritária é de homens.

Quanto às desigualdades de gênero nas experiências sociais das mulheres tradicionalistas, em um primeiro momento elas não as identificaram, porém seus relatos foram permeados por exemplos e vivências nesse sentido. Isso demonstra a necessidade de promover diálogos e ações direcionadas a apreender essas desigualdades no cotidiano e criar estratégias de resistência para tais. Uma vez que as desigualdades não são percebidas, também não podem ser combatidas.

Por conta desse fator, ao longo do trabalho procurou-se evidenciar essas desigualdades, sendo necessário combater a lógica imposta pela sociedade, que é patriarcal e permeada por diversas formas de machismo, discriminações e opressões. As mulheres, como visto, estão participando em todos os espaços, funções e cargos no meio tradicionalista, mas nos locais de poder e decisão se apresentam como uma minoria.

A atriz Michele Williams, em seu discurso no Globo de Ouro, em 2020, trouxe a pauta do voto feminino, indicando que, quando as mulheres fossem votar, o fizessem de acordo com seus interesses, pois é isso que os homens fazem, e é por isso que o mundo se parece muito com eles (MULHER NO CINEMA, 2020).

Nesse sentido, foi percebido esse direcionamento tomado pelas mulheres nos últimos anos, no tradicionalismo, onde tem sido eleitas mais mulheres nas coordenadorias de região, nas patronagens dos CTGs e demais entidades, e é claro, para a presidência do MTG, pela primeira vez desde sua fundação. Com isso, acredita-se que essas mulheres estão em busca de um movimento que melhor as representem.

Quando foram perguntadas sobre as experiências que tiveram com mulheres nas patronagens, identificaram como muito positivas, que a gestão comandada por mulheres era mais aberta ao diálogo e a uma construção coletiva. Sobre isso, um dos homens entrevistados pontuou que as mulheres representavam mais o ideal de coletividade que baliza o movimento.

Assim sendo, pensa-se que tendo as mulheres estado durante muitos anos à margem do movimento, agora elas esforçam-se em não deixar mais ninguém nessa posição, por isso, apostam no diálogo em sua gestão.

As patroas, ao relatarem suas experiências, demonstraram que ainda enfrentam muitas dificuldades, têm sua autoridade questionada, muitas vezes precisam se impor para manifestarem suas opiniões. Pode-se concluir que nos espaços de poder é onde as desigualdades de gênero se evidenciam de forma mais clara, uma vez que se impõe ali a desestabilização dos papéis de gênero atribuídos socialmente.

De modo geral, pode-se perceber que as mulheres têm conquistado e protagonizado uma série de avanços no que tange à igualdade de gênero dentro do tradicionalismo gaúcho, elas sabem e verbalizam que podem estar onde quiserem. Obviamente, enfrentam dificuldades e uma série de obstáculos, pois ao assumirem tais posições estão mexendo na estrutura vigente do tradicionalismo e da sociedade. E, como já destacado, ambos não se apartam, podendo essa indissociabilidade ser utilizada para alterar a cultura gaúcha e, em consequência, a sociedade.

Diante disso, cabe pontuar as iniquidades assinaladas no último capítulo, no que tangem a população LGBTQIA+ e a população negra no âmago do movimento.

A população LGBTQIA+ é um dos segmentos que mais enfrentam desigualdades, opressões e violências. Dentro do movimento isso não é diferente, devido aos, já muitas vezes mencionados, estereótipos de gênero, que tentam encaixar as pessoas e sua diversidade em parâmetros que pouco condizem com a realidade.

Como as pessoas participantes relataram, o segmento LGBTQIA+ é expressivo na participação no movimento, mas relegado à invisibilidade. O movimento não o exclui, mas também não promove ações que se pautem na valorização do segmento e busquem o fim da discriminação.

Pode ser percebido algum direcionamento, ainda que tímido, nessa direção, impulsionado pela homenagem recebida por Gabriella e pelo posicionamento da Gestão de Prendas e Peões no combate à LGBTfobia. Ainda é um campo que necessita avançar muito, pois foi percebida uma resistência muito grande para se tratar desses assuntos dentro do tradicionalismo, ainda que as pessoas participantes da pesquisa consideram importante fazê-lo.

Quanto às experiências vivenciadas pela população negra, foram identificados casos de racismo, tanto o racismo de forma velada quanto de forma escancarada, ainda que o movimento em seus princípios se declare contra as discriminações raciais.

A sociedade capitalista, assim como se estrutura a partir do patriarcado, se estrutura também a partir do racismo, que perpassa todos os espaços, não estando o tradicionalismo imune. Admitir isso é um passo para avançar, negar seria retroceder.

A questão racial, felizmente, parece ter encontrado mais abertura no meio tradicionalista, uma abertura tardia, mas ainda assim importante. O movimento parece estar se preocupando em resgatar as contribuições da população negra no estado e no tradicionalismo. Uma vez que cultua o “tradicional” e o “autêntico” das expressões estaduais, parece apropriado que o movimento se debruce sobre as discussões e as pautas de valorização histórica da população negra, visto que o Dia Nacional da Consciência Negra nasceu no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e essa façanha foi espalhada pelo país.

Em se tratando da representatividade negra no movimento, pontua-se a importância de existir em todos os espaços, principalmente nos espaços de poder e decisão, com ênfase para as mulheres negras, que vivenciam com maior intensidade todas as formas de opressão já citadas.

Diante de tudo isso, cabe destacar que o tradicionalismo, enquanto parte da cultura do Rio Grande do Sul, não abarca toda a multiculturalidade que constituiu o estado, mas não quer dizer que não possa, só que para isso teria que estar disposto a uma profunda reflexão sobre suas bases, assim como aberto às mudanças em sua estrutura. Se seguisse por esse caminho, acredita-se que a sociedade gaúcha só teria a ganhar, assim como o movimento.

Nesse sentido, o presente trabalho procurou demonstrar os avanços na participação das mulheres no tradicionalismo, suas experiências sociais e alguns elementos passíveis de mudança, no que tange à igualdade, defendida pelo movimento, bem como na conquista do bem coletivo.

Deseja-se, com esse trabalho, que as mulheres gaúchas vejam a força que possuem e o quanto essa força têm gerado mudanças em suas vidas, no tradicionalismo e na sociedade gaúcha, para que se empoderem ainda mais e empoderem outras mulheres.

É importante dizer que todas as pessoas entrevistadas, mesmo elencando as desigualdades e as necessárias mudanças no movimento, exaltaram o prazer em participar desse, e esse componente não pode ser ignorado. Por isso, o presente trabalho indica que, dada a potencialidade de interlocução do tradicionalismo gaúcho com a sociedade, ele é um campo fértil para a proposição de mudanças.

Assim, a partir do que foi percebido no desenvolvimento da pesquisa, pontuam-se aqui algumas sugestões: (I) criação de espaços para discussões sobre a igualdade de gênero e sobre a diversidade humana, dentro das entidades e do próprio MTG; e (II) mais estudos que resgatem a história do estado e as contribuições das diversas etnias que o formaram e uma revisão das normas e regulamentos, para que se adequem a Carta de Princípios que prima pela a igualdade e a conquista do bem coletivo.

Nas duas proposições pontua-se a necessidade de diálogo com a sociedade gaúcha, baseada em uma construção coletiva e no entendimento de que os processos que perpassam o tradicionalismo gaúcho, perpassam também a sociedade, assim é imperativo que não sejam apartados.

Nesse sentido, em se tratando de uma pesquisa realizada no âmbito do Serviço Social, cabe destacar que as e os assistentes sociais podem e devem se apropriar de qualquer mecanismo que lhes permita colocar em prática seu projeto profissional, seja para compreender o real em suas muitas camadas ou para alterá-lo.

Aqui pontua-se como estratégia a cultura — o tradicionalismo gaúcho, enquanto expressão cultural — uma dimensão humana, transformadora e que tem a potencialidade de instigar a consciência crítica nas pessoas. Aqui, percebe-se uma semelhança entre o Serviço social e a cultura, que compartilham um caráter contraditório, ambos podem tanto contribuir para a manutenção da ordem societária e ideológica vigente quanto para sua superação ou transformação. O desenvolvimento da presente dissertação optou pelo segundo.

Mesmo que um trabalho chegue ao fim, ele não se encerra. Quando a pesquisa foi construída e o Movimento Tradicionalista Gaúcho foi tomado como universo, não se tinha conhecimento da amplitude desse universo, agora, tem-se um pouco. Ele é um campo complexo e contraditório para a análise, e também se mostra repleto de potencialidades de transformação, algumas foram destacadas aqui.

Obviamente, todo e qualquer estudo possui limitações, esse se restringiu ao município de Porto Alegre e a um grupo circunscrito de pessoas, sem contar as imposições propostas pela conjuntura em razão da pandemia de Covid-19. Por esses motivos, cabe destacar que o estudo não representa todo o tradicionalismo gaúcho e a multiplicidade de vivências que este produz, mas representa um extrato desse todo.

Nessa perspectiva, sendo esse trabalho o primeiro sobre o tema no âmbito do Serviço Social, deseja-se que haja continuidade a partir de outras pesquisadoras e pesquisadores, seja expandindo o estudo, englobando todo o estado ou sob novos ângulos e discussões, uma vez que é um campo amplo e importante para se considerar a sociedade gaúcha e a própria profissão, que muito tem se debruçado sobre as políticas sociais e o Estado, e pouco tem considerado outras determinações que compõem a sociedade.

Assim, o presente trabalho finaliza com a proposta de valorização do Rio Grande do Sul e de sua cultura, porém, refere-se ao Rio Grande do Sul real — não à narrativa mítica e folclórica existente no imaginário coletivo. E o Rio Grande do Sul real se forjou por meio da multiculturalidade, elementos das populações indígenas, africanas, espanholas, portuguesas, alemãs, italianas e demais etnias que formam a identidade gaúcha. Cada uma dessas etnias se faz presente e faz o estado ser o que é hoje. Para além de santificar ou demonizar quaisquer agentes, cabe reconhecê-las e reconhecê-los em suas histórias — contadas ou não — e em suas contribuições e contradições e, a partir desse movimento, alterar o curso da história para garantir um futuro melhor do que o presente.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Ed. UFRJ, 2006.

AGUINSKY, Beatriz Gershenson *et al.* Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 47–54, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/14443/9649>. Acesso em: 31 out. 2020.

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de Projetos de Pesquisa. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 719–738.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

ÁLVARO, Mirla Cisne. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Tese%20Mirla%20Cisne%20Alvaro.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

AREÁN-GARCÍA, Nilsa. Os sufixos -ismo, -ista e -ístico(a) em documentos de língua portuguesa do século XIII ao século XIX. *In*: **A Língua Portuguesa no Mundo — I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**. São Paulo: FFLCH USP, 2008, v. 2, p. 1-18. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/AreA1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº. 4.850, de 11 de dezembro de 1964**. Oficializa a “Semana Farroupilha” e dá outras providências. Porto Alegre, 11 dez. 1964. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNoimas=43858&hTexto=&Hid_IDNorma=43858. Acesso em: 18 jun. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº. 8.813, de 10 de janeiro de 1989**. Oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada “PILCHA GAÚCHA”. Porto Alegre, 10 jan. 1989. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNoimas=19552&hTexto=&Hid_IDNorma=19552. Acesso em: 18 jun. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº. 11.929, de 20 de junho de 2003**. Institui o churrasco como “prato típico” e o chimarrão como “bebida símbolo” do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras

providências. Porto Alegre, 10 jan. 1989. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.929.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº. 12.422, de 27 de dezembro de 2005**. Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º e ao art. 2º da Lei nº. 4.850, de 11 de dezembro de 1964, e alterações, que oficializa a Semana Farroupilha e dá outras providências. Porto Alegre, 27 dez. 2005. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/12.422.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/05/03/assassinatos-de-pessoas-trans-voltam-a-subir-em-2020/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **A temática afrodescendente**: aspectos da história da África e dos afrodescendentes no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Cadernos IHU (UNISINOS), v. 5, 2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ihu/022cadernosihu.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Época das Charqueadas (1780–1888)*. In: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 139–158.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. **Rompendo o silêncio**: O negro na história e historiografia do RS. São Leopoldo: UNISINOS, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g1c7NzvOkkM>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ÁVILA, Arthur Lima de. *Caudilhos e fronteiriços: A Revolução Farroupilha e seus vínculos rio-platenses*. In: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 181–202.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAHIA. Defensoria Pública do Estado **Entendo a diversidade sexual**. Salvador: ESDEP, 2018. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/wp-content/uploads/2019/01/cartilha_diversidade-sexual.pdf. Acesso em: 22 dez. 2018.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Sobre a Mulher Escrava no Rio Grande do Sul*. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, XVI, p. 47–56, jul/dez. 1990. Disponível em: www.rosettadosventos.com.br/artigos/Sobre-a-Mulher-Escrava-no-Rio-Grande-do-Sul.pdf. Acesso em: 12 out. 2020.

BALESTERO, Gabriela Soares; GOMES, Renata Nascimento. Violência de Gênero: uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**, Brasília, v. 66, p. 44–49, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r34812.pdf>. Acesso em: 2 out. 2018.

BAPTISTA, Jean Tiago; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; BOITA, Tony Willian. Mulheres Indígenas nas Missões: patrimônio silenciado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300214. Acesso em: 11 jun. 2020.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. Os Açorianos no Rio Grande do Sul: uma presença desconhecida, *In*: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio. (Org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 115–138.

BASTOS JUNIOR, Paulo. Dia da Consciência Negra: qual a responsabilidade dos tradicionalistas? **Piá 21**. Porto Alegre: MTG, nov. 2020. p. 2. Disponível em: <https://www.mtg.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Caderno-do-Pia-Novembro-2020.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. Tradução de: Sérgio Milliet.

BECKER, Gabriela Liedtke. **Além da tradição**: etnografando um CTG (Centro de Tradições Gaúchas) na região de Curitiba, Paraná. 2014. 205 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

BELLINI, Maria Isabel Barros. “Sou apenas uma mulher e lamento-o”. *In*: BELLINI, Maria Isabel Barros; MACHADO Rebel Zambrano (Org). **Vulnerabilidades**: intersecções e particularidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 153–168.

BENEDETTI, Bruno Alfonso. **Coletânea De Versos**: poesias gauchescas. Espumoso: Independente, 2018.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Os direitos humanos como valor universal. **Lua Nova**, São Paulo, n. 34, pág. 179–188, dezembro de 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300011. Acesso em: 20 nov. 2020.

BETTS, Jaime. Por que colocar NósOutros Gaúchos em questão? Quais são nossos sintomas sociais? Qual o mal-estar e sofrimento que produzem? *In*: BETTS, Jaime; ROBIN, Sinara (org.). **NósOutros gaúchos**: as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar. as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 32–43.

BRECHT, Bertolt. **A Exceção e a Regra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Guaranis: índios do sul: religião, resistência e adaptação. **Estudos Avançados**, São Paulo: Instituto de estudos Avançados, v. 4, n. 10, p. 53–109, 1990.

BRASIL. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. 2020. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/>. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 2 jul. 2020.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **O dia 17 de maio e o papel do suas no combate à LGBTfobia no Brasil**: a luta contra a LGBTfobia é de todas (os) nós! Brasília: MDS, 2017. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/1705SUSCombateLGBTfobia.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 12 jul. 2020.

BRIGADA MILITAR (homepage). **Negócio, Missão, Visão e Valores**. 2020. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/negocio-missao-visao-e-valores>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRUM, Ceres Karam. Sepé Tiaraju. O Índio que os gaúchos querem viver. Representações, identidades e educação. *In*: SILVA, G.F.; PENNA, R.; CARNEIRO, L.C.C. (Org.). **RS índio**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsindio.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Quem são os deputados**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Difusão, 1977.

CASTAÑEDA, Marina. **O machismo invisível**. São Paulo: A Girafa, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia. *In*: **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Ano 1, no. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: Clacso, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CIRNE, Paulo Roberto de Fraga. **Tradicionalismo gaúcho organizado: 70 anos de história (1947-2017)**. Porto Alegre: Evangraf, 2017.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO (CPMI). **Relatório Final**. Com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2013/07/CPMI_RelatorioFinal_julho2013.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a Assistente Social Lei n. 8.662/93**. 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 4 set. 2018.

CORREA, J. Romanguera. **Vocabulário Sul Rio-Grandense**. Porto Alegre: Echenique & Irmão, 1898. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242441>. Acesso em: 10 maio 2020.

COSTA, Elmar Bones da; FONSECA, Ricardo; SCHMITT, Ricardo (org.). **História ilustrada do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e geral**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol. 10, n. 1, p. 171–188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CRUXEN, Edison Bisso. A ocupação ibérica do território e as disputas pelas fronteiras do continente de Rio Grande. *In*: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 65–88.

DACANAL, José Hildebrando. Origem e função dos CTGs. *In*: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 81–90.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. **Fundamentos estéticos da educação**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

DUTRA, Claudia Pereira. **A prenda no imaginário tradicionalista**. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ECO DA TRADIÇÃO. **Protagonismo feminino no tradicionalismo gaúcho pauta Seminário Estadual de Prendas**. 2018. Disponível em: <http://www.ecodatradicao.com.br/protagonismo-feminino-no-tradicionalismo-gaucha-pauta-seminario-estadual-de->

GARCIA, Gabriela Vaz; AIRES, Isadora Gonçalves. E agora tchê?: como o tradicionalismo gaúcho excluiu as mulheres, reforçando o machismo e a violência, e como elas estão combatendo essa cultura. **9º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão**, Porto Alegre, v. 0, n. 0, p. 1–15, 18 jun. 2017. Disponível em: <http://vladimirherzog.org/jovem-jornalista/wp-content/uploads/2017/10/e-agora-tche.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

GAÚCHAZH. Por Trás da Foto: conheça a origem da Chama Crioula. **GAÚCHAZH**. Porto Alegre, 16 set. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2019/09/por-tras-da-foto-conheca-a-origem-da-chama-crioula>. Acesso em: 28 jun. 2020.

GERTZ, René E. A colonização no período Republicano — segunda fase. *In*: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 243–264.

GIRARDI, Leopoldo Justino; QUADROS, Odone José de. **Filosofia**. Porto Alegre: Acadêmica, 1984.

GOELLNER, Silvana Viloder. A produção cultural do corpo. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Viloder (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 28–40.

GÖERGEN, Edipo Djavan dos Reis. **Homossexualidades na territorialidade tradicionalista gaúcha**. 2017. 243 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/14371>. Acesso em: 5 jun. 2020.

GOLIN, Tau. **A ideologia do gauchismo**. Porto Alegre: Tchê, 1983.

GOLIN, Tau. **Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo: Méritos, 2004.

GOLIN, Tau. Reflexos entre o gaúcho real e o inventado. *In*: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 91–99.

GONÇALVES, Thalita da Silva. Estanceiras e vivandeiras: desvelando a força e o outro lado da mulher na Revolução Farroupilha. *In*: XII Semana de História — Saberes históricos e a sala de aula: diálogos, convergências e divergências, 2009, Três Lagoas-MS. **Anais da XII Semana de História — Saberes históricos e a sala de aula: diálogos, convergências e divergências**. Três Lagoas-MS: Curso de História UFMS-CPTL, 2009. Disponível em: www.ndh.ufms.br/wp-anais/Anais2009/Artigos/GT01_genero_identicidades/2_thalita_gonsalves_estaceiras_e_vivandeiras.pdf. Acesso em: 21 out. 2020.

GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GROSSI, Patrícia Krieger *et al.* Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher. **Temporalis**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 153–169, 27 ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2924>. Acesso em: 13 out. 2020.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia sul-rio-grandense e o mito do gaúcho brasileiro. *In*: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 148–152.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2. ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: Uma breve História da Humanidade. São Paulo, L&PM Editores, 2015.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HERRERA, Jéssica Thaís. Empoderar-se é atemporal. **Piá 21**, Porto Alegre: Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), mar. 2020. Disponível em: <https://www.mtg.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Caderno-do-Pia-Mar%C3%A7o-2020.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

HOBSBAWN, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. *In*: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. Tradução de: Celina Cardim Cavalcante.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero** — Indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 29 ago. 2020.

JUNG, Roberto Rossi. **A gaúcha Maria Josefa**: primeira jornalista brasileira. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2004.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 67–75.

KERN, Arno Alvarez. Fronteiras culturais: impactos e contatos na descoberta e colonização do Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre. PUCRS, Edição Especial, n. 1, p. 69–80, 2000.

KING, Stephen. **Sobre a escrita**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 255 p. Tradução de: Michel Teixeira.

KONDER, Leandro. **As artes da palavra**: elementos para uma estética marxista. São Paulo: Boitempo, 2005.

KONFLANZ, Celso. **A MODERNA TRADIÇÃO GAÚCHA**: Um estudo sociológico sobre o Tradicionalismo Gaúcho. 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LACERDA, Marina Basso. **Colonização dos corpos**: Ensaio sobre o público e o privado, patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Direito, PUC-RIO, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16570@1>. Acesso em: 17 jun. 2020.

LAGARDE, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

LAMBERTY, Salvador Ferrando. **ABC do tradicionalismo gaúcho**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: Um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. (Coleção Antropologia Social).

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Os nativos charrua/minuano, guarani e kaingang: O protagonismo indígena e as relações interculturais em territórios de planície, serra e planalto do Rio Grande do Sul. *In*: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 15–42.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019. Tradução de: Luiza Sellera.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **História do chimarrão**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1953.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa. **Nativismo**: Um fenômeno social gaúcho. Porto Alegre: L&PM, 1985.

LESSA, Luiz Carlos Barbosa; CÔRTEZ, Paixão. **Danças e Andanças da Tradição Gaúcha**. Porto Alegre: Garatuja, 1975.

LIMA, Flaviane Izidro Alves de *et al.* A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v. 19, ed. 1, p. 33–50, jan/jun 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10818>. Acesso em: 7 jul. 2020.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 2004. p. 401–411. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n3/a02v09n3.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LIMA, Rita de Lourdes. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 45–68, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282014000100004>. Acesso em: 17 out. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Prendas e antiprendas: Educando a mulher gaúcha. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 25–56, jul. 1986.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MACEDO, Christiane Garcia. **FOLCLORE NA DANÇA EM PORTO ALEGRE**: a formação do Conjunto de Folclore Internacional Os Gaúchos (1959 a 1966). 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Ciência do Movimento Humano, Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61897>. Acesso em: 5 jul. 2020.

MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul**: da Pré-História aos Dias Atuais. 1. ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande, o mato é maior!** História trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: EDUPF, 2002.

MAESTRI, Mário. Em terra de branco, não tem lugar pra negro. *In*: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 145–147.

MAHEIRIE, Katia. O processo de criação no fazer musical: uma objetivação da subjetividade, a partir dos trabalhos de Sartre e de Vygotsky. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 147–153, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14133722003000200016>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* (Org.). **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (ORG.). **Pesquisa qualitativa** — um instigante desafio. Núcleos de Pesquisa 1. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas em serviço social: um instigante desafio. *In: Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa*. São Paulo: PUCSP-NEPI, Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre identidade, Cadernos n. 1, maio 1994, 113 p., p. 12–18.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. Disponível em: static.scielo.org/scielobooks/jnzhd/pdf/martins-9788575414514.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MATEUS, João Mascarenhas. A questão da tradição: História da construção e preservação do patrimônio arquitetônico. *In: PARC — Pesquisa em Arquitetura e Construção*. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307779926_A_questao_da_tradicao_Historia_da_construcao_e_preservacao_do_patrimonio_arquitetonico. Acesso em: 20 jul. 2020.

MAZON, Elana. **Após fazer parte de gestão de peões, mulher transexual recebe homenagem como prenda**. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2019/07/apos-fazer-parte-de-gestao-de-peoes-mulher-transexual-recebe-homenagem-como-prenda-cjxm56xa6030301pkurem948v.html>. Acesso em: 4 jul. 2019.

MENDES, Isackson Luiz Cavilha. **As mulheres indígenas nos relatos jesuíticos da província do Paraguai (1609–1768)**. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108951/000948298.pdf>. Acesso em: 12 jun. 1995.

MENDONÇA, Caroline Leal; SCHILLACI, Manuela (Coord.). **Mulheres indígenas da tradição**. Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Recife, 2019. Disponível em: <https://osbrasis.trgbr.com/wp-content/uploads/2018/12/Mulheres-ind%C3%ADgenas.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho). Tradução de: Isa Tavares.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9–29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MIRANDA, Márcia Eckert. De comandância militar à Província: A administração do Rio Grande de São Pedro (1737-1824). *In*: CARELI, Sandra da Silva; KNIERIM, Luiz Claudio (Org.). **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Porto Alegre, CORAG, 2011. p. 89–114.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Educação-PUCRS**, Porto Alegre, ano XXII (37): 7–32, março 1999.

MOTT, Mário Lúcio. **Submissão e Resistência**. São Paulo, Contexto, 1988

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG). **Diretrizes para a pilcha gaúcha: traje atual**. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/wp-content/uploads/2020/06/DIRETRIZ-DE-INDUMENTARIA-GAUCHA-2017.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2020.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG). Informativo Oficial do Movimento Tradicionalista Gaúcho — MTG. **Eco da Tradição**. Porto Alegre: MTG, n. 219, p. 1–20, nov. 2020. Disponível em: <https://www.mtg.org.br/wp-content/uploads/2020/11/eco-da-tradicao-novembro-2020.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG). **Movimento Tradicionalista Gaúcho**. 2020. Disponível em: <http://www.mtg.org.br/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO (MTG). RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019. **Eco da Tradição**. Porto Alegre: MTG, p. 1–32, jan. 2020. Disponível em: https://www.mtgrs.ubtg.com.br/documentos/17/20200218155306_1682.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

MULHER NO CINEMA (ed.). **Leia o discurso de Michelle Williams no Globo de Ouro**. 2020. Disponível em: <https://mulhernocinema.com/especiais/leia-o-discurso-de-michelle-williams-no-globo-de-ouro-na-integra-e-em-portugues/>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MÜLLER, Shana. #Posteira: Não sou china, nem égua e nem quero que o velho goste! **G1**. Galpão Crioulo. 2017. Disponível em: <https://gshow.globo.com/RBS-TV-RS/Galpao-Crioulo/Extras-Galpao-Crioulo/noticia/posteira-nao-sou-china-nem-egua-e-nem-quer-o-velho-goste.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2020.

MÚSICA MACHISTA POPULAR BRASILEIRA (MMPB). **Projeto Música Machista Popular Brasileira**. 2020. Disponível em: <http://www.mmpb.com.br/>. Acesso em: 12 set. 2020.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 49–55, abr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007. Acesso em: 21 jun.2020.

NECCHI, Vitor. Qual a visão dos outros sobre a cultura gaúcha e os modos de ser dos gaúchos? *In*: BETTS, Jaime; ROBIN, Sinara (org.). **NósOutros gaúchos**: as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar. as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 193–199.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **ECONOMIA POLÍTICA**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOELLI, Francisco Silva. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 7–53, 1996.

NUNES, Georgina Helena Lima. Espaços possíveis por onde cartografar quilombos. *In*: SILVA, Gilberto Ferreira da *et al.* (Org.). **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/a14860251dc3561a.20181029165158.pdf>. Acesso em: 30 out. 2020.

NUNES, Zeno Cardoso & Rui Cardoso. **Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins livreiro, 1984.

OLIVEIRA, Márcia Ramos de. Entre representações e estereótipos: O tipo gaúcho como expressão popular na música gravada no século XX. *In*: GERTZ, René (Org.). **REPÚBLICA**: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930–1985). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 505–524. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

OLIVEN, Ruben George. O renascimento do gauchismo. *In*: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Org.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. p. 77–80.

ONU. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 15 maio 2019.

ONU. **HeForShe (ElesporElas)**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/campanha/heforshe/>. Acesso em: 1 jul. 2020.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. *In*: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 278–321.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas&questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. Tradução de Angela M. S. Côrrea.

PERUSSATTO, Melina. Pelas crias que me deu: reprodução natural, arranjos familiares e alforria no Brasil meridional (Rio Pardo, c. 1850–1888). **História Unisinos**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 266–281, 23 dez. 2010. UNISINOS — Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/4726>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PIRES, Amanda de Jesus. **Tiro de laço**: um estudo etnográfico da participação das mulheres em uma prática gaúcha dita masculina. 2019. 117 f. Dissertação (Mestrado) — Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202191/001103888.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

PONT, Ricardo. Movimentos negro e tradicionalista vão remodelar piquete fechado no Acampamento Farroupilha. **Gaúcha**. 2018. Disponível em: <https://guaiba.com.br/2018/09/18/movimentos-negro-e-tradicionalista-vao-remodelar-piquete-fechado-no-acampamento-farroupilha/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

PRATES, Jane Cruz. A pesquisa social a partir do paradigma dialético-crítico: do projeto à análise do dado. In: FERNANDES, Idília e PRATES, Jane Cruz (Org). **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas: Papel Social, 2016.

PRATES, Jane Cruz. A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 214–220, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/19706/12506>. Acesso em: 10 jun. 2020.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social — ABEPSS, Recife, n. 9, jan/jun 2005.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Eloísa Helena Capovilla da Luz. As mulheres no cotidiano do Rio Grande do Sul farroupilha. **Revista Justiça e História**. Porto Alegre: Palácio da Justiça, 2008. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_judiciario_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v6n12.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

REIS, Fábio Wanderley. O mito e o valor da democracia racial. **Mercado e Utopia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 445–458. Disponível em: books.scielo.org/id/v7ywf/pdf/reis-9788599662793-16.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

REIS, Toni (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Paraná: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros — Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em:

<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Fernanda Aparecida. **Anita Garibaldi: coberta por histórias.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/109188/ISBN9788579832123.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2020

RIBEIRO, Matilde; PIOVESAN, Flávia. Apresentação. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 16, n. 3, pág. 879–885, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300009. Acesso em: 15 nov. 2020.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditatoriais para a democracia outorgada. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 11, ed. 3, p. 381–405, set/dez 2019. DOI 10.15175/1984-2503-201911303. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v11n3a32019.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2020.

RITTER, Samantha. Mulheres imigrantes alemãs no Rio Grande do Sul: uma análise das construções e discursos. **ÁGORA (UNISC. ONLINE)**, v. 20, p. 102–111, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RODRIGUES, Douglas Coelho. AS REPRESENTAÇÕES DO IMAGINÁRIO COLONIAL A PARTIR DOS RELATOS DOS COLONIZADORES. *In: XXVII Simpósio Nacional de História*, Natal, 2013.

ROSA, Graziela Rinaldi da. **Transgressão e moralidade na formação de uma matrona esclarecida: contradições na filosofia de educação nisiana.** 2012. 350 f. Tese (Doutorado) — Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/GrazielaRinaldidaRosa.pdf>. Acesso em: 5 set. 2020.

RÜDIGER, Francisco. Cotidiano, mídia e indústria cultural: modernidade e tradicionalismo, dos anos 1930 à atualidade. *In: GERTZ, René (Org.). REPÚBLICA: Da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 355–398. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no Brasil atual. *In: Estudos Feministas*, número especial, Rio de Janeiro, CIEC, p. 443–461, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, 2002. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

SANTOS, Diego Junior da Silva *et al.* Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar. **Dental Press J. Orthod.**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 121–124, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-94512010000300015. Acesso em: 22 jun. 2020.

SARAIVA, Glaucus. **Manual do tradicionalista**: Orientação geral para tradicionalistas e Centros de Tradições Gaúchas. Porto Alegre: Sulina, 1968.

SCHERER, Giovane Antonio. **Serviço social e arte**: juventudes e direitos humanos em cena. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense**: Volume I. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019.

SCHLEE, Aldyr Garcia. **Dicionário da Cultura Pampeana Sul-Rio-Grandense**: Volume II. Pelotas: Fructos do Paiz, 2019.

SCHMITZ, Pedro Ignácio (ed.). **Pré-História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**. 20 (2), p. 71–99, 1995.

SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL (SSP-RS). **Monitoramento dos Indicadores de Violência Contra as Mulheres no RS**. 2020. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SILVA, Gilberto Ferreira da; PENNA, Rejane; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Org.). **RS Índio**: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SILVA, Juremir Machado da. **História regional da infâmia**: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

SILVA, Laura Rosa da; OLTRAMARI, Leandro Castro. “DE BEIJA-FLOR A URUBU”: REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NA MÚSICA GAÚCHA. *In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010, Florianópolis - SC. Diásporas e Mobilidades — Desafios Multidisciplinares e de Gênero, 2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277685081_ARQUIVO_beijafloraurubu.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

SILVA, Márcia Cristina Borges da; CIRNE, Paulo Roberto de Fraga. **A evolução histórica da mulher gaúcha**: na sociedade gaúcha, na revolução farroupilha e inserção no tradicionalismo gaúcho (origem do vestido de prenda). Porto Alegre: Martins Livreiro, 2017.

SILVA, Maria Aparecida Lima; SOARES, Rafael Lima Silva. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. **Entrelaçando**: Revista Eletrônica de Culturas e Educação, v. 4, p. 99–115, 2011. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/component/phocadownload/category/133>. Acesso em: 29 jun. 2019.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia**: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223–231, 2008. Disponível em: periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311. Acesso em: 19 jun. 2019.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. *In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVERIO, Valter Roberto (Org.). Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília-DF: MEC/Inep, 2003.

SOARES, André Luis Ramos *et al.* Alternativa metodológica para trabalhar gênero em sala de aula. **Aedos**, Porto alegre, v. 7, n. 16, p. 22–35, dez./2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/57005/34343>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social**. Tradução de: Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2004.

SPERB, Paula. Gaúchas se organizam para compor músicas regionais sem machismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/03/gauchas-se-organizam-para-compormusicas-regionais-sem-machismo.shtml>. Acesso em: 12 set. 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2018.

STRECK, Eduarda *et al.* A negritude na construção sociocultural gaúcha. **Piá 21**. Porto Alegre: MTG, nov. 2020. p. 4. Disponível em: <https://www.mtg.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Caderno-do-Pia-Novembro-2020.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. AS DIFERENÇAS ENTRE O ESCRAVISMO GAÚCHO E O DAS *PLANTATIONS* DO BRASIL: incluindo no que e por que discordamos de F. H. C. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 445–480, dez. 1991.

THIESEN, Beatriz Valladão; MOLET, Claudia Daiane; KUNIOCHI, Marcia Naomi. Charqueada e escravidão em Rio Grande. *In*: 5º ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 5., 2011, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 1–15. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/thiessen%20beatriz%20Ovaladao_%20molet%20claudia%20daiane%20e%20kuniochi%20marcia%20naomi.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

TOLEDO, Leslie Campaner de *et al* (org.). **MANUAL PARA O USO NÃO SEXISTA DA LINGUAGEM**: o que bem se diz bem se entende. Porto Alegre: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf. Acesso em: 12 jul. 2020.

TONANI, Adriana Venturim. Gestão Feminina - Um diferencial de liderança mito ou nova realidade. **VII Congresso Nacional de Excelência em Gestão**. 2011. Disponível em: inovarse.org/sites/default/files/T11_0452_2131.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VANNINI, Ismael Antônio. Crescei e multiplicai-vos: o papel da cultura imigrante feminina no projeto imigratório (Serra Gaúcha — 1875–1950). *In*: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis/SC. Diásporas e Mobilidades — Desafios Multidisciplinares e de Gênero, 2010. Disponível em: www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1277833952_ARQUIVO_TextoCompletocongressoUFSC.IsmaelAntonioVannini.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

VARGAS, Jonas Moreira. DE CHARQUE, COUROS E ESCRAVOS: A CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZA, TERRAS E MÃO-DE-OBRA EM PELOTAS (1850–1890). **Sæculum — Revista de História**, n. 26, 30 jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/15034/8542>. Acesso em: 15 jun. 2020.

VINUTO, Juliane. A AMOSTRAGEM EM BOLA DE NEVE NA PESQUISA QUALITATIVA: UM DEBATE EM ABERTO. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203–220, ago/dez. 2014. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/cd8e/3ecb215bf9ea6468624149a343f8a1fa8456.pdf?_ga=2.25945214.296399876.1589988085-454222924.1589988085. Acesso em: 22 maio 2020.

WEBER, Jéssica Rebeca. Com manequins negros em situação de tortura, exposição de piquete é fechada no Acampamento Farroupilha. **GAÚCHAZH**. 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/09/com-manequins-negros-em-situacao-de-tortura-exposicao-de-piquete-e-fechada-no-acampamento-farroupilha-cjm6walvv043t01pxxe3w2fn0.html>. Acesso em: 15 nov. 2020.

WINCK, Elenir de Fátima Dill; TEIXEIRA, Haroldo José (org.). **Coletânea da Legislação Tradicionalista**. 12. ed. Porto Alegre: Fundação Cultural Gaúcha, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/05.pdf>. Acesso em: 28 set. 2018.

ZALLA, Joselito. A necessidade da desconstrução do machismo no universo regional. [Entrevista concedida ao] Vitor Necchi. **Revista Do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, n. 493, p. 26–35, 19 set. 2016. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao493.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2020.

ZALLA, Jocelito. **O CENTAURO E A PENA**: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929–2002) e a invenção das tradições gaúchas. 2018. 320 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=181322. Acesso em: 5 jan. 2020.

ZALLA, Jocelito. **O estigma da china e a invenção da prenda**: a mulher no imaginário gaúcho. Grupo de Gênero e História das Mulheres — PUCRS. Porto Alegre, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BJLGdH7_zDc&ab_channel=g%C3%AAnerohist%C3%B3ria. Acesso em: 25 set. 2020.

GLOSSÁRIO

- CHINA** Mulher indígena ou com aparência de índia. Mulher da campanha. Empregada rural. Diz-se de mulher querida. Diz-se de amásia, amante, concubina. Diz-se de prostituta, “mulher da vida”. FRAS: amor de china é fogo de faxina (passageiro e falso como fogo de palha); a sorte é velhaca que nem china caborteira (não dá para confiar na sorte; nem em mulher); ser china de casa posta (ser mulher de homem certo); ser china orelhana (ser mulher de ninguém, sem dono); ser china que não se roga (ser mulher à disposição de qualquer um) (SCHLEE, 2019, p. 240).
- ESTÂNCIA** Típica da região pampeana do Rio Grande do Sul, a estância tem extensão de, no mínimo, mil hectares, com construções e instalações adequadas para a criação extensiva de gado — bovino, ovino e equino (SCHLEE, 2019, p. 399).
- ESTANCIERA(O)** Pessoa proprietária de uma estância. Aquela que explora um estabelecimento rural destinado à pecuária (SCHLEE, 2019).
- GALPÃO** Dependência edificada das estâncias (com torrões de barro, paredes de madeira ou de tijolos), coberta (de palha ou telhas) e permanentemente aberta — que serve de depósito, alojamento para os peões e para animais criados sob teto além de espaço para a realização de determinadas tarefas campeiras (SCHLEE, 2019, p. 461).
- PATRÃO** Homem dirigente máximo de entidade tradicionalista (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2018). Dono de estância/Proprietário de um negócio ligado às lides rurais (SCHLEE, 2019, p. 703).

PATROA	Mulher dirigente máxima de entidade tradicionalista (MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO, 2018). Nome dado pelo homem do campo a sua mulher — esposa ou companheira, mãe de seus filhos (SCHLEE, 2019, p. 704).
PILCHA	Vestimenta usual do campeiro pampeano (SCHLEE, 2019, p. 723). Joia, adorno; objetos de algum valor, como arreios, roupas (CORREA, 1898, p. 160).
PRENDA	Joia, relíquia, presente de valor. Em sentido figurado, moça gaúcha (BENEDETTI, 2018, p. 76).
PORTEIRA	Barreira móvel, posta à entrada de um estabelecimento rural ou de cada uma de suas divisões, como invernadas, poteiros, mangueiras, currais e áreas de serviço (SCHLEE, 2019, p. 740).

APÊNDICES

APÊNDICE A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada (o) a participar de uma pesquisa de cunho acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulada: **“A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO TRADICIONALISMO GAÚCHO: da idealização à reconstrução”**. A pesquisa está sendo realizada pela mestrandia Eliane Moreira de Almeida, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Patrícia Krieger Grossi.

O objetivo geral consiste em “Compreender de que forma a representação da mulher no tradicionalismo gaúcho impacta as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres integrantes do CTGs de Porto Alegre, na perspectiva de gênero e geração, a fim de contribuir para o processo de entendimento da realidade da mulher gaúcha na sociedade brasileira”.

Para alcançar os objetivos do estudo, você está sendo convidada (o) a participar de uma entrevista individual, com gravação em áudio, com duração aproximada de uma hora, na qual você responderá perguntas pré-estabelecidas. Os dados de identificação serão confidenciais e seu anonimato preservado. Os dados obtidos serão utilizados somente para este estudo, sendo armazenados durante cinco anos e após destruídos (conforme Resolução nº. 510 de 2016).

Você pode a qualquer momento comunicar a pesquisadora alterações pertinentes ao estudo, assim como pode dele sair, sem que isso acarrete prejuízos de qualquer espécie. Você está ciente de que não terá nenhum benefício imediato, mas poderá contribuir com subsídios para a compreensão do fenômeno.

Os riscos dessa pesquisa são mínimos: você está ciente de que poderá sentir algum desconforto ou cansaço na hora de responder as perguntas, mas que pode interromper a qualquer momento a pesquisadora. Os dados coletados serão somente para fins científicos do presente projeto de pesquisa.

Assim, você concorda com o exposto, autorizando o uso do conteúdo das informações prestadas para que sejam utilizadas parcial ou integralmente.

Você declara que recebeu uma via deste Termo de Consentimento e que foram esclarecidas suas dúvidas em relação a participação no estudo que consistirá em uma entrevista, com duração aproximada de uma hora.

Caso venham a surgir novos questionamentos sobre o estudo, você está ciente que pode contatar a pesquisadora mestranda Eliane Moreira de Almeida pelo telefone (51) 9 8414-9660 ou pelo e-mail eliane.almeida@acad.pucrs.br, para qualquer pergunta sobre seus direitos como participante deste estudo ou à orientadora Prof.^a Dr.^a Patrícia Krieger Grossi pelo telefone (51) 3320-3546 ou pelo e-mail pkgrossi@pucrs.br.

Pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS (de caráter consultivo, deliberativo e educativo) criado para defender os interesses das pessoas participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões eticamente corretos pelo telefone (51) 33203345 ou pelo e-mail cep@pucrs.br, localizado na Avenida Ipiranga 6690, Prédio 60 — Sala 314, Porto Alegre/RS — CEP: 90610-900, com horário de atendimento de segunda-feira à sexta-feira das 08h às 12h e das 13h30min às 17h.

Assinatura da(o) participante

Assinatura da pesquisadora Eliane Moreira de Almeida

Assinatura da pesquisadora Prof.^a Dr.^a Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre, ____ de _____ de 20__.

APÊNDICE B — Roteiro de entrevista semiestruturada para as mulheres integrantes de Centros de Tradições Gaúchas

Nome: _____

Idade: _____ Raça: _____

Profissão: _____

CTG: _____

Período de participação (no movimento): _____

Data da entrevista: ___/___/___

1. Como é ser mulher no movimento tradicionalista gaúcho?
2. O que é ser uma prenda?
3. Qual seu papel no CTG? De que forma você participa do CTG?
4. Quais fatores dificultam a participação da mulher no CTG?
5. E quais facilitam?
6. O que entende por desigualdade de gênero?
7. Já houve casos em que se expressou a desigualdade de gênero no CTG? Se sim, como a questão foi tratada? Exemplifique.
8. Existem espaços de discussão acerca de temas como machismo e desigualdade de gênero dentro do CTG?
9. Já se sentiu em condição inferior dentro do CTG por ser mulher? E como lidou com a situação?
10. Qual o papel das mulheres no CTG? De que formas elas participam?
11. Acha que o tipo de participação é diferente para homens e para mulheres?
12. Tem algum elemento que gostaria de alterar ou da cultura tradicionalista ou do próprio CTG?
13. Como é ter uma mulher como patroa (se for o caso)? Tem diferença? Se sim, qual?
14. Quais avanços conquistados pelas mulheres no movimento tradicionalista gaúcho percebe?

APÊNDICE C — Roteiro de entrevista semiestruturada para os homens integrantes de Centros de Tradições Gaúchas

Nome: _____

Idade: _____ Raça: _____

Profissão: _____

CTG: _____

Período de participação (no movimento): _____

Data da entrevista: ___/___/___

1. Como é ser homem no movimento tradicionalista gaúcho?
2. O que é ser peão?
3. Qual seu papel no CTG? De que forma você participa do CTG?
4. Qual o papel das mulheres no CTG? De que formas elas participam?
5. Acha que o tipo de participação é diferente para homens e para mulheres?
6. O que entende por desigualdade de gênero?
7. Tem algum elemento que gostaria de alterar ou da cultura tradicionalista ou do próprio CTG?
8. Como é ter uma mulher como patroa (se for o caso)? Tem diferença? Se sim, qual?
9. Quais avanços conquistados pelas mulheres no movimento tradicionalista gaúcho percebe?

**APÊNDICE D — Roteiro de entrevista semiestruturada para as patroas de
Centros de Tradições Gaúchas**

Nome: _____

Idade: _____ Raça: _____

Profissão: _____

CTG: _____

Período de participação (no movimento): _____

Data da entrevista: ___/___/___

1. Pode contar brevemente a história do CTG?
2. Quais as atribuições do patrão/patroa do CTG?
3. Como o CTG se organiza?
4. Como são delimitadas as responsabilidades dos integrantes do CTG?
5. Existe separação por gênero? Se sim, por quê?
6. Já houve casos em que se expressou a desigualdade de gênero no CTG? Se sim, como a questão foi tratada pela patronagem?
7. Percebe diferenças na posição de patroa enquanto mulher?
8. Percebe alguma expressão de machismo para uma mulher nessa posição? Como lidas com isso?
9. Quais avanços conquistados pelas mulheres no movimento tradicionalista gaúcho percebes?

**APÊNDICE E — Roteiro de entrevista semiestruturada para integrante do
Movimento Tradicionalista Gaúcho**

Nome: _____

Idade: _____ Raça: _____

Profissão: _____

CTG: _____

Período de participação (no movimento): _____

Data da entrevista: ___/___/___

1. Pode contar tua trajetória no Movimento?
2. Como é a gestão com uma mulher na presidência do MTG?
3. Como foi esse processo de eleição (já que ambas as chapas concorriam mulheres)?
4. O que entende por desigualdade de gênero?
5. Já presenciou ou vivenciou casos em que se expressou a desigualdade de gênero no contexto tradicionalista? Se sim, como a questão foi tratada?
6. Percebe alguma expressão de machismo para uma mulher nessa posição de presidente? Como lidas com isso?
7. Quais avanços conquistados pelas mulheres no movimento tradicionalista gaúcho percebes?

APÊNDICE F — Roteiro de análise documental

Título:	
Tipo de documento:	
Local e data:	
Vigência do documento:	
Palavras-chave:	
Breve resumo:	
Como o documento evidencia as questões de gênero, geração, raça e classe?	
De que forma o documento aborda a história gaúcha?	
Como o documento versa sobre o tradicionalismo gaúcho?	
Quais os elementos que se destacam ao longo do documento?	

ANEXOS**ANEXO A — Carta de Aprovação da Comissão Científica****SIPESQ**

Sistema de Pesquisas da PUCRS

Código SIPESQ: 9610

Porto Alegre, 9 de novembro de 2019.

Prezado(a) Pesquisador(a),

A Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES da PUCRS apreciou e aprovou o Projeto de Pesquisa "A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO TRADICIONALISMO GAÚCHO: da idealização à reconstrução".

Atenciosamente,

Comissão Científica da ESCOLA DE HUMANIDADES

ANEXO B — Parecer Consubstanciado do CEP

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO TRADICIONALISMO GAÚCHO: da idealização à reconstrução

Pesquisador: Patricia Krieger Grossi

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 26343219.3.0000.5336

Instituição Proponente: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.785.850

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de mestrado do PPGSS que se propõe a conhecer as experiências sociais das mulheres que integram os CTGs de Porto Alegre, com ênfase nos movimentos de resistência protagonizados pelas mulheres dentro do contexto tradicionalista, no qual buscam ressignificar o espaço e a atuação da prenda, enquanto iguais, perante todos os seus integrantes. O estudo é exploratório, descritivo, de natureza qualitativa. Serão entrevistados 7 mulheres e 3 homens integrantes de CTGs de diferentes gerações, 4 patroas ou ex-patroas de CTGs.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo do estudo é compreender de que forma a representação da mulher no tradicionalismo gaúcho impacta as experiências sociais vivenciadas pelas mulheres integrantes dos CTGs de Porto Alegre, na perspectiva de gênero e geração, a fim de contribuir para o processo de entendimento da realidade da mulher gaúcha na sociedade brasileira.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos do estudo são considerados mínimos, sendo informado que, se houver desconforto ou cansaço na hora de responder as perguntas, a entrevista poderá ser interrompida e a/o

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon **CEP:** 90.619-900
UF: RS **Município:** PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 **Fax:** (51)3320-3345 **E-mail:** cep@pucrs.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 3.785.850

participante não precisará responder nenhuma pergunta que não se sentir confortável. Os benefícios não são diretos, mas indiretos, podendo contribuir com a reflexão sobre o fenômeno estudado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem fundamentada teoricamente e desenhada metodologicamente. Trata-se de estudo relevante para a área de humanas e sociais que se enquadra no escopo da Resolução 510 de 2016.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Uma vez que os participantes serão contatados a partir de dados públicos que constam na página do movimento tradicionalista gaúcho, é apresentada justificativa de ausência de apresentação de carta de anuência institucional, pois o estudo não será realizado em nenhum CTG. Todos os demais termos obrigatórios foram apresentados e estão adequados do ponto de vista dos cuidados éticos em pesquisa nas ciências humanas e sociais.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o CEP-PUCRS, de acordo com suas atribuições definidas na Resolução CNS n° 466 de 2012, Resolução n° 510 de 2016 e a Norma Operacional n° 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NO TRADICIONALISMO GAÚCHO: da idealização à reconstrução proposto pela pesquisadora Patricia Krieger Grossi com número de CAAE 26343219.3.0000.5336.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1469071.pdf	13/12/2019 19:56:02		Aceito
Outros	CartaRespostaPendencias.doc	13/12/2019 19:55:27	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	CartaRespostaPendencias.pdf	12/12/2019 01:57:58	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	12/12/2019	ELIANE MOREIRA	Aceito

Endereço: Av. Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@pucls.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Continuação do Parecer: 3.785.850

Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	01:56:26	ALMEIDA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/12/2019 01:52:58	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistaDirigentes.pdf	25/11/2019 14:43:57	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistaHomens.pdf	25/11/2019 14:43:33	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistaMulheres.pdf	25/11/2019 14:43:17	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	JustificativaNaoApresentacaoCartaAnue ncialInstitucional.pdf	25/11/2019 14:42:45	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	CurriculoLattes.docx	25/11/2019 14:40:47	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	CartaEncaminhamentoApresentacao.pdf	25/11/2019 14:39:39	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	DocumentoUnificadoProjetoPesquisa.pd f	25/11/2019 14:38:58	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Outros	CartaAprovacaoComissaoCientifica.pdf	25/11/2019 14:38:44	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	25/11/2019 14:37:05	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	25/11/2019 14:19:04	ELIANE MOREIRA DE ALMEIDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PORTO ALEGRE, 20 de Dezembro de 2019

Assinado por:

Paulo Vinicius Sporleder de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av.Ipiranga, 6681, prédio 50, sala 703
Bairro: Partenon CEP: 90.619-900
UF: RS Município: PORTO ALEGRE
Telefone: (51)3320-3345 Fax: (51)3320-3345 E-mail: cep@pucls.br

ANEXO C — Carta de Princípios

Carta de Princípios

A "Carta de Princípios" foi aprovada no VIII Congresso Tradicionalista, levado a efeito no período de 20 a 23 de julho de 1961, no CTG "O Fogão Gaúcho" em Taquara, e fixa os seguintes objetivos do Movimento Tradicionalista Gaúcho:

I - Auxiliar o Estado na solução dos seus problemas fundamentais e na conquista do bem coletivo.

II - Cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade.

III - Promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho.

IV - Facilitar e cooperar com a evolução e o progresso, buscando a harmonia social, criando a consciência do valor coletivo, combatendo o enfraquecimento da cultura comum e a desagregação que daí resulta.

V - Criar barreiras aos fatores e ideias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo.

VI - Preservar o nosso patrimônio sociológico representado, principalmente, pelo linguajar, vestimenta, arte culinária, forma de lides e artes populares.

VII - Fazer de cada CTG um núcleo transmissor da herança social e através da prática e divulgação dos hábitos locais, noção de valores, princípios morais, reações emocionais, etc.; criar em

nossos grupos sociais uma unidade psicológica, com modos de agir e pensar coletivamente, valorizando e ajustando o homem ao meio, para a reação em conjunto frente aos problemas comuns.

VIII - Estimular e incentivar o processo aculturativo do elemento imigrante e seus descendentes.

IX - Lutar pelos direitos humanos de Liberdade, Igualdade e Humanidade.

X - Respeitar e fazer respeitar seus postulados iniciais, que têm como característica essencial a absoluta independência de sectarismos político, religioso e racial.

XI - Acatar e respeitar as leis e poderes públicos legalmente constituídos, enquanto se mantiverem dentro dos princípios do regime democrático vigente.

XII - Evitar todas as formas de vaidade e personalismo que buscam no Movimento Tradicionalista veículo para projeção em proveito próprio.

XIII - Evitar toda e qualquer manifestação individual ou coletiva, movida por interesses subterrâneos de natureza política, religiosa ou financeira.

XIV - Evitar atitudes pessoais ou coletivas que deslustrem e venham em detrimento dos princípios da formação moral do gaúcho.

XV - Evitar que núcleos tradicionalistas adotem nomes de pessoas vivas.

XVI - Repudiar todas as manifestações e formas negativas de exploração direta ou indireta do Movimento Tradicionalista.

XVII - Prestigiar e estimular quaisquer iniciativas que, sincera e honestamente, queiram perseguir objetivos correlatos com os do tradicionalismo.

XVIII - Incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais.

XIX - Influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual de nossa gente, no sentido de que se voltem para os temas nativistas.

XX - Zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais.

XI - Estimular e amparar as células que fazem parte de seu organismo social.

XXII - Procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas.

XXIII - Comemorar e respeitar as datas, efemérides e vultos nacionais e, particularmente o dia 20 de setembro, como data máxima do Rio Grande do Sul.

XXIV - Lutar para que seja instituído, oficialmente, o Dia do Gaúcho, em paridade de condições com o Dia do Colono e outros "Dias" respeitados publicamente.

XXV - Pugnar pela independência psicológica e ideológica do nosso povo.

XXVI - Revalidar e reafirmar os valores fundamentais da nossa formação, apontando às novas gerações rumos definidos de cultura, civismo e nacionalidade.

XXVII - Procurar o despertar da consciência para o espírito cívico de unidade e amor à Pátria.

XXVIII - Pugnar pela fraternidade e maior aproximação dos povos americanos.

XXIX - Buscar, finalmente, a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Esta-

do, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria.

ANEXO D — Diretrizes da Pilcha Feminina



MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO/RS

H - LENÇO

- 1 - Cores: vermelho, branco, azul, verde, amarelo e carijó (nas cores citadas e ainda, marrom e cinza).
- 2 - Tamanho: no caso do uso com algum tipo de nó, com a medida de 25 cm a partir deste. Com o uso do passador de lenço, com medida de 30 cm a partir deste.
- 3 - Passadores: de metal, couro ou osso.

I - FAIXA

- 1 - Uso: opcional.
- 2 - Cor: lisa, na cor vermelha ou preta se for de lã. Bege cru se for de algodão.
- 3 - Largura: de 10 a 12 cm.

J - PALA

- 1 - Uso: opcional.
- 2 - Tamanho: tamanho padrão, com abertura na gola. Dimensões aproximadas 2m x 1,60m.
- 3 - Opções: poderá ser usado no ombro, meia-espalda, atado da direita para a esquerda, com todos os trajes.

K - ESPORAS

- 1 - Uso: trata-se de peça utilizada nas lides campeiras. É admissível o uso nas representações coreográficas de danças tradicionais.
- 2 - **Vedação: é vedado o uso em bailes e fandangos.**

L - FACA

- 1 - Uso: é opcional, para grupos adultos, veteranos e no ENART, nas apresentações artísticas.
- 2 - Tamanho: de 15 a 30 cm de lâmina.
- 3 - **Vedação: é vedado o uso nas atividades sociais, exceto apresentações artísticas.**

II - PILCHA FEMININA

A - SAIA E BLUSA OU BATA

- 1 - Saia: com a barra no peito do pé, godê, meio-godê ou em panos.
- 2 - Blusa ou bata: de mangas longas, três quartos ou até o cotovelo (vedado o uso de “boca de sino” ou “morcego”), decote pequeno, sem expor os ombros e os seios, podendo ter gola ou não.
- 3 - Bordados e pinturas: se utilizados, devem ser discretos. As pinturas com tintas para tecidos.
- 4 - Tecidos: lisos. Nas blusas ou batas, mais encorpados.
- 5 - Cores: escolher cores harmoniosas e lisas, esquecendo as cores fortes, proibidas as cores berrantes e fosforescentes.
- 6 - **Cuidados: nas apresentações artísticas, o traje feminino deve representar a mesma classe social e época retratada na indumentária do homem.**
- 7 - **Vedações: enfeites dourados, prateados, pinturas a óleo e purpurinas.**
- 8 - **Este traje não é autorizado para as categorias mirim e juvenil.**



MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO/RS

B - SAIA E CASAQUINHO

- 1 - Saia: com a barra no peito do pé, godê, meio-godê ou em panos.
- 2 - Casaquinho: de mangas longas (vedado o uso de “boca de sino” ou “morcego”), gola pequena e abotoado na frente.
- 3 - Bordados e pinturas: se utilizados, devem ser discretos. As pinturas com tintas para tecidos.
- 4 - Tecidos: lisos. Nas blusas ou batas, mais encorpados.
- 5 - Cores: escolher cores harmoniosas e lisas, esquecendo as cores fortes, proibidas as cores berrantes e fosforescentes.
- 6 - **Cuidados: nas apresentações artísticas, o traje feminino deve representar a mesma classe social e época retratada na indumentária do homem.**
- 7 - **Vedações: enfeites dourados, prateados, pinturas a óleo e purpurinas.**
- 8 - Roupas de época: a saia deve ser lisa. O casaquinho poderá ter bordados discretos.
- 9 - **Este traje não é autorizado para as categorias mirim e juvenil.**

C - VESTIDO

- 1 - Modelo: inteiro e cortado na cintura ou de cadeirão ou ainda corte princesa com barra da saia no peito do pé, corte godê, meio-godê, franzido, pregueado, com ou sem babados.
- 2 - Mangas: longas, três quartos ou até o cotovelo, admitindo-se pequenos babados nos punhos, sendo vedado o uso de mangas “boca de sino” ou “morcego”.
- 3 - Decote: pequeno, sem expor ombros e seios.
- 4 - Enfeites: de rendas, bordados, fitas, passa-fitas, gregas, viés, tranelim, crochê, nervuras, plisses, favos. É permitida pintura miúda, com tintas para tecidos. Não usar pérolas e pedrarias, bem como, os dourados ou prateados e pintura a óleo ou purpurinas.
- 5 - Tecidos: lisos ou com estampas miúdas e delicadas, de flores listras, petit-poa e xadrez delicado e discreto. Podem ser usados tecidos de microfibra, crepes, oxford. Não serão permitidos os tecidos brilhosos, fosforescentes, transparentes, slinck, lurex, rendão e similares.
- 6 - Cores: devem ser harmoniosas, sóbrias ou neutras, evitando-se contrastes chocantes. Não usar preto, as cores da bandeira do Brasil e do RS (combinações).

D - SAIA DE ARMAÇÃO

- 1 - Modelo: leve e discreta, se tiver babados, estes devem se concentrar nos rodados da saia, evitando-se o excesso de armação.
- 2 - Cor: branca.
- 3 - Comprimento: deve ser inferior ao do vestido.

E - BOMBACHINHA

- 1 - Modelo: de tecido, com enfeites de rendas discretas.
- 2 - Cor: branca.
- 3 - Comprimento: abaixo do joelho, sempre mais curta que o vestido.

F - MEIAS

- 1 - Cor: branca ou bege.
- 2 - Comprimento: longas o suficiente para não permitir a nudez das pernas.



MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO/RS

G - SAPATOS e BOTINHAS

- 1 - Cores: preta, marrom (vários tons de marrom) e bege.
- 2 - Salto: de até 5 centímetros.
- 3 - Modelo: com tira sobre o peito do pé, que abotoe do lado de fora.
- 4 - Vedações: proibido o uso de sandálias e sapatos abertos.

H - CABELOS

- 1 - Arrumação: podem ser soltos, presos, semi-presos ou em tranças. Para prendas adultas e veteranas é permitido o coque.
- 2 - Enfeites: com flores naturais ou artificiais, pequeno passador (travessa) para prendas adultas e juvenis.
- 3 - Vedação: vetados os brilhos, purpurinas e peças de plástico.

I - **MAQUIAGEM:** discreta, de acordo com a idade e o momento social.

J - JÓIAS

- 1 - Cuidados: devem ser sempre discretas, de acordo com a idade, a classe e o momento social.
- 2 - Uso da pérola: são permitidas as jóias e semi-jóias com uso de pérolas, nas cores branco, rosado, creme e champanhe, nos brincos, anéis e camafeus.
- 3 - Uso de pedras: permitido, desde que sejam discretas.

K - OBSERVAÇÕES

Nas apresentações artísticas, o traje feminino deve representar a mesma classe social e a mesma época retratada na indumentária do homem.

III - PRENDA MIRIM

A - VESTIDO

- 1 - Modelo: inteiro e cortado na cintura ou com cintura baixa. Barra da saia pode ser de 5 a 6 cm acima do tomazelo ou até meia canela. Os cortes podem ser godê, meio godê, franzido com ou sem babados, ou em panos.
- 2 - Mangas: longas, três quartos ou abaixo do cotovelo, admitindo-se pequenos babados nos punhos, sendo vedado o uso de mangas “boca de sino” ou “morcego”. No verão podem ser curtas, arrematadas com babadinhos.
- 3 - Decote: pequeno, podendo ter gola ou não.
- 4 - Enfeite: não sobrecarregar, a fim de evitar a desfiguração dos modelos. Optar pelos motivos florais delicados e miúdos. Podem ser usadas rendas, bordados, fitas, passa-fitas, gregas, viés, transelim, crochê, nervuras, plisses, favos. É permitida pintura miúda, com tintas para tecidos. Não usar pérolas e pedrarias, bem como os dourados ou prateados e pintura a óleo e purpurinas.
- 5 - Tecidos: lisos ou estampados miúdos e delicados, de flores, listras, petit-poa e xadrez. Podem ser usados tecidos de microfibra, crepes, oxford. Não serão permitidos os tecidos brilhosos ou fosforescentes, transparentes, slinck, lurex, veludo, rendão e similares.
- 6 - Cores: delicadas, suaves e claras, evitando as cores cítricas, o marrom, o marinho, o verde-escuro, o roxo, bordô, o pink e o azul forte. Os vestidos na cor branca são usados por noivas e



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br